

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANE BECKER FACCO

PEQUENOS ESTADOS INSULARES E A PROBLEMÁTICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÃO AO DEBATE COM FOCO
NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA

FLORIANÓPOLIS, 2017

JULIANE BECKER FACCO

**PEQUENOS ESTADOS INSULARES E A PROBLEMÁTICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÃO AO DEBATE COM FOCO
NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA**

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

FLORIANÓPOLIS, 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Facco, Juliane Becker

Pequenos Estados Insulares e a problemática do desenvolvimento sustentável : aproximação ao debate com foco nas relações entre Cabo Verde e a União Europeia / Juliane Becker Facco ; orientador, Hoyêdo Nunes Lins, 2017.

130 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Pequenos Estados insulares. 3. desenvolvimento sustentável. 4. Cabo Verde. 5. parcerias. I. Lins, Hoyêdo Nunes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) à aluna Juliane Becker Facco na disciplina CNM 7280–Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Dr. Marcelo Arend

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão à minha família: Ao meu pai, à minha mãe, à minha irmã e ao paçoca pelo apoio em todos esses anos de graduação. Obrigada pelo amor, por terem embarcado em todas as minhas loucuras, por me ajudarem a fazer cartazes de madrugada, por me aguentarem nos momentos de estresse, por acreditarem em mim e por tornarem minha vida muito mais leve. Em especial à minha mãe, minha companheira de cafés, de academia, de séries e até de bares. Alguém ainda há de escrever uma tese sobre o amor de mãe que traz frutinha e chazinho para a filha, espontaneamente, enquanto ela estuda.

Aos meus amigos de graduação, Gabriel, Ana Luisa, Gabriela e Louise, luzes da minha vida, em qualquer cidade ou país. Vocês sempre estiveram comigo, foram meus ombros e meus sorrisos. Obrigada pela amizade, pelo amor, pelos conselhos e por todos os momentos que compartilhamos. É uma honra ter pessoas tão maravilhosas como amigas e colegas de profissão.

Às minhas amigas de colégio, Cris e Gabi por mais de uma década de amizade, pela sensibilidade e por estarem sempre aqui, mesmo que os encontros não sejam tão frequentes como gostaríamos. Que sigamos nos vendo para cafés, crepes, cinemas.

A todos os professores e mestres do curso de Relações Internacionais da UFSC, que me inspiraram durante a graduação e me abriram inúmeras portas. Em especial aos professores Seabra, Daniel, Patrícia, Arend, Graciela, Karine e Hoyêdo, por despertarem minha curiosidade para vários assuntos que nunca sonhei em conhecer, por estarem sempre dispostos a me auxiliar e por serem exemplos de profissionais para mim.

Ao meu orientador, professor Hoyêdo, por ter me apresentado ao tema deste trabalho e ter aceitado me orientar nessa empreitada, obrigada pela disponibilidade, pela paciência e pelas inúmeras sugestões e correções.

Aos professores da Universidade de Varsóvia, instituição na qual tive a oportunidade de realizar meu intercâmbio com o apoio do programa Erasmus Fellow Mundus, sem dúvida uma experiência inesquecível e que me proporcionou o contato com as disciplinas de Países menos desenvolvidos e Política de desenvolvimento da União Europeia, que despertaram meu interesse para o assunto das parcerias Norte-Sul.

Aos meus professores do Colégio de Aplicação, que desde cedo me mostraram que aulas não precisam ser monótonas, por acreditarem no potencial dos alunos e por ainda hoje sempre me receberem de braços abertos no CA, sem vocês eu não estaria onde estou hoje.

RESUMO

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são países que enfrentam consideráveis desafios ao desenvolvimento, resultantes de suas características peculiares relacionadas à pequenez, à dispersão geográfica, ao isolamento, à dependência externa e à vulnerabilidade a desastres naturais, entre outros. Desse modo, ao longo de conferências multilaterais internacionais, foi proposto que tais Estados deveriam optar por uma trajetória sustentável de desenvolvimento, com apoio de outros países. Cabo Verde é um desses Estados, e firmou parcerias com a União Europeia, especialmente a partir de 2007. O trabalho analisa o papel dessas parcerias internacionais, mais especificamente das parcerias entre Cabo Verde e União Europeia, no equacionamento das dificuldades do arquipélago e na promoção do desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, em diversas fontes, e de pesquisa exploratória em alguns dos projetos desenvolvidos, para avançar em uma avaliação ancorada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, adotados pela Agenda 2030. Concluiu-se que o papel das parcerias analisadas é ambíguo, pouco transparente e limitado, na promoção do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde. Essas parcerias também levam à constituição de novas vulnerabilidades no arquipélago, já que muitos desses projetos são essencialmente retóricos quanto às suas intenções de promover o desenvolvimento sustentável, o que é resultado, entre outros aspectos, de uma grande assimetria de poder entre as partes e da hegemonia da agenda neoliberal.

Palavras-chave: Pequenos Estados insulares; SIDS; desenvolvimento sustentável; Cabo Verde; União Europeia; Parcerias.

ABSTRACT

Small Island Developing States are countries, which face considerable challenges to development as a result from their peculiar characteristics related to smallness, geographical dispersion, remoteness, external dependence, vulnerability to natural disasters, etc. Therefore, multilateral international conferences proposed that these States should pursue a path of sustainable development, with support from other countries. Cape Verde is one of those States and it has signed partnerships with the European Union, especially since 2007. This research analyzes the role of these international partnerships, more specifically of partnerships between Cape Verde and the European Union in tackling the archipelagos' difficulties and in promoting sustainable development. Methodologically, it was opted for a bibliographical research, in a variety of sources, and for an exploratory research in some of the projects, to advance in an evaluation anchored in the premises of sustainable development, adopted by Agenda 2030. This research concludes that the role of the analyzed partnerships is ambiguous, with low level of transparency, and limited in the promotion of sustainable development in Cape Verde. These partnerships lead to the constitution of new vulnerabilities in the archipelago as well, since many of those projects are essentially rhetoric in their intention to promote sustainable development, which is a result, among other aspects, from the big power asymmetry between the parts and from the hegemony of the neoliberal agenda.

Keywords: Small Island Developing States; SIDS; sustainable development; Cape Verde; European Union; Partnerships

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Crescimento da população mundial, de 1750 a 2100	19
Figura 2- Desastres naturais no mundo no século XX	22
Figura 3 – Acordos ambientais multilaterais no século XX.....	23
Figura 4 – O ciclo de vida das normas internacionais.....	31
Figura 5 – Os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030.....	35
Figura 6 – Desempenho da Jamaica na Agenda de 2030	37
Figura 7 – As 8 dimensões para a sustentabilidade na perspectiva de Sachs.....	39
Figura 8 – Presença de SIDS segundo indicação da UNCTAD.....	47
Figura 9- Economia dos SIDS - serviços	49
Figura 10 – Importação de alimento nos SIDS em % de bens importados em 2012	50
Figura 11 – As ilhas de Cabo Verde.....	57
Figura 12 – Produto Interno Bruto de Cabo Verde Paridade do Poder de Compra (PPC) (1990 a 2016)	69
Figura 13 – PIB per capita de Cabo Verde em US\$ correntes (1980 a 2016).....	69
Figura 14 - Distribuição da população de 12 anos ou mais (em %), segundo frequência de realização de atividades de lazer em Cabo Verde	71
Figura 15 – Balança comercial de Cabo Verde de 1995 a 2015 em US\$	72
Figura 16 – Ajuda oficial ao desenvolvimento de Cabo Verde em % do PNB	73
Figura 17 – Remessas pessoais recebidas em Cabo Verde – em % do PIB.....	73
Figura 18 – Exportações de Cabo Verde em 2016 - produtos destacados do valor total exportado	74
Figura 19– Importações de Cabo Verde por produto em % do total em 2016.....	75
Figura 20 – Desempenho de Cabo Verde nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2016	80
Figura 21 – Resultados de projetos apoiados pela UE em Cabo Verde	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor das importações e exportações de bens de Cabo Verde de 2010 a 2016.....	75
Tabela 2 - Principais países de origem das importações de Cabo Verde em 2016.....	76
Tabela 3 – Principais países de destino das exportações de Cabo Verde em 2016.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 METODOLOGIA	13
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL ANALÍTICO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROBLEMÁTICA DOS SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (SIDS)	16
2.1. CONTORNOS DA TRAJETÓRIA DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
2.2. A PROBLEMÁTICA DOS SIDS	40
2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	55
3 CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO ARQUIPÉLAGO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	56
3.1 UMA INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA E À HISTÓRIA DE CABO VERDE	56
3.2 CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DE CABO VERDE NA ATUALIDADE	67
3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	81
4 PARCERIAS E PROJETOS ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA - RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	83
4.1 BREVES NOTAS SOBRE A COOPERAÇÃO NORTE-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO E A UNIÃO EUROPEIA (UE)	83
4.2 CABO VERDE E AS PARCERIAS COM A UNIÃO EUROPEIA	86
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
ANEXO A	129

1 INTRODUÇÃO

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (*Small Island Developing States - SIDS*) correspondem a 28¹ países espalhados pelo Caribe, Oceanos Pacífico, Atlântico e Índico e Mar do Sul da China. Tais países foram reconhecidos² pela comunidade internacional como integrantes de grupo com especiais desafios ambientais e de desenvolvimento, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (UN-OHRLLS, 2015; UNCTAD, 2014).

Mesmo não sendo um grupo homogêneo, os SIDS enfrentam muitos desafios comuns. Destacam-se, entre tais desafios: oferta limitada de recursos naturais; altos custos para a obtenção de energia, deficiência no transporte e na comunicação; mercados domésticos pequenos; crescimento econômico altamente volátil; alta densidade populacional; dependência externa; pouca resiliência a desastres naturais, entre outros (UN-OHRLLS, 2012).

Com efeito, mais de 335 desastres naturais ocorreram nos SIDS de 2000 a 2016, com perdas estimadas em US\$22.7 bilhões (OCDE, 2016)³. Esses países representam 2/3 dos que mais sofrem com perdas relativas elevadas devido a desastres naturais: entre 1% e 9% do respectivo PIB anualmente. (BANCO MUNDIAL, 2016a).

Levando tais características peculiares em consideração, na Agenda 21 (capítulo 17)⁴ foi declarado que os Estados se comprometeriam com os problemas de desenvolvimento sustentável dos SIDS por meio de planos e programas que apoiassem o desenvolvimento e a utilização dos recursos marinhos e costeiros, ao mesmo tempo em que visariam melhorar a qualidade de vida dos ilhéus e proteger a biodiversidade.

Portanto, o desenvolvimento e o meio ambiente representam questões interligadas e interdependentes no que se refere aos SIDS, e os esforços para o desenvolvimento desses países demandam o apoio da comunidade internacional. A razão é que os desafios enfrentados são

¹ Antigua and Barbuda, Bahamas, Barbados, Cabo Verde, Comoros, Dominica, Fiji, Grenada, Jamaica, Kiribati, Maldives, Marshall Islands, Micronesia (Federal States of), Mauritius, Nauru, Palau, Samoa, Sao Tome and Principe, Seychelles, Solomon Islands, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Timor-Leste, Tonga, Trinidad and Tobago, Tuvalu e Vanuatu.

² Esses territórios já recebiam atenção de órgãos da ONU como UNCTAD na década de 1970 por terem desvantagens geográficas, assim como os países sem acesso ao mar. E o *Special Programme for Least Developed Countries, and Land-locked and Island Developing Countries* foi estabelecido ainda em 1977. Os relatórios da UNCTAD e resoluções da Assembléia da ONU já apontavam para características e dificuldades desses países, mas só em 1992 a denominação *Island developing States* deu lugar a uma mais precisa: *Small Island developing States*. (UNCTAD, 2004)

³ A OCDE considera como grupo para análise 35 SIDS elegíveis para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, sendo que Haiti, Guiana, Belize, Suriname, Montserrat, Cuba e Guiné Bissau não estão na lista da UNCTAD.

⁴ A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

globais, e, ao mesmo tempo, mostram-se concentrados em pequenas áreas, sendo que tais ilhas não possuem capacidade própria para lidar com essas questões sem apoio externo.

Nesse sentido, após vários apelos, parcerias foram celebradas desde o início do milênio entre os próprios SIDS, e também entre esses e Organizações Internacionais, ONGS, empresas e outros países. Essas relações abrangem desde a assistência técnica até a construção de infraestrutura.

Nessa direção, a União Europeia (UE) e seus países membros aparecem como os maiores doadores de ajuda pública ao desenvolvimento no mundo. Atuar nesse sentido, a rigor, constitui uma das quatro principais vertentes da política externa dessa instituição (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

Entre os receptores dessa ajuda, estão os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, dos quais a União Europeia é doadora e parceira comercial líder. Nesse tipo de vínculo, contam-se 21 acordos de cooperação bilateral, equivalentes a 340 milhões de euros, com 2 bilhões de euros destinados ao apoio a programas nacionais por períodos de 6 anos⁵.

Dentre os SIDS com cooperação com a UE, figura Cabo Verde, um arquipélago africano de renda média-baixa que possui laços econômicos, culturais e políticos com a UE, e que, a partir do acordo de Cotonou, de 2000, harmonizou uma série de políticas com o bloco europeu. Especialmente desde 2007, o país conta com a ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e do Fundo Regional para o Desenvolvimento da União Europeia (FEDER).

Além disso, Cabo Verde é o único SIDS e país africano a adquirir status particular com a Parceria Especial em 2007. Trata-se de um acordo guarda-chuva sob o qual vários projetos foram realizados, em seis diferentes áreas temáticas: boa governança, segurança e estabilidade, integração regional, convergência técnica e normativa, sociedade da informação e do conhecimento, luta contra a pobreza e desenvolvimento.

Cabo Verde se destaca nos principais indicadores daquele continente. Como relata Reslow (2012), esse país não está mais na lista dos menos desenvolvidos da ONU, tendo cumprido duas das três condições necessárias para ascender no ranking de países: aquelas relativas ao PIB e ao IDH. Porém, permanecem as dificuldades no nível de vulnerabilidade econômica, em grande medida por motivo de falta de recursos.

Com base nesses elementos, verifica-se que o desenvolvimento sustentável está em pauta nos SIDS. Contudo, para que possam lidar com suas dificuldades, esses países precisam

⁵ De acordo com o relato da ata do *High-level Political Forum on Sustainable Development* no âmbito do ECOSOC. (ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL, 2015).

recorrer a parcerias com outros atores, as quais devem, idealmente, representar contribuição à promoção do desenvolvimento sustentável. Em torno desse assunto, algumas perguntas mostram-se pertinentes: Como o desenvolvimento sustentável entra na pauta internacional? O que pode ser entendido como desenvolvimento sustentável? Quais são os principais desafios dos SIDS? Qual tem sido o papel das parcerias internacionais, mais especificamente daquelas estabelecidas entre a UE e Cabo Verde, com vistas ao equacionamento dos problemas vivenciados no pequeno país africano e à promoção do desenvolvimento sustentável nessa escala?

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista os problemas estruturais dos SIDS, e, entre estes, os de Cabo Verde, indaga-se sobre o papel que cabe à cooperação internacional no trato com tais dificuldades, mais especificamente com respeito aos projetos desenvolvidos desde 2007 por meio do apoio financeiro da UE, voltados ao equacionamento dos problemas vivenciados e à promoção do desenvolvimento com perfil sustentável.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como, dados os problemas estruturais dos SIDS, a cooperação internacional tem atuado para o equacionamento de dificuldades e na promoção de um desenvolvimento sustentável, tendo como foco a parceria da UE com Cabo Verde.

1.2.2 Objetivos específicos:

- (i) Analisar como o desenvolvimento sustentável entra na agenda internacional e dos SIDS e apresentar seus principais aspectos teóricos;
- (ii) Descrever as principais características dos SIDS, seus desafios e problemas estruturais;
- (iii) Caracterizar Cabo Verde socioeconomicamente, apontando problemas merecedores de iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável;

- (iv) Apresentar, caracterizar e avaliar o papel das parcerias internacionais com os SIDS, mais especificamente da parceria entre UE e Cabo Verde no equacionamento das dificuldades e na promoção de um desenvolvimento sustentável, considerando projetos de cooperação relevantes, executados desde 2007.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse pelos SIDS surgiu a partir de um trabalho realizado na disciplina de Economia Internacional II, que versava sobre o assunto. Naquele momento percebeu-se que tais ilhas, apesar de numerosas, não tinham sido abordadas no curso de Relações Internacionais.

Estudar esses países é uma forma de aproximar a academia brasileira de países em desenvolvimento que possuem características peculiares, e de abordar temas contemporâneos, como é o desenvolvimento sustentável, um “paradigma” historicamente novo. Os estudos em Relações Internacionais voltados ao SIDS e às parcerias internacionais com esses Estados ainda são incipientes, principalmente na língua portuguesa, e se concentram principalmente nos órgãos das Nações Unidas como a UNCTAD e a UN-OHRLLS.

A literatura sobre os SIDS aponta constantemente que esses países possuem condicionalidades específicas ao seu desenvolvimento, e que, por isso, há a necessidade de que adotem práticas em harmonia com a ideia de desenvolvimento sustentável, procedimentos aptos ao aumento da sua resiliência. Apesar disso, pouco se discute sobre como as parcerias internacionais, encorajadas pelas conferências no âmbito da ONU, têm promovido o desenvolvimento sustentável, e, sobretudo, sobre o que se entende por desenvolvimento sustentável, uma vez que há várias correntes sobre o tema, e este é um debate em curso.

O caso de Cabo Verde se destaca entre os SIDS, e até mesmo entre os países africanos, e pode servir de exemplo para a análise de parcerias do bloco europeu com outros países em desenvolvimento. Por isso, entende-se ter relevância o estudo da prática de parceria que as autoridades cabo verdianas e europeias qualificam de “caso de sucesso mutuamente benéfico”.

1.4 METODOLOGIA

Na realização da pesquisa utiliza-se, fundamentalmente, o método qualitativo. Para a fundamentação dos argumentos e das conclusões, entretanto, lança-se mão, igualmente, de informações quantitativas e de estatísticas.

Além disso, a pesquisa tem um caráter exploratório, descritivo e normativo. Exploratório, por envolver o aprofundamento bibliográfico na temática dos SIDS e do desenvolvimento sustentável. Descritivo, por apresentar (descrever) os projetos de cooperação. Normativo, por utilizar aspectos do debate sobre o desenvolvimento sustentável como uma espécie de balizamento para a avaliação de projetos.

Tendo em vista que não há uma relação universalmente aceita desses países/territórios, este trabalho tem como referência os 28 Estados independentes listados pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD): Antigua and Barbuda, Bahamas, Barbados, Cabo Verde, Comoros, Dominica, Fiji, Grenada, Jamaica, Kiribati, Maldives, Marshall Islands, Micronesia (Federal States of), Mauritius, Nauru, Palau, Samoa, Sao Tome and Principe, Seychelles, Solomon Islands, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Timor-Leste, Tonga, Trinidad and Tobago, Tuvalu e Vanuatu.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Com os objetivos e o escopo pretendido, o corpo da monografia encontra-se dividido em três capítulos principais, além deste primeiro, que contém a introdução, e o último, de considerações finais:

O capítulo 2 “Contextualização e referencial analítico: Desenvolvimento sustentável e a problemática dos Small Island Developing States (SIDS)”, primeiramente busca sistematizar elementos que ajudam a compreender a emergência do desenvolvimento sustentável na agenda internacional, focalizando o debate geral sobre conceitos do desenvolvimento sustentável e falando sobre como os SIDS se posicionam perante os correspondentes problemas. Posteriormente, descrevem-se as principais características e dificuldades desses países em relação ao desenvolvimento, com base em pesquisa bibliográfica e documental realizada em literatura acadêmica sobre os SIDS e relatórios das Nações Unidas.

O capítulo 3, “Cabo Verde: Caracterização dos principais desafios do arquipélago ao desenvolvimento sustentável”, resulta, principalmente, de pesquisa bibliográfica junto a duas grandes obras sobre a história de Cabo Verde: História Geral de Cabo Verde I, II, escritas por autores cabo-verdianos e portugueses, entre eles: Luís de Albuquerque, Ilídio Amaral, Ilídio Cabral Baleno, Antônio Correia e Silva e Ângela Domingues. Também foram explorados os volumes IV, V e VIII da obra intitulada História Geral da África (UNESCO), de autoria de

diversos pesquisadores africanos. Além disso, é utilizado o compilado dos discursos de Amílcar Cabral no âmbito das Nações Unidas e o livro de Gabriel Fernandes. A realidade contemporânea do país e os seus desafios são abordados com base nos relatórios do Governo cabo-verdiano e de organismos internacionais, sobre o arquipélago. São mostrados alguns indicadores do país, disponibilizados pelo Banco Mundial, e examina-se o desempenho desse SIDS tanto no *Environmental Performance Index* como na Agenda 2030.

O capítulo 4, “Parcerias e projetos entre Cabo Verde e União Europeia: Rumo ao desenvolvimento sustentável?”, contém apresentação e avaliação de alguns projetos desenvolvidos desde 2007 com financiamento da UE. Para atingir o quarto objetivo específico da monografia, que corresponde ao essencial do que se faz nesse capítulo, recorreu-se à literatura, aos sites oficiais da União Europeia e do governo de Cabo Verde, e também a sites de notícias locais. Assinale-se, por fim, que os projetos desenvolvidos e seus resultados, focos de atenção nesse capítulo, dizem intimamente respeito a algumas das principais dificuldades enfrentadas por Cabo Verde, conforme a caracterização efetuada no capítulo anterior.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL ANALÍTICO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROBLEMÁTICA DOS SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (SIDS)

Para discutir o desenvolvimento sustentável e as parcerias impregnadas das correspondentes ideias nos SIDS, é importante caracterizar, antes de tudo, o contexto em que emergiu o debate sobre o desenvolvimento assim adjetivado, em termos globais e especificamente nesses estados, assinalando os principais conceitos envolvidos.

Desse modo, o presente capítulo busca analisar como os temas ambientais e o desenvolvimento sustentável entraram na agenda internacional e dos SIDS, e apresentar os principais aspectos teóricos desse desenvolvimento. Inicialmente descrevem-se as circunstâncias que tornaram as preocupações com o meio ambiente e, mais tarde, com o desenvolvimento sustentável, temas relevantes. Na sequência, apresenta-se um breve histórico dos SIDS e descrevem-se as principais características desses países, assinalando seus desafios e problemas estruturais.

2.1. CONTORNOS DA TRAJETÓRIA DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agenda internacional exhibe mudanças frequentes, devido à própria natureza do meio internacional, com seus atores em transformação, e também por conta da sua alta sensibilidade às alterações nos padrões econômicos e sociais (SATO, 2000). O século XX, em especial no período que vai de 1947 a 1973 – a “Era de Ouro”, segundo Hobsbawm (1995) –, foi palco de transformações econômicas, sociais e culturais muito significativas, com impactos variados em países e regiões.

Diversos fatores se mostraram importantes para a ascensão e o delineamento do tema ambiental no debate internacional e, posteriormente, para a adoção da ideia de desenvolvimento sustentável como marco orientador de políticas. A seguir, alguns dos aspectos mais relevantes desse contexto serão considerados, separados em subseções (apesar de, muitas vezes, terem ocorrido simultaneamente) para uma apresentação mais clara das informações.

2.1.1. O contexto do percurso

Os países desenvolvidos, ou os países do Norte, foram sem dúvidas os que mais se beneficiaram do crescimento acelerado e contínuo no Segundo Pós Guerra, tanto por meio dos

planos de reconstrução (com destaque para o Plano Marshall), quanto pela manutenção da economia internacional aberta e integrada⁶ e do modelo de desenvolvimento fordista, com queda do desemprego e aumento de produção, renda e seguridade social. (GILPIN, 2004; HOBBSAWN, 1995). A internacionalização da economia⁷ e a difusão do modelo de desenvolvimento da época trouxeram consigo a esperança de progresso e de redução das desigualdades sociais em vários países do mundo, porém, mesmo com o crescimento econômico, tais desigualdades persistiram.

No Terceiro Mundo também houve avanços, embora de forma desigual (especialmente em países que conseguiram desenvolver certos projetos de modernização) e não no mesmo ritmo observado nos países industrializados, permanecendo na pobreza grande parte das respectivas sociedades. Na realidade, os países periféricos não localizados em zonas estratégicas para as superpotências não recebiam os aportes necessários, esperados de países desenvolvidos, para executarem projetos de desenvolvimento nacional. Seus produtos vendidos no mercado internacional não traziam retornos significativos, e, no período, novos países e novos desafios surgiam desde a descolonização⁸. (HOBBSAWN, 1995).

O desenvolvimento era, portanto, uma questão e um desafio para o Sul. E, nas décadas após a Segunda Guerra, os países mais pobres se empenharam em formar coalizões para reformar o sistema econômico internacional, para atingir seus objetivos através de resoluções na Assembleia Geral da ONU, âmbito no qual contavam com mais poder de voz.

Além disso, o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), presidida por Raúl Prebisch em 1948, se mostrou importante ao fazer o diagnóstico das razões para o subdesenvolvimento dos países latino-americanos e apontar a necessidade da industrialização. Porém, para que os países periféricos pudessem se industrializar, segundo os planos de Prebisch, as instituições surgidas em Bretton Woods teriam que ser modificadas, já que suas regras prescreviam políticas incompatíveis com o projeto de industrialização do Terceiro Mundo. Nesse sentido, houve um impulso para os países periféricos, apesar da

⁶ Apoiada pelas instituições liberais criadas para evitar restrições às exportações dos EUA e ao comércio internacional em geral: o FMI em 1944 para controlar as taxas de câmbio e definir formas de conduta para a correção de desequilíbrios no balanço de pagamentos e o GATT em 1947 para regular a política comercial de seus signatários.

⁷ Especialmente do capital, na forma de IED por resultado da competição oligopolista entre as grandes multinacionais dos EUA, Japão e Europa e aumento do custo do controle ambiental em meio à ascensão do movimento ambientalista nos países centrais (VIZENTINI, 2006).

⁸ O movimento de descolonização ocorreu em três ondas a partir do fim da guerra até os anos 1990 e tem seus fundamentos históricos, segundo Vizontini (ibid.) no declínio dos impérios coloniais, no processo de transnacionalização do capital e na maturação dos movimentos de libertação nacional. A Conferência de Bandung em 1955, com 29 países presentes, que reivindicam independência para as outras colônias e apoio ao desenvolvimento econômico, marca a emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional.

heterogeneidade desse conjunto⁹, se articularem na arena internacional, para terem suas demandas atendidas. E, devido ao fato de que certas concessões a esses países foram consideradas uma alternativa melhor ao socialismo, o grupo obteve certas conquistas como: a Parte IV do GATT, que contemplava o desenvolvimento; a Década do Desenvolvimento da ONU em 1960; a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na qual foram negociados preços de matérias primas, o Sistema Geral de Preferências e onde foi criado o G-77. (WILLIAMS, 1987).

No Norte, crescia a preocupação com o aumento do consumo, com os impactos da industrialização e com a manutenção do padrão de vida alcançado pelo *Welfare State*, que parecia estar ameaçado por algo potencialmente tão destruidor quanto a guerra: a falta de cuidado com o meio ambiente e a super exploração das fontes de recursos naturais (SCHUHMACHER, 1973). Para alguns analistas, tal problema estaria a exigir o controle populacional nos países em desenvolvimento e o estabelecimento de meta de crescimento zero na economia. (MEADOWS et al, 1974; EHRLICH, 1968).

Por sua vez, no Sul, posteriormente representado pelo G-77, os Estados preocupavam-se com as tentativas do Norte em fazê-los renunciar ao desenvolvimento com o discurso ambiental, sendo que os países desenvolvidos obtiveram boa parte de sua riqueza da extração insustentável de recursos. Havia uma suspeita de que os padrões ambientais eram usados pelos países ricos para manter o Sul em desvantagem competitiva, no que se constituiria uma espécie de “eco imperialismo”. Além disso, o Sul sozinho não possuiria recursos para fazer uma transição de modelo de desenvolvimento de tamanha envergadura. Seriam necessárias transferências de tecnologia e assistência financeira para os países mais pobres. (VIEIRA, 2012).

Apenas no fim dos anos 1960 a comunidade internacional tomou conhecimento da interdependência entre desenvolvimento e proteção ambiental. Até 1972 os tratados ambientais foram dominados pelas demandas dos países industrializados, a maioria deles apresentando uma interconexão entre conservação natural e colonialismo, e quase nenhum lidando com as necessidades socioeconômicas dos países subdesenvolvidos. Consequentemente, era esperado

⁹ Como analisado por Williams (1987), o desenvolvimento desigual do capital não apenas cria duas classes de países, como também disparidades entre os próprios países em desenvolvimento, entre o G-77 são notáveis as diferenças de tamanho (área), população, recursos naturais, industrialização, PIB. Todavia, a diferença central aqui, explorada no discurso e que possibilita a existência da coalizão é **a disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.**

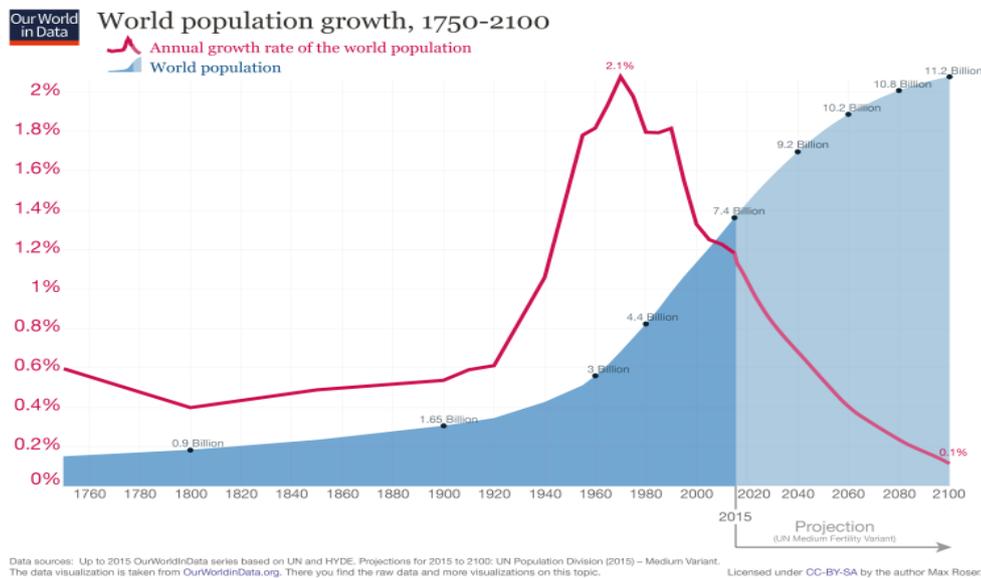
que o debate ambiental se estruturasse na forma de um impasse Norte-Sul, já que as demandas se mostravam praticamente irreconciliáveis. (BEYERLIN, 2006)

Posteriormente, as demandas dos dois grupos de países foram concertadas, em certa medida, pela institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, que foi percebido como um caminho alternativo à privação do Sul, no tocante à melhoria nas condições de vida, e à destruição do meio ambiente, nos moldes do modelo de desenvolvimento utilizado pelo Norte. Ainda assim, o embate é importante e permeia, embora de maneira mais branda, as discussões ambientais até hoje.

Além da preocupação com a manutenção das condições de vida e com a potencial expansão desses padrões para o resto do mundo, a explosão demográfica que acompanhou o *boom* econômico, o aumento da expectativa de vida e o declínio da taxa de mortalidade também contribuíram para que o meio ambiente passasse a sobressair no debate público e científico. (HOBSBAWN, 1995).

Como se pode visualizar no figura 1 abaixo, a população mundial passou de 1,65 bilhões de pessoas em 1900 para 3 bilhões em 1960, e a taxa de crescimento anual da população mundial durante o século XX atinge o pico dentre os períodos ilustrados.

Figura 1- Crescimento da população mundial, de 1750 a 2100



Fonte: Extraído de: Max Roser and Esteban Ortiz-Ospina (2017), com dados da UN Population Division (2015) e HYDE.

A mudança demográfica gerava dúvidas não apenas quanto à capacidade da oferta de alimentos para abastecer a crescente demanda, mas também a respeito do esgotamento dos

recursos não renováveis pelo uso crescente. Igualmente se indagava se o rápido crescimento populacional levaria a um aumento da pobreza e das emissões de gases de efeito estufa.

A apreensão da sociedade foi expressa em livro de visão apocalíptica intitulado “*The population bomb*”, de Paul Ehrlich (1968), que apontava um excesso de população no mundo e previa situações catastróficas em decorrência da falta de comida e da deterioração do meio ambiente, tendo em vista o uso exacerbado de fertilizantes, pesticidas e emissões. (ROME, 2003).

Não só o aumento populacional trazia destaque para o tema, também a transferência em massa de contingentes populacionais do campo para a cidade, e a criação de subúrbios. Esse processo deu origem a constantes protestos por ar limpo, água potável, parques urbanos e melhores condições de vida, merecendo realce que grande parte dessas manifestações era liderada por mulheres de classe média¹⁰. Ou seja, questões locais, como a poluição sonora, da água e do ar, a construção de barragens e rodovias, que tomavam o lugar de rios e florestas, e o despejo de resíduos sólidos em áreas impróprias, sugeriam que o ambiente urbano se tornaria, desse modo, perigoso para a saúde humana.

No nível sistêmico, de uma forma geral, a dinâmica da Guerra Fria – por dividir temas em *high politics* (questões de segurança militar) e *low politics* (questões sociais, econômicas e outras) e se configurar como um conflito global Leste-Oeste – limitava e distorcia os debates sobre as questões ambientais, vinculando-os a considerações de segurança estratégica internacional (SATO, 2000)

Em contrapartida, no período de acirrada disputa, os testes nucleares das grandes potências se tornaram a primeira questão ambiental realmente global. De 1945 a 1962, EUA, França, Inglaterra e URSS realizaram 423 detonações nucleares. O segredo que cercava a realização de testes, os resíduos tóxicos e as nuvens radioativas resultantes das detonações, cruzavam os oceanos e ampliavam a importância desse assunto para a comunidade científica e para a população em geral (McCORMICK, 1992).

Durante a proliferação do uso da energia nuclear entre as potências, existiam poucos estudos sobre os impactos ambientais dos testes nucleares. Uma das primeiras indicações de resultados adversos ocorreu em 1952, quando uma chuva radioativa caiu a mais 2 mil km do

¹⁰ Essas mulheres, majoritariamente bem educadas, muitas vezes se envolviam com a causa ambiental por buscarem novas atividades quando seus filhos já estavam crescidos, porque sentiam os resultados diretos da ameaça ambiental em suas casas no subúrbio e pelo ambientalismo se apresentar como uma oportunidade de se envolverem na esfera pública (ROME, 2003).

local de testes da Grã Bretanha, atingindo a costa da Austrália. Acontecimentos semelhantes foram verificados nos EUA, depois de testes em Nevada. (McCORMICK, 1992)

Sem dúvida, um dos episódios mais destacados foi o teste da bomba de hidrogênio (BRAVO) dos EUA no atol de Bikini. O experimento resultou em quantidade de partículas espalhadas duas vezes maior do que o esperado, e a mudança de ventos levou as cinzas radioativas para as ilhas Marshall, contaminando 18 mil km² de oceano devido à dispersão dessas nuvens. Dias depois do teste, um barco japonês voltou ao porto com 23 tripulantes apresentando doenças de radiação, por terem passado pela área contaminada. (McCORMICK, 1992)

Eventos como esse mostraram o quão pouco se sabia sobre o meio ambiente (e sobre a precipitação nuclear), e dividiram a opinião pública e política, que aos poucos passava a politizar mais o termo precipitação nuclear. Desse modo, a degradação do meio ambiente foi incluída como um dos motivos para a proibição dos testes.

Ademais, muitas crianças *baby boomers* tinham pesadelos sobre a guerra atômica, e havia dúvida em relação a possibilidade de a humanidade sobreviver a essas ameaças. A preocupação com a sobrevivência em meio à disputa nuclear se ligava à preocupação com a sobrevivência e com o fim do mundo, devido ao cenário ambiental que se apresentava. Como essa juventude cresceu “à sombra” da bomba, conseguia entender melhor as ameaças da crise ambiental, pois não conhecia outra época, em que não havia a ameaça da aniquilação. Ao ler as publicações, essa geração compreendia que se a situação de degradação ecológica, poluição do ar, água e solo continuassem no ritmo em que se encontrava, o mundo se tornaria inabitável. (ROME, 2003).

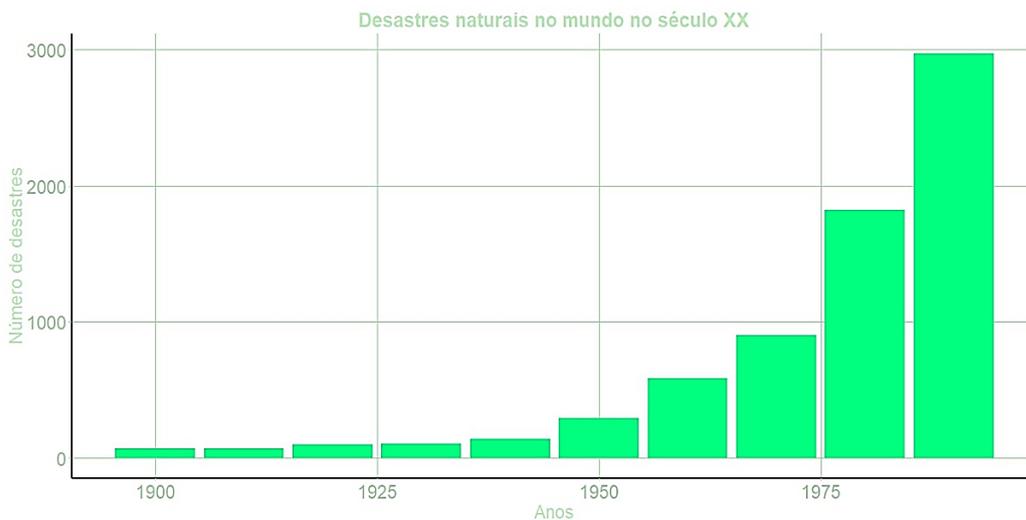
Nesse contexto, a guerra do Vietnã contribuiu, também, para o fortalecimento do movimento ambientalista, pelo fato de a mídia mostrar que as tropas estadunidenses estavam não só combatendo pessoas, mas também a natureza. De fato, o exército estadunidense usou desfolhantes químicos em 1/8 do país, para atingir florestas e campos de arroz. As televisões mostravam as crateras do excesso de bombardeamento, que faziam o terreno se parecer com a superfície da Lua. Por isso, os movimentos de contracultura – questionando o *status quo*, incluindo a Guerra do Vietnã – e o do ambientalismo se relacionavam fortemente (ROME, 2003).

O aumento da poluição e da degradação ecológica foram alguns dos efeitos provocados pela explosão da taxa de crescimento econômico, pelas mudanças demográficas e pela capacidade humana de, através da tecnologia, modificar o meio (HOBSBAWN, 1995).

Com efeito, de 1966 a 1972 aconteceu uma série de desastres ambientais, e poucos Estados ainda não tinham sido afetados por algum tipo de problema ambiental. Como esse tipo de problema, frequentemente, não se restringia às fronteiras nacionais – como poluição marinha, chuva ácida e desertificação –, ganhou relevância a regulação ambiental e a coordenação interestatal, pois os impactos são universais, mas os problemas têm origem difusa nos países. (McCORMICK, 1992)

Nas figuras 2 e 3 abaixo pode-se visualizar como o número de tratados ambientais multilaterais assinados acompanhou a tendência crescente¹¹ dos desastres naturais ao longo do século XX. É importante notar que a escala dos gráficos apresentados nas figuras é diferente, e que os tratados destacados são apenas os multilaterais em matéria ambiental; cabe o realce porque muitos tratados bilaterais ambientais também foram assinados no período, em que a legislação doméstica em matéria ambiental começou a surgir.

Figura 2- Desastres naturais¹² no mundo no século XX

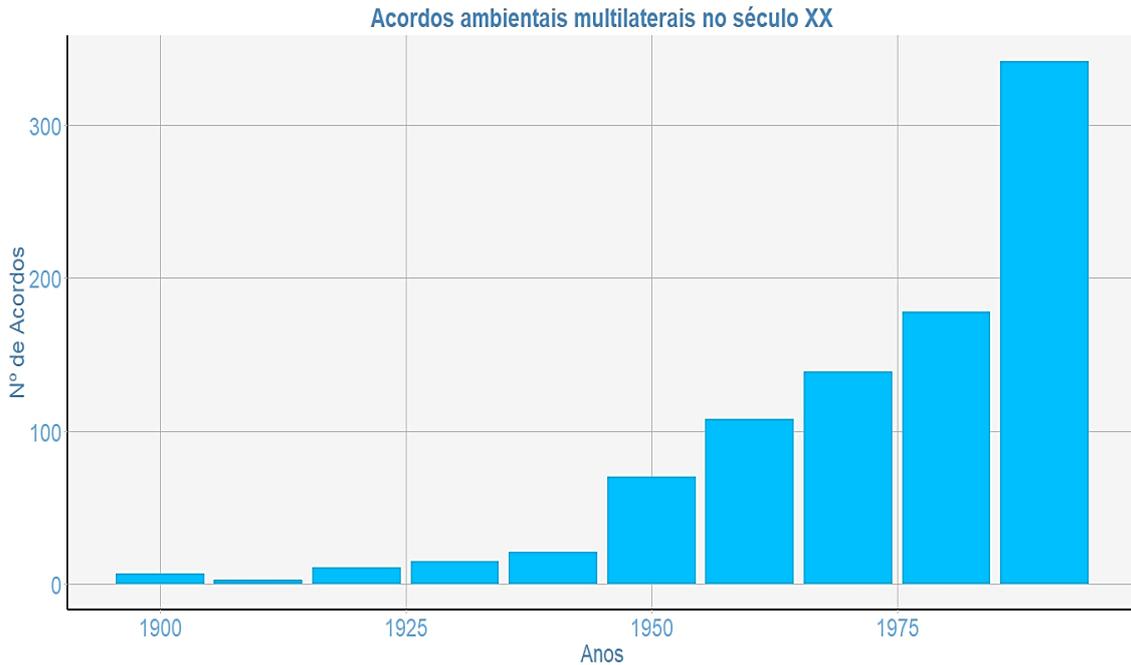


Fonte: Elaboração da autora com dados de EM-DAT: The Emergency Events Database - Université Catholique de Louvain (UCL) - CRED, D. Guha-Sapir (2017)

Nota: Cálculo da década feito a partir da soma das ocorrências dos anos.

¹¹ Muitos especialistas apontam que o crescimento do número de desastres é resultado da relação desequilibrada entre oferta de serviços ambientais e a demanda por eles. A demanda além da capacidade de carga do planeta seria exacerbada porque as economias capitalista e socialista criam incentivos para desrespeito do meio ambiente e fracassam em remediar a situação dos *Commons* globais, desse modo, os custos maiores acabam ficando a cargo da sociedade como um todo. Outros acreditam que o Sistema Internacional anárquico dá incentivos aos próprios Estados para a geração de externalidades negativas, já que esses se preocupam com ganhos relativos e segurança ao invés de com proteção ambiental e a governança é menos efetiva em nível internacional, dessa forma a busca por segurança por parte dos Estados e a busca por lucros por parte de Multinacionais inclinam ambos a ignorarem os danos ambientais a não ser que sejam pressionados por movimentos ambientalistas e ONGS. (MITCHELL, 2002)

¹² São considerados desastres naturais pela EM DAT: Terremotos, movimento de massa (geofísica), atividades vulcânicas, temperaturas extremas, nevoeiro, tempestades (extra-tropicais, tornados), enchentes, deslizamentos, ações de ondas, seca, *glacial lake outburst*, incêndios na natureza, epidemias, infestação de insetos, acidentes com animais, acidentes com origens extra terrestres.

Figura 3 – Acordos ambientais multilaterais no século XX

Fonte: Elaboração da autora com dados de MITCHELL (2017). *International Environmental Agreements Database Project*.

Nota: Cálculo da década feito a partir da soma das ocorrências dos anos.

Além dos desastres naturais, aumentaram o número e a magnitude de desastres tecnológicos industriais, devido às mudanças¹³ pelas quais as fábricas passaram a partir da metade do século: De 68 eventos nos anos 1950, a quantidade subiu para 967 nos anos 1980 (EM-DAT, 2017). E, como reconhece o *Global Environmental Outlook* (GEO-2003, 2003), Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os acidentes ampliados, frequentemente, não têm seus efeitos restritos às fronteiras nacionais, acabando por impactar outras localidades, seja na forma de danos ambientais e humanos, seja na forma de ativismo político e negociações multilaterais.

O avanço científico e tecnológico verificado no período se manifestou no desenvolvimento da energia atômica, na revolução química na agricultura¹⁴, na proliferação de materiais sintéticos e no aumento da extração de recursos, criando (ou contribuindo para), dessa forma, novos desastres ambientais. (ROME, 2003). Ao mesmo tempo, o número e a gravidade dos acidentes não teriam politizado significativamente o tema ambiental não fosse o

¹³ Para a economia de escala e a integração produtiva, as fábricas e equipamentos tiveram sua dimensão e potência ampliadas e foram criados polos industriais – O que levou ao crescimento do potencial destrutivo dos acidentes industriais por motivo da concentração de potência de unidades maiores e de possíveis efeitos dominó no caso de acidentes nos polos. (DUARTE, 2008)

¹⁴ Notável nesse sentido foi a revolução verde iniciada no pós guerra, baseada no uso extensivo de produtos químicos e que gerou contaminação ambiental por uso excessivo de pesticidas como o DDT e fertilizantes.

desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que contribuíram para a cobertura midiática dos principais acidentes em vários países do mundo. Não menos importante, havia disposição e interesse dos meios de comunicação em divulgar a causa ambientalista, trazendo fatos científicos e mostrando a fragilidade do meio ambiente e os impactos diretos dos acontecimentos na vida das populações. (KAMIENIECKI, 1993)

Foi igualmente crucial o aumento dos dados científicos disponíveis sobre os problemas ambientais, como sobre causas e efeitos da destruição da camada de ozônio e do aquecimento global. Os estudos aprofundados sobre os fenômenos que ocorriam forneciam à opinião pública informações relevantes sobre os resultados da interferência humana na natureza. Durante os anos 1970, publicações¹⁵ científicas chamavam a atenção para as questões planetárias e definiam/geravam a agenda ambiental global. (SPETH, 2002; KAMIENIECKI, 1993).

A tomada de consciência da opinião pública sobre os temas ambientais foi favorecida e fomentada por documentos como o relatório intitulado “*The limits to Growth*”, do Clube de Roma¹⁶, e por livros e artigos como “*Silent Spring*”, de 1962, sobre o uso indiscriminado de DDT¹⁷ e pesticidas sintéticos, e “*The Tragedy of the Commons*”, 1968, sobre a superexploração dos recursos ambientais comuns. Esses artigos estruturam percepções de problemas ambientais, tornando-os fatos sociais, levando a uma evolução cognitiva¹⁸. Assim, tornaram-se entendidos não como problemas locais pontuais, mas como questões inaceitáveis que concernem e ameaçam a todas as pessoas.

2.1.2. Reflexos da tomada de consciência sobre a importância da sustentabilidade

O panorama apresentado nas páginas anteriores mostra o contexto de efervescência e confluência de tendências favoráveis à politização do tema ambiental (especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970) em diferentes esferas. As questões ambientais da agenda no período, entre o imediato segundo pós guerra e o fim dos anos 1960, eram pautadas em

¹⁵ Como por exemplo., *This Endangered Planet* (Richard Falk, 1971), *Exploring New Ethics for Survival* (Garret Hardin, 1972), *Only One Earth* (Barbara Ward e Rene Dubos, 1972), *The Limits to Growth* (Donella Meadows et al., 1974), *The Human Future Revisited* (Harrison Brown, 1978) e *The Twenty Ninth Day* (Lester Brown, 1978).

¹⁶ O relatório apontava com preocupação para o ritmo da industrialização, crescimento populacional, esgotamento de recursos naturais e indicava que os limites a esse tipo de crescimento resultariam em repentino declínio de população e capacidade industrial, por isso um equilíbrio global econômico e ecológico deveria ser buscado. (Meadows et al, 1972).

¹⁷ Diclorodifeniltricloroetano

¹⁸ A qualquer tempo fatos sociais podem ser socialmente construídos por entendimentos coletivos do mundo físico e social. A evolução cognitiva é um processo de aprendizado internacional, de adoção de novas interpretações de realidade por parte de governos a partir de inputs da sociedade (ADLER, 1997).

decorrência de eventos/catástrofes e de realidades diárias das pessoas, e nutriam interpelações dirigidas principalmente aos governos domésticos.¹⁹

O longo período de crescimento econômico e prosperidade nos países desenvolvidos, iniciado no segundo pós guerra, deu origem a uma mudança ideacional (principalmente entre a população mais jovem), que fez com que a sociedade civil exercesse pressão sobre os governos para que certos padrões mínimos de respeito ao meio ambiente fossem estabelecidos. Com o aumento do conforto material, do tempo de lazer e do maior alcance do sistema educacional nos países industrializados, crescia também o descontentamento latente da população com a incapacidade do governo de resolver questões de desigualdade social e degradação ambiental. A demanda por qualidade ambiental crescia e as expectativas da população também aumentaram, à medida que se percebia que mais produção não necessariamente resolveria os problemas da sociedade (McCORMICK, 1992; PETH, 2002.)

Ademais, durante os anos 1960, o ambientalismo se beneficiou da movimentação de outros grupos²⁰, como já assinalado (ROME, 2003.). O despertar da opinião pública foi visto, por exemplo, na maior manifestação ambientalista da história, em 1970, no dia da Terra, em que 300 mil estadunidenses participaram pedindo “[...]mudanças para uma sociedade global aparentemente propensa à autodestruição”. (MCCORMICK, 1992, p. 63).

O *timing* também foi crucial: Quando os protestos ambientalistas e anti-guerra emergiram nas principais cidades do mundo, as empresas foram pegas de surpresa²¹ pelas novas forças que protestavam contra o *establishment*, pois percebiam que as grandes corporações saíam ilesas depois de provocarem danos ambientais severos. E, como foi exposto, os vários acidentes industriais e tecnológicos e os desastres naturais e seus impactos não passaram despercebidos pelas ONGS²² e pela opinião pública mundial. (SPETH, 2002.)

Em nível sistêmico, a questão ambiental ganhou mais espaço e visibilidade na agenda internacional durante a “Era da catástrofe”, segundo Hobsbawn (1995), iniciada nos anos 1970 e marcada pela crise do modelo de desenvolvimento da época, com aumento da pobreza e da

¹⁹ Com exceção da camada de ozônio e do crescimento populacional

²⁰ Nos EUA, por exemplo, os novos liberais tinham como plataforma política um liberalismo qualitativo, ou seja, não se tratava mais de garantir condições econômicas mínimas para a população, mas de assegurar a melhoria na qualidade de vida dela e bens coletivos não providos pelo mercado como rios limpos, ar puro e parques. (ROME, 2003)

²¹ Ao contrário do que afirma o senso comum, a pressão para a participação em organizações e tratados ambientais não partiu de um forte complexo Estado-Sociedade ocidental: Os países ocidentais foram tão relutantes quanto os outros em participarem (em termos de tempo para ratificar, respeito às cláusulas, vontade de liderar na matéria). As raízes do ambientalismo tem sim origem em sociedades e culturas ocidentais, como mostrado aqui, mas o aparelho estatal e as empresas não foram os *entrepreneurs* do processo, as empresas só se engajam tardiamente no debate. (MEYER et al., 1997)

²² O número de ONGs ambientais passou de 174, em 1909, para quase 30 mil, em 1993 (MACHADO, 2006).

miséria. Nesse período, a disputa Leste-Oeste já perdia força com a *détente* e vários eventos importantes internacionalmente tinham menos relação direta com os conflitos da Guerra Fria. Desse modo, outros temas podiam ser incorporados mais facilmente nas agendas políticas dos países. (HOBSBAWN, 1995; SATO, 2000.)

Os debates mais politizados e críticos sobre os problemas ambientais na agenda internacional surgiram no fim daquela década e no início dos anos 1970, em decorrência de eventos com impactos transnacionais e também do sucesso de ONGS, cientistas e movimentos sociais em fazer um *framing*²³ da questão²⁴, retratando-a como um problema global ameaçando a sobrevivência das pessoas.

Ou seja, é possível falar em uma forte inter-relação envolvendo, de um lado, as mudanças ideacionais e das subjetividades na sociedade, e, de outro, os efeitos materiais visíveis da crise ambiental, o que resultou em atribuição de maior importância às questões ambientais e aos atores envolvidos com o tema ambiental na definição de estruturas de poder nas Relações Internacionais. Um aspecto central desse processo foi o questionamento sobre a viabilidade da continuidade do modelo econômico e da relação homem-natureza vigentes. (MILANI, 2008)

Se, por um lado, as forças estruturais provocam a degradação ambiental, por outro lado, há espaço para ações humanas atuarem para que aquela não seja inevitável. A regulação intergovernamental e a sociedade civil conseguem criar constrangimentos e incentivos para induzir à internalização das externalidades. Desse modo, os Estados sentem a necessidade e são também pressionados a trabalharem para a criação de arranjos institucionais para lidar com as questões, ou seja, para a constituição de regimes internacionais.

Os regimes ambientais, assim como os outros regimes, não surgem em um vácuo. Para Young e Krasner (1983), eles são resultado de interações entre diferentes atores – estatais, não-estatais e indivíduos – para responder a problemas de coordenação de ações coletivas. São práticas sociais concebidas para guiar ações de membros da sociedade internacional em áreas temáticas específicas, que assumem a forma de normas, princípios, regras e procedimentos de tomada de decisão.

Os regimes ambientais são descritos como uma rede frouxa, descentralizada e densa de instituições, normas e tratados frequentemente divididos por tópicos, setores e territórios, uma

²³ Segundo Keck e Sikkink (1999), o *framing* é um esforço estratégico consciente de um grupo de pessoas/ativistas para moldar entendimentos compartilhados do mundo e de si mesmos e legitimar e motivar ação coletiva.

²⁴ O processo é facilitado pela existência de Organismos Internacionais como a ONU, que tem agenda aberta para preocupações amplas. (MEYER et al., 1997)

característica que pode levar à sobreposição e ao conflito de normas. Entretanto, há vantagens na configuração desse sistema de governança: Ao lidar com problemas complexos, a estrutura descentralizada e frouxa dos acordos pode impedir que a inatividade de uma das instituições comprometa o sistema como todo, pois as múltiplas arenas de debate permitem a participação de muitos atores, inclusive da sociedade civil, e ajudam na difusão de normas. (KANIE, 2007)

A conferência de Estocolmo, trabalhada nas próximas páginas, ajudou a difundir as normas ambientais mundialmente, no longo prazo, e contribuiu para uma maior demanda por regimes ambientais.

Os debates dos anos 1960 e 1970 culminaram no **marco histórico** da Conferência do Meio Ambiente Humano de 1972, a Conferência de Estocolmo, que indicou que o meio ambiente era uma preocupação legítima para a comunidade internacional (KECK; SIKKINK, 1998):

Antes disso, a representação social sobre o problema ambiental era influenciada, sobretudo, por normas de **conservação e preservação** de ecossistemas (mares, solos, Antártica, zonas desnuclearizadas) e de proteção de espécies ameaçadas de extinção (aves migratórias, mamíferos aquáticos). (MILANI, 2008, p. 289)

A partir da abertura do novo foro de diálogo, uma agenda comum entre política, ciência e natureza começou a ser formada, levando a disputas entre a urgência da proteção ambiental e a necessidade de desenvolvimento. (MILANI, 2008). O tópico se tornava tão importante que os países foram forçados a desenvolver programas ambientais nacionais. (SPETH, 2002.).

Como exposto, os países desenvolvidos nos anos 1970 tinham como foco questões como controle populacional e acesso a recursos. Já o G-77 buscava o desenvolvimento e o reconhecimento da responsabilidade dos países desenvolvidos pela degradação ambiental. Então, para envolver os países em desenvolvimento na criação do regime ambiental, foi necessário um *linkage* entre impactos ambientais e a agenda política desses Estados. A participação dos países em desenvolvimento em Estocolmo e na UNCED (RIO – 92) se deveu, portanto, à ligação estabelecida entre meio ambiente e desenvolvimento (MITCHELL, 2002)

Em Estocolmo os países em desenvolvimento tiveram a primeira oportunidade de negociação como coletivo unificado fora da UNCTAD. Foi também nesse âmbito que tais países conquistaram mais influência política, porque sua participação era necessária para a abordagem dos problemas associados à camada de ozônio. Nesse contexto surgiram os primeiros regimes ambientais com responsabilidades comuns, mas diferenciadas²⁵: Os países

²⁵ A convenção de Viena para proteção da camada de Ozônio de 1985 e o Protocolo de Montreal de 1987. No Protocolo de Montreal, o artigo 5 versa sobre a situação especial dos países em desenvolvimento: “Qualquer Parte

desenvolvidos têm responsabilidade histórica pela degradação ecológica, mas, sem a participação do Sul, os esforços para combater a destruição da camada de ozônio pouco avançariam. (STOUNTENBURG, 2015).

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente humano de 1972 foi, portanto, resultado do contexto anteriormente descrito, de grandes transformações ideacionais, econômicas e ambientais. Havia especialmente, nesse período, entre os discursos ambientalistas, uma forte crítica à industrialização e ao crescimento econômico, e a adequação da estratégia de desenvolvimento do Norte ao Sul era questionada pela falta de melhoria material na vida da população do Terceiro Mundo. Uma alternativa sustentável deveria ser proposta, tendo-se em conta uma crítica se mostrava dupla: Econômica e ambiental. (TULLOCH, L; NEILSON, D., 2014).

Conforme afirma Ignacy Sachs (2009), em Estocolmo o foco se voltou para o impacto do desenvolvimento no meio ambiente. Considerou-se que a proteção do ambiente se tornou um problema e um objetivo mundial, e se acordou que o crescimento econômico ainda era essencial (tendo em vista as desigualdades), mas com harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos. Como a mera proteção ambiental tinha pouco apelo no Sul, por parecer implicar na restrição ao desenvolvimento, o ambientalismo assumiu uma forma mais aceitável ao considerar serem mais amplas tanto as raízes das crises ambientais como as formas de equacioná-las, o que encorajou mais governos nacionais a fazer do meio ambiente uma questão política. O conceito normativo “desenvolvimento sustentável” surgiu como “Ecodesenvolvimento”, nesse período, para defender a possibilidade de se integrar esses diferentes objetivos (ROMEIRO, 2003).

De uma posição pré-Estocolmo de rejeitar os padrões econômicos e sociais da sociedade capitalista e buscar mudanças fora das instituições estabelecidas, uma nova geração de ambientalistas havia se voltado, uma década depois, no sentido de uma política de compromisso²⁶, de usar os sistemas econômicos, sociais e políticos para realizar as mudanças dentro desses próprios sistemas. O novo slogan ambiental era "desenvolvimento sustentável" (McCORMICK, 1992 p.151)

Começou, assim, um reenquadramento da ligação entre economia e ecologia, apresentadas, a partir de então, como dimensões interdependentes pela maior parte da teoria e

que seja país em desenvolvimento, e cujo nível calculado anual de consumo das substâncias controladas seja inferior a 0,3 quilogramas per capita, na data da entrada em vigor do Protocolo para a Parte em questão, ou a qualquer tempo dentro de dez anos da entrada em vigor do referido Protocolo, poderá, a fim de satisfazer suas necessidades internas básicas, adiar o cumprimento das medidas de controle estabelecidos nos parágrafos 1 a 4 do Artigo 2, por dez anos após os prazos especificados naqueles parágrafos.” (BRASIL, 1990)

²⁶ Compromisso no sentido de *compromise* do inglês: Acordo/conciliação

das conferências internacionais (TULLOCH, L; NEILSON, D., 2014). Por conseguinte, essa é uma alteração que permite conciliar a agenda de desenvolvimento do Sul com a proteção ambiental, principalmente porque se percebeu que o crescimento econômico e a assistência econômica mal direcionada tinham dado origem a outras mazelas. E a degradação ambiental prejudicava principalmente a população pobre, majoritariamente localizada em países em desenvolvimento. (McCORMICK, 1992).

Nos anos 1980, os debates sobre novos rumos para o desenvolvimento se intensificaram, em uma década na qual a pobreza e o desemprego estavam em níveis alarmantes e assolavam principalmente os países mais pobres, resultando em aumento da pressão sobre os recursos ambientais. Entre a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Rio 92, um consenso foi sendo consolidado de que as intervenções humanas na natureza tinham causado modificações irreversíveis nos ecossistemas, e, por conseguinte, as ações tomadas deveriam ser baseadas no princípio da precaução²⁷ (MILANI, 2008).

Nesse momento, a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável, e que politizou o conceito, é apresentada pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento²⁸ (CMMAD) em 1987, no relatório “Nosso futuro comum” (também conhecido como Relatório Brundtland), por cujo diagnóstico as falhas a serem corrigidas advêm da pobreza e da visão de curto prazo com a qual se busca, geralmente, a prosperidade.

Para o relatório, o desenvolvimento sustentável é o que permite que as gerações atuais satisfaçam as suas necessidades sem que comprometa a capacidade de gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é mais que mero crescimento econômico, ele envolve uma mudança no conteúdo do crescimento para que seja menos intensivo em materiais e energia e mais igualitário em seu impacto. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988)

Mesmo não sendo a definição mais rigorosa, ainda assim a definição de Brundtland traz um ponto central, que é a equidade intergeracional. Além do mais, o Relatório fortaleceu a visão, advogada pelos países periféricos, de que os países desenvolvidos deveriam apoiá-los financeira e tecnicamente, para que pudessem se desenvolver com sustentabilidade ambiental. (VEIGA, 2005)

Para o Relatório, assim como o subdesenvolvimento era uma ameaça à natureza, o “sobre desenvolvimento” também se constituía como uma ameaça. Portanto, maior presença do

²⁷Nos casos nos quais há incerteza científica sobre riscos e benefícios de alguma atividade, as decisões devem ser tomadas pelo lado da cautela no que diz respeito ao meio ambiente e à saúde da população. (KRIEBEL et al, 2001).

²⁸ Criada em 1983 pela Assembleia Geral da ONU depois de avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo.

mesmo tipo de desenvolvimento que caracterizava o Norte não seria uma solução ao problema, mostrando-se o desenvolvimento sustentável como a nova via proposta. (ROBINSON, 2003). Depois do longo embate entre os dois grupos de países, mostrava-se claro que o desenvolvimento sustentável era o único contexto no qual haveria confiança suficiente para as difíceis medidas necessárias para a realização de objetivos ambientais (SPETH, 2002.).

Para a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), os principais objetivos de políticas para que o desenvolvimento sustentável fosse atingido, no ano 2000 e além, deveriam ser: Retomar o crescimento, para erradicar a pobreza; mudar a natureza do crescimento econômico, para que este pudesse ser mais justo e para que menos matérias primas fossem usadas; promover o uso de energias renováveis; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, energia, alimentação, água e saneamento, entre outros.

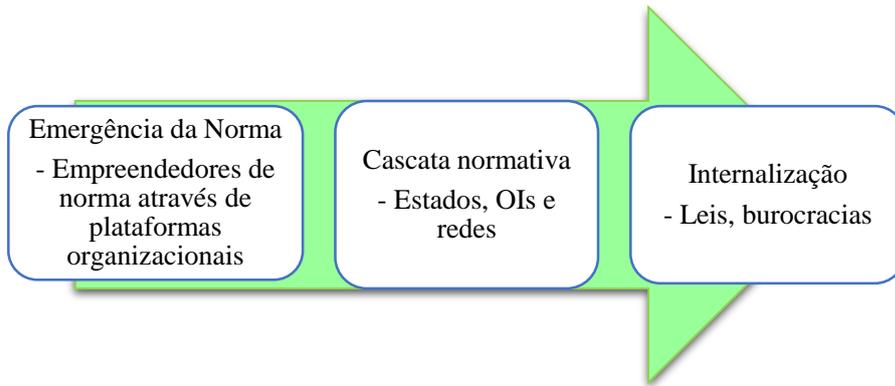
Nesse íterim, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) firmou o desenvolvimento sustentável na agenda internacional com a publicação da Agenda 21, na qual se chegou ao consenso de que os países têm a obrigação e o direito de buscar a sustentabilidade de seu desenvolvimento (MOUTINHO DOS SANTOS, 2004). Depois da conferência, e nos encontros subsequentes, a interdependência entre desenvolvimento econômico/social e qualidade ambiental se tornou aceita e foi integrada nos discursos e ações políticas de Estados e organismos não governamentais.

Como se pode ver, aconteceu, gradualmente, um processo de amadurecimento ideacional e normativo que teve como marcos políticos a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Rio – 92. A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável passou a ser visto como carro chefe do processo de institucionalização do meio ambiente na agenda internacional, que teve a Rio-92 como ponto culminante, fazendo com que essa dimensão permeasse a formulação e implementação de políticas públicas em todos os níveis (AMAZONAS, 2002).

Dessa maneira, pode-se pensar na emergência da sustentabilidade como uma norma internacional, um padrão de comportamento adequado para atores com uma dada identidade. Cabe associá-la a uma aspiração da sociedade, formulada conjuntamente por sociedade civil, empresas e Estados, a qual, quando desrespeitada, gera constrangimentos e desaprovação. (RUGGIE, 1998).

Ora, o processo aqui descrito, que levou a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável à agenda internacional e à sua configuração como norma internacional, pode ser representado de forma imperfeita pelo modelo do ciclo de vida das normas internacionais de Finnemore e Sikkink (1998), representado na figura 4.

Figura 4 – O ciclo de vida das normas internacionais



Fonte: Elaboração da autora com dados de Finnemore e Sikkink (1998)

Segundo o modelo, em um primeiro estágio, os empreendedores de norma, as ONGS e as redes transnacionais de ativistas, orientados por valores/ideais, tentam persuadir uma quantidade suficiente de Estados a aceitarem um novo padrão de conduta. No caso em foco, a optarem por um novo modelo de desenvolvimento, implicando uma nova relação entre homem e natureza. (FINNEMORE; SIKKINK, 1998)

Após os atores terem conseguido persuadir um número significativo de Estados²⁹ a se tornarem agentes da socialização de normas, inicia-se o segundo estágio: A cascata. Nesse estágio o principal mecanismo é a imitação/socialização, os líderes de normas tentam envolver outros Estados nas novas normas (em conferências internacionais, negociando tratados); aqui as organizações internacionais e os Estados pressionam os que ainda não aderiram ao novo padrão (oferecendo incentivos/ aplicando sanções), sendo que os que aderem têm como principais motivações a legitimação, a conformidade e a estima. (FINNEMORE; SIKKINK, Ibid).

Por fim, ocorre a internalização: As novas normas são tão amplamente aceitas que há pouco debate em torno delas; os principais atores são as leis, as burocracias e os profissionais que as executam, a principal motivação é a conformidade e os mecanismos são o hábito e a institucionalização. (FINNEMORE; SIKKINK, 1998).

O modelo exposto é um tipo ideal que representa de forma imperfeita o ciclo de vida do desenvolvimento sustentável enquanto norma internacional, pois apesar de ter passado por essas etapas, essa norma não conseguiu ocupar na prática o lugar do antigo paradigma de

²⁹ A adoção de um regime ou de uma norma é resultado de muitos fatores, um governo pode aceitar uma norma por diferentes razões, sejam elas éticas, ideológicas, de interesse nacional (como no caso de Estados Insulares ameaçados pelo aquecimento global). A opinião pública também é um fator importante em democracias e poder dos Estados que apoiam uma norma pode influenciar outros Estados a adotá-la sob pressão. (BODANSKY, 2010).

desenvolvimento³⁰ (focado no crescimento econômico contínuo, na primazia do mercado e em combustíveis fósseis). Ou seja, o contexto normativo continua sendo contestado.

Por um lado, o desenvolvimento sustentável foi incluído em muitas constituições de Estados, junto aos direitos fundamentais e também em leis e regulações específicas de alguns setores e projetos. Por outro lado, desde 1992 o desenvolvimento sustentável não obteve status prioritário nas agendas dos países, que seguem executando projetos de desenvolvimento setorial na lógica do paradigma anterior. Até mesmo na Europa, vista como líder na operacionalização do conceito, o desenvolvimento sustentável disputa o lugar prioritário com o crescimento econômico e a competitividade (como evidenciado pelos documentos “Estratégia de Lisboa” e “Estratégia de Desenvolvimento sustentável”). (UNDESA, 2012)

A adoção do desenvolvimento sustentável sem a renúncia ao antigo paradigma se reflete na resistência das instituições à adoção do desenvolvimento sustentável como *framework* guia para suas operações, disso resulta a criação de *tracks* paralelos em muitas áreas (como na ajuda ao desenvolvimento), portanto, o desenvolvimento sustentável coexiste, mas não em pé de igualdade, com o desenvolvimento no antigo sentido, tanto na ONU, quanto em instituições financeiras internacionais e agências de cooperação. (UNDESA, *ibid*)

Essa mesma dualidade pode ser vista no nível doméstico dos Estados, onde estruturas dedicadas ao desenvolvimento sustentável trabalham paralelamente a instituições mais antigas e mais fortes que focam em “*business as usual*” e na academia, que mantém as áreas do conhecimento divididas por disciplinas tradicionais, ao invés de fazer uma abordagem integrada que permita pesquisas envolvendo as várias dimensões do desenvolvimento. (UNDESA, 2012)

Além do mais, a institucionalização do desenvolvimento sustentável, com a internalização da norma nos planos de desenvolvimento, tem graus de aderência variada entre países e empresas. Alguns deles usam o conceito apenas retoricamente, para serem aceitos, por medo do descontentamento e dos custos com os quais terão que arcar caso declarem, por exemplo, que os impactos ambientais de um projeto não são importantes. Algumas empresas também veem a adoção da sustentabilidade como oportunidade de aquisição de uma vantagem competitiva frente à crescente demanda dos consumidores por *corporate social responsibility* (EARLEY, 2016).

Já que a sustentabilidade é uma ideia complexa e normativa, representando, ao fim e ao cabo, um projeto de futuro que pode conduzir a humanidade a caminhos muito distintos, o seu

³⁰ Isso se reflete em estatísticas que retratam que, desde 1992, apesar do progresso em certas áreas como educação e saúde, aproximadamente 1 bilhão de pessoas passam por insegurança alimentar (como nos anos 1970), a desigualdade de renda é crescente e os problemas globais ambientais se tornaram mais agudos. (UNDESA, 2012)

significado tem sido definido no debate político/acadêmico. Diversas vertentes têm proposto interpretações.

2.1.3. Aproximação a alguns aspectos do debate teórico

Na abordagem em termos econômicos, tem-se normalmente uma visão antropocêntrica do desenvolvimento sustentável em termos de bem estar, segundo a qual o desenvolvimento seria sustentável se não houvesse uma diminuição da capacidade de fornecer um nível de consumo per capita constante ao longo do tempo. (DIETZ; NEUMAYER, 2007)

A capacidade de prover esse bem estar/nível de consumo é conceitualmente incorporada em duas formas de capital: Natural³¹ e reprodutível³². A partir disso, duas correntes se destacam no debate acadêmico de acordo com suas crenças no grau de capacidade de substituição do capital natural pelo reprodutível: A sustentabilidade forte e a sustentabilidade fraca (PEARMAN *et al.*, 1996).

2.1.3.1 Sustentabilidade fraca

A abordagem da sustentabilidade fraca, ligada à economia ambiental e defendida por autores como Solow, Dasgupta e Heal, Stiglitz e Hartwick vê o capital natural e o reprodutível como equivalentes e mais independentes entre si. Assim, o foco da teoria está na capacidade de substituição entre eles e na manutenção de um capital total constante, pois as inovações do progresso científico tecnológico conseguiriam substituir eventuais recursos e limitações relativas (PEARMAN *et al.*, *ibid.*).

Dessa forma, como aponta Solow (1993), a sustentabilidade seria a obrigação dessa geração com as próximas gerações de oferecer uma capacidade produtiva generalizada de criar bem estar, ou oferecer certos padrões de consumo e possibilidades de vida como as que se desfruta atualmente, tendo em vista que não é possível/desejável deixar o planeta da forma como ele foi encontrado e que não se sabe as preferências das próximas gerações. Por causa disso, a ideia está fundamentalmente ligada ao pensamento de que deveria haver um uso ótimo da renda gerada na extração de recursos não renováveis, e de que uma parte dessa seria investida

³¹ O capital natural é qualquer estoque naturalmente fornecido, desde aquíferos e terra fértil até a atmosfera terrestre (PEARMAN *et al.*, 1996).

³² O capital reprodutível/ construído pelo homem é a soma do capital físico (infraestrutura, equipamentos), com o capital humano (estoque de habilidades aprendidas que permitem o aumento da produtividade) e com o capital intelectual (estoque de conhecimento útil da sociedade, tecnologia). (PEARMAN *et al.*, 1996).

em capital reprodutível para compensar as próximas gerações pelas perdas que elas sofreriam devido ao consumo e à produção atual.

Por essa ser uma corrente neoclássica, os mecanismos de mercado são considerados os mais adequados para ampliar os limites ambientais ao crescimento econômico. Em um modelo de equilíbrio, a maior escassez de um bem ambiental transacionável se refletiria no aumento do seu preço, estimulando o desenvolvimento de inovações para substituí-lo/poupá-lo. No caso de bens públicos ambientais (como o ar), seria importante o uso de inovações institucionais e organizacionais para corrigir falhas de mercado, como o estabelecimento de direitos de propriedade sobre os bens ou a valoração econômica da degradação desses bens e posterior imposição de taxas. (ROMEIRO, 2003)

2.1.3.2 Sustentabilidade forte

Já a noção de sustentabilidade forte, advogada pela economia ecológica, com destaque para seus principais articuladores: Pearce et al, Daly e Constanza; vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior. Como resultado, a economia não pode crescer indiscriminadamente sem que se apresentem restrições. Aqui o capital construído e o capital natural são complementares, a capacidade de substituição entre eles é limitada e o nível de capital natural deve ser mantido constante, já que alguns dos serviços ecossistêmicos que o meio ambiente oferece não são substituíveis, e não se sabe ao certo a capacidade de carga do planeta. (CONSTANZA; DALY, 1992).

Nessa lógica, Daly (1996) propõe um Estado estacionário. O autor nega a possibilidade de um crescimento sustentável, crescimento aqui entendido como mais do mesmo, entendendo-se o desenvolvimento como transformação qualitativa. Assim, a economia poderia se desenvolver sustentavelmente com um crescimento líquido zero, acompanhado de controle populacional e de consumo e redistribuição de riqueza para a diminuição da pobreza. Isto é, uma economia em desenvolvimento sustentável deve se adaptar e melhorar seu desempenho em conhecimento, eficiência técnica e organização (sem incorporar mais matéria-energia do sistema para si). Políticas nessa direção seriam as que taxam a extração de recursos e impedem que esta exceda a capacidade de regeneração dos mesmos. Investimentos seriam feitos na substituição de recursos não renováveis por recursos renováveis (DALY, 2004).

2.1.3.3 A agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento sustentável

A partir de um processo iniciado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20, iniciou-se um sistema de consultas sobre possíveis metas e objetivos sustentáveis que deveriam substituir os Objetivos do Desenvolvimento do milênio em 2015.

Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida durante a 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU, 17 objetivos e 169 metas foram adotados³³ por 193 países e empresas, como parte central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/RES/70/1). Seu alcance deverá ocorrer até 2030, para as três dimensões do desenvolvimento (social, econômica e ambiental).

Na figura 5 abaixo são apresentados os 17 objetivos ou temas do desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido na referida Cúpula.

Figura 5 – Os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030



Fonte: Ministério das Relações exteriores do Brasil, 2015

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS) trouxe uma visão holística do desenvolvimento, que defende a busca articulada do desenvolvimento econômico, ambiental e social. Com efeito, os ODS são

Integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável. O sucesso de um leva ao sucesso de

³³ O conflito de interesses entre Norte e Sul persiste, pesquisas mostram que países desenvolvidos e suas empresas têm atuado mais para promover objetivos de desenvolvimento sustentável ligados às mudanças climáticas, em contraste com países em desenvolvimento que preferem atuar no combate à fome e à pobreza (EARLEY, 2016).

todos. Incluída nisso está a necessidade por uma boa governança e redes sociais fortes, que se traduzem em uma *framework* focada em pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. (UN SDSN, 2015 tradução nossa³⁴, grifo nosso)

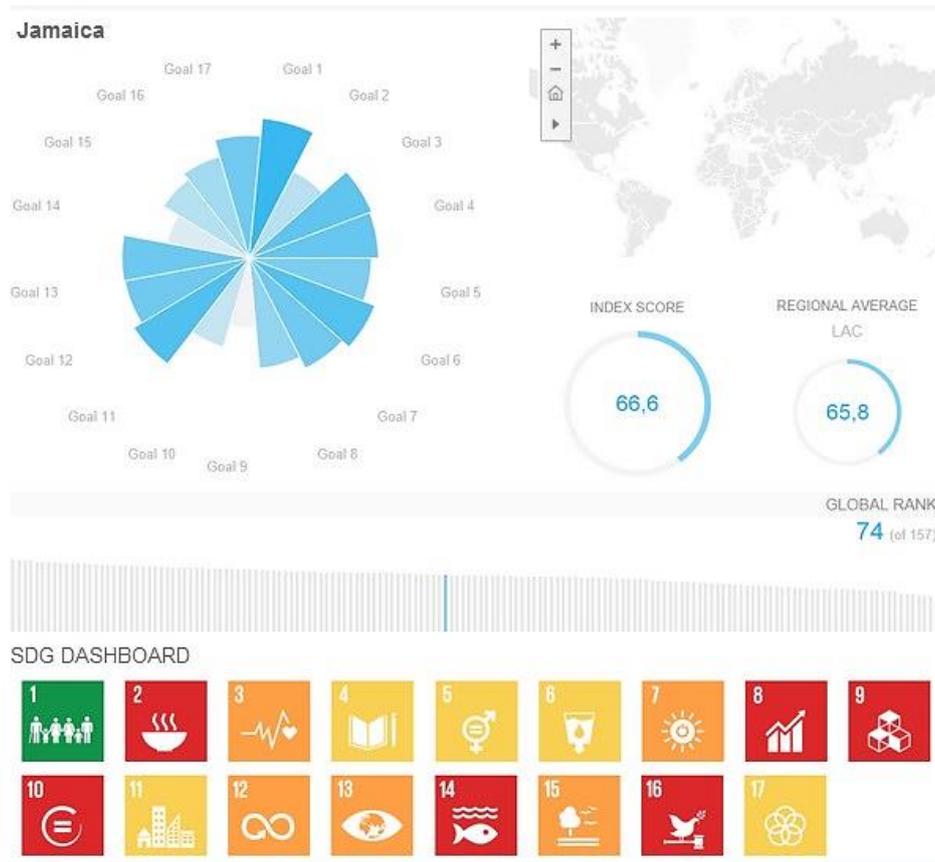
Pelo fato de os ODS, de acordo com o citado acima, visarem uma agenda integrada para assegurar um progresso paralelo nas três dimensões do desenvolvimento sustentável, essa Agenda se distancia um pouco do debate teórico anterior sobre capital natural e reprodutível, na verdade, a única menção à sustentabilidade fraca/ forte é feita na parte técnica do relatório sobre a construção dos indicadores.³⁵

Como pode ser visualizado na figura 6 abaixo, no exemplo da Jamaica de 2017, o gráfico tenta representar o desempenho do país no alcance dos 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável, sem dar prioridade para a preservação do meio ambiente ou para o combate à fome e o crescimento econômico, já que esses objetivos são igualmente importantes.

³⁴ Do original: [...] integrated and indivisible and balance the three dimensions of sustainable development. The success of one leads to the success of all. Included in this is the need for good governance and strong social networks, which translates into a framework focused on “people, planet, prosperity, peace and partnerships.” (UN SDSN, 2015)

³⁵ Os autores que trabalharam na construção dos indicadores consideraram a sustentabilidade fraca inadequada para tal fim, porque isso implicaria ignorar condicionalidades ambientais já que essas, segundo essa corrente, poderiam ser superadas pelo desenvolvimento tecnológico. Quando na verdade, (como se vê nos diversos objetivos de desenvolvimento sustentável) o desenvolvimento de tecnologias, a construção de infraestrutura produtiva e o crescimento econômico são considerados importantes, mas ainda assim a proteção do meio ambiente e a promoção de outras esferas (não abordadas por tal teoria), como a cultura, são necessárias. Já com a adoção do critério de sustentabilidade forte não seria possível a construção de um ranking mundial geral de desenvolvimento sustentável ou mesmo a agregação dos resultados das metas das áreas, porque o importante seria manter o capital natural constante. Por isso os autores optam por uma capacidade de substituição limitada, que pode ser representada por um gráfico de radar (SACHS, J. D.; SCHMIDT-TRAUB, G.; DELACRE, D. D., 2016).

Figura 6 – Desempenho da Jamaica na Agenda de 2030



Fonte: Sustainable Development Solutions Network, 2017.

Essa abordagem holística e política, que considera diversas dimensões da sustentabilidade importantes, gerada ao longo do debate nas conferências internacionais, será a que guiará o presente trabalho.

Consequentemente, nesta pesquisa, optar-se-á por uma visão mais política e abrangente do desenvolvimento sustentável, a exemplo da Agenda 2030, refletida na academia por Ignacy Sachs (2004, 2009), por se entender que o desenvolvimento sustentável não é uma noção de natureza precisa, analítica e aritmética - como o proposto pelas duas correntes anteriores. Ele deve ser tomado como novo paradigma para os países, dialogando efetivamente com suas dificuldades e debilidades.

2.1.3.4 O caminho do meio: Desenvolvimento sustentável para Ignacy Sachs

Ignacy Sachs (2004) apresenta a sustentabilidade de uma forma mais normativa e abrangente, que se apresenta como o caminho do meio entre o ambientalismo pueril e o

desenvolvimento anacrônico. (VEIGA, 2005).

Para ele, o desenvolvimento sustentável se opõe a um desenvolvimento ou crescimento sem preocupação com as condicionalidades ambientais e gerações futuras, ao mesmo tempo em que rejeita uma estagnação econômica que resultaria em uma manutenção dos padrões de vida atuais, muito mais prejudiciais à periferia do que aos países centrais. Em virtude disso, o desenvolvimento sustentável se apresenta como um projeto de futuro ancorado em um tripé: Objetivos sociais, condicionalidades ambientais e projetos economicamente viáveis. (SACHS, I., 2004).

O autor propõe oito dimensões para a sustentabilidade: Social, econômica, ecológica, ambiental, territorial, cultural, política nacional e internacional. A figura 7 mostra de forma mais detalhada o que o autor entende por cada critério:

Figura 7 – As 8 dimensões para a sustentabilidade na perspectiva de Sachs



Fonte: Elaboração da autora com dados de SACHS, I. (2009).

A leitura feita por Ignacy Sachs (ibid.) sobre o desenvolvimento, ao tentar conciliar os três pilares, aponta para uma nova proposta, que vai além da gestão de recursos naturais, em direção a uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional (JACOBI, 1999). Ao contrário de muitos autores que focam apenas na parte ambiental, Ignacy Sachs indica, na ordem acima, que a sustentabilidade social deve vir em primeiro lugar, como finalidade do desenvolvimento, já que o colapso social pode ocorrer antes que o ambiental.

Para que as próximas gerações tenham uma vida digna na Terra, é necessário, para esse autor, realizar cinco tarefas essenciais, associadas a: Planejamento (envolvendo Estado, setor

privado, sociedade civil), revolução energética (energias renováveis), revolução azul³⁶, revolução verde (*evergreen*³⁷) e cooperação internacional.

No longo prazo, para Ignacy Sachs (2004) uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico com consciência socioecológica deve procurar mirar a diminuição no uso de recursos não renováveis, com aproveitamento de recursos renováveis e do fluxo de energia solar, observando-se os ciclos ecológicos de renovação dos recursos. As soluções devem ter como fim buscar crescimento, diminuição de desigualdades e proteção do meio ambiente.

Portanto, em última análise, tendo como base as ideias da Agenda 2030 e de Ignacy Sachs (2004), os projetos de desenvolvimento devem ser inclusivos; participativos e responsivos e promover a segurança alimentar; incentivar o uso de energias renováveis; apoiar a construção de infraestrutura e habitação sustentável e resiliente; preservar a cultura local; auxiliar o país no seu projeto nacional de desenvolvimento; promover os direitos humanos e estimular a integração regional.

Vale assinalar, por fim, que o desenvolvimento sustentável é a utopia do século XXI, assimilando-se tal palavra à “visão de futuro sobre a qual uma civilização cria seus projetos, fundamentando seus objetivos ideais e suas esperanças.” (GORZ, 1988:22 apud VEIGA, 2005, p. 193).

Na subseção abaixo, adentra-se na problemática dos SIDS, na qual Cabo Verde – que terá seus aspectos particulares trabalhados no próximo capítulo - está inserido. No último capítulo, as dimensões de Ignacy Sachs e os Objetivos do desenvolvimento sustentável serão retomados e relacionados aos projetos desenvolvidos em Cabo Verde.

2.2. A PROBLEMÁTICA DOS SIDS

De acordo com o exposto, a partir de Estocolmo em 1972 e, de forma mais acentuada, desde a RIO-92 os países se propõem a buscar o desenvolvimento sustentável, mas não abdicam do antigo paradigma de desenvolvimento.

O fracasso da reformulação das estratégias de desenvolvimento e a continuidade dos níveis de consumo e degradação ecológica característicos do século XX impactam³⁸, fundamentalmente, os países mais pobres e mais frágeis. Os Estados que mais precisam do

³⁶ Passagem da caça e coleta de animais marinhos para o cultivo/criação de peixes, moluscos e crustáceos e a utilização de algas para fins energéticos.

³⁷ Busca maior harmonia com a natureza e adequação das tecnologias às possibilidades do pequeno agricultor familiar.

³⁸ Dos 25 países mais impactados por desastres naturais dos anos 1970 e 1980, 13 são SIDS.

desenvolvimento sustentável e que mais têm dificuldades em adotá-lo por falta de recursos e outros desafios são os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)³⁹ – tema deste trabalho (AGENDA 21, 1992).⁴⁰

Na sequência adentra-se nos aspectos históricos desse conjunto de países, para que se compreenda como eles se posicionaram no contexto internacional descrito anteriormente e também como, ao longo do tempo, o nome do agrupamento foi mudando até chegar aos “SIDS”. Por fim, são descritas as principais características que criam desafios ao desenvolvimento sustentável desses Estados.

2.2.1 Os SIDS na agenda internacional: Breve histórico

O discurso político dos SIDS em foros internacionais – os quadros de referência utilizados para atrair a atenção internacional aos problemas desses Estados - foi moldado por diversas forças político-econômicas internacionais que indicaram quais características distintas das ilhas poderiam ser destacadas em cada momento para que essas obtivessem apoio internacional (CAMPLING, 2006). A partir de 1970, período no qual os Estados insulares receberam atenção internacional como categoria pela primeira vez, três fases discursivas parecem se destacar (STOUTENBURG, 2015):

2.2.1.1 De 1972 a 1982: *Developing Island Countries* e o bloco Terceiro Mundista – Superação de barreiras estruturais ao desenvolvimento

Como descrito anteriormente neste capítulo, a UNCTAD foi o locus de articulação do G-77, que estava engajado em obter espaço para uma Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO)⁴¹ que permitisse o desenvolvimento do países mais pobres e levasse em consideração

³⁹ Os SIDS são o grupo de países mais vulnerável do mundo, em termos ecológicos e econômicos, mas mesmo os atores mais fracos têm algum poder de resistir a estruturas impostas. (PELLING; UITTO, 2001). Nesse sentido, esses países estão trabalhando por si próprios na busca por um desenvolvimento sustentável, mas a cooperação e assistência de países desenvolvidos ainda se faz necessária. (GHINA, 2003)

⁴⁰ Características dos SIDS podem ser vistas como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento sustentável ou uma chance de redefinir o desenvolvimento das ilhas.

⁴¹ Os países em desenvolvimento percebiam que o *gap* entre os países pobres e os países ricos se mantinha e atribuíam essa realidade à um sistema de regras e práticas globais que operava contra seus interesses de desenvolvimento econômico. A continuidade do *gap* entre países ricos e pobres poderia se tornar uma ameaça à paz e à segurança internacionais. A percepção dessa realidade levou à convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral em 1974 para a criação de uma nova ordem econômica internacional, que foi adotada por consenso juntamente com um plano de ação. (MENON, 1977) Os esforços deveriam ser voltados para o aumento de preços de matérias primas exportadas, um novo impulso à industrialização *export led* para os países desenvolvidos e a aceleração de transferência tecnológica e de capital dos países do Norte para o Sul. Para isso haveria um ênfase no papel do Estado no desenvolvimento, já que se concluiu que a alta confiança no livre Mercado tendia a aumentar desigualdades entre os países. (AMIN, 1982 e GORE; KASAHARA, 2002).

as desigualdades estruturais entre os países do Norte e do Sul.

Mesmo dentre os Estados do Terceiro Mundo notou-se, nesse âmbito, que existiam certos casos especiais, os quais – a pedido de alguns países em desenvolvimento – deveriam receber atenção especial da comunidade internacional. Entre tais casos figuraram os países menos desenvolvidos (LDCs), os *Landlocked Developing Countries* e os *Developing Island Countries* (DICS) (ONU, 1974)

A partir da Resolução 65 da UNCTAD (1972), um painel de especialistas foi convocado para produzir um relatório sobre os principais problemas que afligiam os DICS. Em 1974 o estudo foi publicado e, por ter sido a primeira tentativa de análise dos problemas dos DICS em um fórum mundial, escolheu adotar uma definição ampla de quem seria esse conjunto de países, o que englobou grandes ilhas e até Estados não independentes. Essa categorização⁴² veio a causar problemas quando o diagnóstico final do painel considerou que as principais dificuldades para o desenvolvimento estavam no **pequeno** território, numa pequena população densa, na pequena base de exportação concentrada em produtos da indústria extrativista nas mãos de empresas estrangeiras e no seu isolamento. Tais características permitiam considerar esses países como, literalmente, integrantes da periferia da economia mundial. Entretanto, as ilhas maiores e não isoladas - incluídas inicialmente na categorização - não precisariam de atenção especial, pois seus problemas se assemelhavam aos dos países em desenvolvimento em geral. (STOUTENBURG, 2015.).

Já que o enquadramento utilizado no discurso atribuía as dificuldades dos DICS às desigualdades econômicas estruturais, pensava-se que estas poderiam ser corrigidas utilizando-se as mesmas ferramentas indicadas para o Terceiro Mundo como um todo. Refere-se aqui a iniciativas como, por exemplo, protecionismo, industrialização por substituição de importações, integração econômica regional, papel ativo do Estado na economia e apoio dos países desenvolvidos. (CAMPLING, 2006).

A partir desse diagnóstico, o dever da comunidade internacional seria apoiar iniciativas locais para que os países pudessem se desenvolver e sobreviver em termos socioeconômicos. Todavia, mesmo com as recomendações e planos de ação feitos para indicar e promover o engajamento internacional na causa desses países, poucas iniciativas saíram do papel.

⁴² Principalmente de acordo com o tamanho da população: DICS grandes e médios tinham mais que 1 milhão de habitantes, os pequenos tinham de 150 mil a 1 milhão de habitantes e os muito pequenos menos que 150 mil. Outros indicadores usados foram a renda per capita e distância do continente mais próximo. (STOUTENBURG, 2015).

Os planos fracassaram por não terem sido traduzidos em políticas tangíveis, já que, de um lado, a Nova Ordem Internacional – apesar de ter sido aprovada - não obteve os resultados esperados⁴³, e, de outro, a categorização “frouxa”⁴⁴ dos DICS feita pela UNCTAD levou, talvez, a uma perda de legitimidade do grupo e ao esvaziamento dos países doadores. (HEIN, 2004).

2.2.1.2 De 1983–1992: *Island Developing Countries* e a crise do Terceiro Mundo

No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, sob o signo de uma mudança do ideário econômico em termos amplos, manifestada em guinada neoliberal, a crise das instituições de Bretton Woods⁴⁵ e a crise da dívida dos países em desenvolvimento enfraqueceram a coalizão do Terceiro Mundo.

A UNCTAD, também enfraquecida, lidava com os problemas dos países que vieram a ser chamados de *Island Developing Countries* (IDCs), os quais não eram mais tratados como um subgrupo especial de países em desenvolvimento na UNCTAD, porque o momento no cenário internacional praticamente suprimira o espaço para a manifestação da *rationale* anterior. Os países desenvolvidos não aceitavam mais argumentos de responsabilidade histórica ou desvantagens geográficas para auxiliarem no desenvolvimento. O foco do discurso neoliberal eram, com efeito, as vantagens comparativas e a procura de nichos de mercado de alto valor para exportação nos países em desenvolvimento em geral, o que englobava os IDCs. (STOUTENBURG, 2015).

Além disso, Campling (2006) aponta que, com a invasão do Afeganistão em 1979 e a volta das hostilidades na Guerra Fria⁴⁶, os IDCs experimentaram tensões com a invasão de

⁴³ Por ter partido de uma iniciativa da Assembleia Geral da ONU, a NIEO não se constituiu em uma norma vinculante do direito internacional, para ser vista como costume ela teria que ser aceita como prática vista como vinculatória por parte dos Estados, ou ser apoiada pelo Conselho de Segurança. O fracasso da NIEO em alcançar seus objetivos mostrava que enquanto o Ocidente possuísse poder econômico para controlar o Terceiro Mundo, qualquer nova ordem econômica só emergiria a partir de reformas sob a égide do Sistema Bretton Woods. (ENGLE, 2003) Os resultados obtidos pelos países em desenvolvimento ficaram aquém do esperado, tanto na transferência de recursos e tecnologia (por resistência das multinacionais), quanto na valorização de matérias primas (que tiveram seus preços deteriorados pela estagflação e suas negociações adiadas múltiplas vezes nas conferências). (AMIN, 1982).

⁴⁴ HEIN(2004) afirma que a falta de clareza na determinação da lista de países especiais pode servir de pretexto para a inação da comunidade internacional ou até mesmo para discursos por parte dos doadores que afirmam que algo foi feito, quando na realidade isso não ocorreu.

⁴⁵ Além da diminuição da proeminência econômica e liderança dos EUA, importante para a crise das instituições de Bretton Woods foram fatores como: A revolução financeira, o novo protecionismo, a baixa coordenação de políticas de países, a contrarrevolução conservadora e o triunfo dos bancos centrais. (GILPIN, 2004)

⁴⁶ NYE (2007) aponta vários motivos possíveis para o fim da *détente*: A guerra no Oriente Médio em 1973; a ajuda soviética e de Cuba aos movimentos anti Ocidente em África; a invasão do Afeganistão; mudanças na política doméstica americana, que abalaram a coalizão com os Democratas e que levaram à tentativa estadunidense de impor condições ao comércio com a União Soviética (tendo como base os direitos humanos) e o aumento do investimento soviético em defesa. Como resultado, a retórica volta a se assemelhar com a dos anos 1950, ainda

Comoros em 1978, a tentativa de invasão de Seychelles em 1981 e a invasão de Granada por parte dos EUA em 1983. Por isso o discurso na ONU também se voltou para segurança geopolítica.⁴⁷

Para que houvesse um ressurgimento do interesse internacional pelos IDCS, concedendo-lhes uma oportunidade para o destaque de sua condição especial, uma nova razão deveria ser apontada. Tal motivo surgiu com a preocupação em torno das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável.

2.2.1.3 Desde 1992: SIDS e o desenvolvimento sustentável

Com o enfraquecimento do Terceiro Mundo⁴⁸ e o colapso do Bloco soviético, os países em desenvolvimento buscaram novas arenas internacionais e novos argumentos para conseguir assistência dos países desenvolvidos. As conferências que tratavam a proteção do meio ambiente se mostravam adequadas para a negociação em torno de transferências de recursos técnicos e financeiros, já que a sua participação ali era indispensável e a importância de temas econômicos e ambientais crescia. (STOUTENBURG, 2015)

A nova janela de diálogo Norte-Sul aberta e as descobertas científicas feitas nos anos 1980, sobre a capacidade humana de destruir a camada de ozônio e mudar o clima, possibilitaram um novo discurso aos pequenos Estados insulares, dessa vez como sujeitos ativos, aptos a capitanear, como aconteceu, a mudança do nome da categoria de IDCS para Small Island Developing States (SIDS), para adequar a composição do grupo de Estados – o foco seria em pequenas ilhas, que foram identificadas como as mais suscetíveis aos impactos do aquecimento global (STOUTENBURG, 2015).

A nova *rationale* estava centrada nos riscos que as mudanças climáticas e os desastres naturais apresentavam aos SIDS, como ameaças tanto ao desenvolvimento como à própria existência desses Estados. Aliado a isso, o discurso neoliberal por parte dos doadores e de organismos como o Banco Mundial, levou os SIDS a destacarem suas vulnerabilidades

que na prática o comércio entre ambos os polos tenha aumentado e que acordos na matéria de armamentos fossem firmados.

⁴⁷ A posição dos IDCS os tornava ideal para serem receptores de armamento perigosos e local para espionagem, ainda, muitos estão próximos a reservas de recursos como petróleo e a segurança interna dos países era considerada importante devido às suas “tendências à secessão”. (CAMPLING, 2006).

⁴⁸ Os anos 1990 foram de marginalização do Terceiro Mundo, vários países ainda estavam fragilizados com a crise dos anos 1980 e com o fim da Guerra Fria o interesse da única superpotência que restou se voltou para o ex-bloco comunista, portanto pedidos por um sistema internacional mais justo tinham cada vez menos respaldo no Norte, que impunha novas condicionalidades para o envio de ajuda externa para o Sul (ARNOLD, 2016). Além disso, a própria UNCTAD perdeu status com a criação da Organização Mundial de Comércio e não estava mais em posição para advogar por mudanças estruturais no Sistema Internacional.

econômicas, por conta de suas vantagens comparativas limitadas e por não conseguirem se beneficiar de economias de escala na produção industrial. (HEIN, 2004).

Exemplo do ativismo dos SIDS na arena internacional, no período, foi a formação do grupo de lobby político ad hoc durante a segunda Conferência Mundial do Clima: A Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS)⁴⁹. Por esse meio, os países conseguiram inserir as preocupações dos SIDS em um capítulo específico da Agenda 21, onde são reconhecidos como sendo um caso especial com respeito às relações entre meio ambiente e desenvolvimento. (HEIN, *ibid.*).

Ademais, foi feito um chamado para a Conferência Global de Barbados, sobre o tema do desenvolvimento sustentável em SIDS, que aconteceu em 1994 e foi a primeira voltada totalmente a esse grupo de países. A partir dela elaborou-se uma declaração para implementar a Agenda 21 para as ilhas – o Programa de Ação de Barbados (BPOA) –, que estabelece 14 áreas chaves nas quais as ações devem ser tomadas, do nível nacional ao internacional. (COMMONWEALTH SECRETARIAT, 2012.).

As conferências que ocorreram a partir de então tentaram implementar o BPOA. O Encontro Internacional para os 10 anos de revisão do BPOA, em Maurício, ocorrida em 2005, buscou o comprometimento político da comunidade internacional em relação à implementação e formulou uma estratégia para dar continuidade a esta. A revisão do encontro de Maurício, a Mauritius +5, em 2010, resultou em uma declaração política reconhecendo o comprometimento dos SIDS em promover o desenvolvimento sustentável, apesar dos desafios que enfrentavam. (COMMONWEALTH SECRETARIAT, 2012.).

A conferência da ONU sobre o desenvolvimento sustentável, em 2012, a RIO +20, levou à Terceira Conferência Internacional dos SIDS em 2014 – proclamado como ano dos SIDS pela ONU –, voltada ao estabelecimento de parcerias genuínas e duráveis entre os SIDS, países desenvolvidos, Agências da ONU e empresas.

Como visto, a AOSIS se mostra relevante por ter aumentado o peso político desse grupo de países nas negociações, mantendo os SIDS na agenda internacional. Ainda assim, a falta de apoio internacional ao seu desenvolvimento sustentável, em termos de recursos disponibilizados, persistiu. Isso é agravado por um dos principais problemas dos SIDS: A falta de critério de definição da categoria, o que faz com que diferentes organizações internacionais (OIs) considerem países distintos como membros do grupo, gerando vulnerabilidade e prejudicando a implementação das medidas identificadas como necessárias pela referida

⁴⁹ Que é formada não só pelos SIDS da lista da UNCTAD, como também por outros países insulares e territórios não independentes.

conferência. OIs como a Organização Mundial de Comércio (OMC) ainda não reconhecem os problemas dos SIDS como motivo para um tratamento diferenciado em relações de comércio ou ajuda ao desenvolvimento. (STOUTENBURG, 2015)

Stoutenburg (2015) acredita que o problema da falta de implementação não se deve só à falta de definição de quem são os SIDS. Na sua base figurariam também as relações atuais entre o Norte global e o Sul global. Documentos vagos, sem metas verificáveis e calendários de implementação da ONU e Conferências apaziguam os SIDS, criando uma impressão de que algo está sendo feito. Já os países em desenvolvimento, no geral são tranquilizados com a proliferação retórica de referências ao objetivos de desenvolvimento sustentável em conferências internacionais (em nível de ONU, por exemplo).

Isso é evidenciado pelos resultados pífios na implementação do Barbados Plan of Action: Entre 1992 e 1997 várias áreas prioritárias⁵⁰ desse documento não receberam aportes suficientes de recursos por parte dos países desenvolvidos. É estimado que 70% das tarefas e esforços para a implementação do programa são desempenhados pelos próprios SIDS⁵¹ (GHINA, 2003).

2.2.2 SIDS: Características, problemas estruturais e desafios

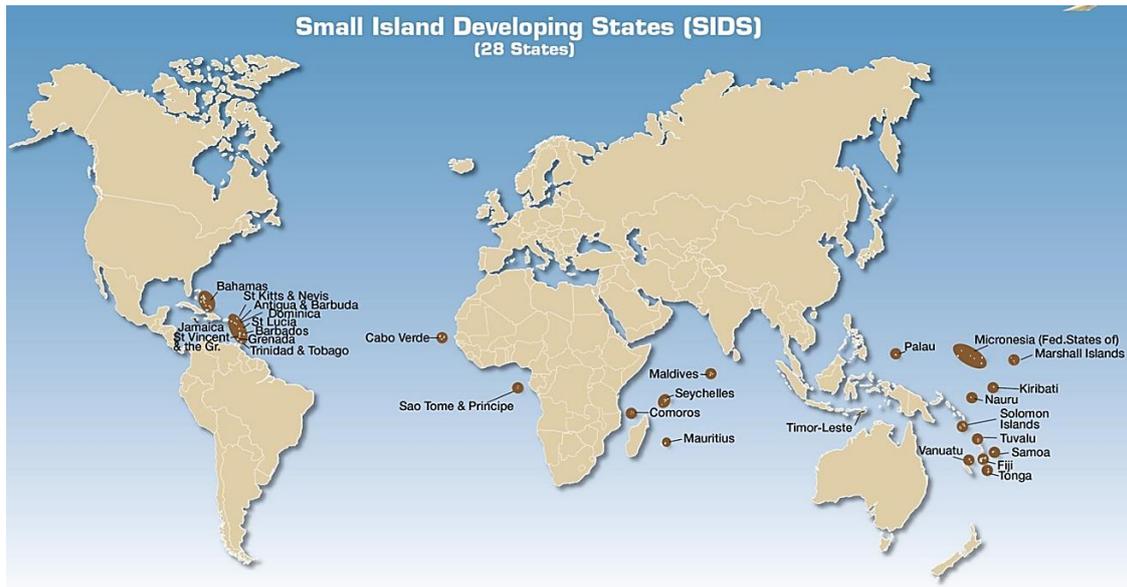
De acordo com o que foi definido na introdução, este trabalho utiliza para propósitos analíticos a lista de SIDS da UNCTAD⁵². Portanto, as informações apresentadas nesta parte, na forma de figuras, referem-se ao conjunto de 28 Estados indicados por aquela instituição, como ilustrado na figura 8.

⁵⁰ Entre elas mudanças climáticas, aumento do nível do mar, recursos da biodiversidade e gestão de resíduos.

⁵¹ A maior parte dos SIDS possui planos nacionais de ação ambiental e planos nacionais de desenvolvimento que incorporam a sustentabilidade (GHINA, 2003).

⁵² A UNCTAD utiliza os critérios: *Smallness* (teto populacional de 5 milhões de habitantes, com exceção da Papua Nova Guiné), *Insularity*, *developing status* (combina PIB per capita e index de vulnerabilidade econômica) e *statehood* (Os Estados devem ser independentes) (UNCTAD, 2017).

Figura 8 – Presença de SIDS segundo indicação da UNCTAD



Fonte: UNCTAD (2017)

Os Small Island Developing States (SIDS) englobam países com geografias, economias, culturas e sistemas políticos muito diferentes. Mesmo com essa heterogeneidade, é aceito pela literatura que existem desafios ao desenvolvimento sustentável incidentes nos SIDS de maneira particular a cada um, em grande medida por causa de aspectos como localização, características econômicas, tamanho do território, recursos e vulnerabilidade⁵³ a eventos extremos. (BARNETT; WATERS, 2016).

Poucos países são atingidos de maneira tão expressiva pelas mudanças climáticas como os SIDS. Tais países, apesar de emitirem menos que 1% dos gases do efeito estufa, sofrem mais que os outros Estados com eventos extremos como altas temperaturas e secas, ciclones, terremotos e tsunamis. (UN-OHRLLS, 2012 apud UN-Habitat, 2015, p.3)

Os SIDS são impactados de forma heterogênea por essas mudanças. Alguns, como Cabo Verde, sofrem com as secas, enquanto outros são ameaçados pelo aumento do nível do mar. Muitos SIDS estão localizados em zonas tropicais ou subtropicais e sobre limites de placas tectônicas ativas, o que os torna especialmente expostos a desastres naturais. Tendo em vista que boa parte de seus territórios se caracteriza como áreas costeiras, a exposição da população e da infraestrutura a esses desastres é ampliada. Alguns dos impactos possíveis envolvem a devastação do setor agrícola e a destruição de cidades inteiras, bem como de serviços de

⁵³ Suscetibilidade a danos por choques externos, riscos ao desenvolvimento.

comunicação, produzindo, em diferentes casos, alto número (em % da população) de mortos e feridos. (BRIGUGLIO, 1995)

Para além das ameaças, é importante considerar que a capacidade adaptativa⁵⁴ dos países a esses eventos varia significativamente entre eles. (BARNETT; WATERS, 2016)

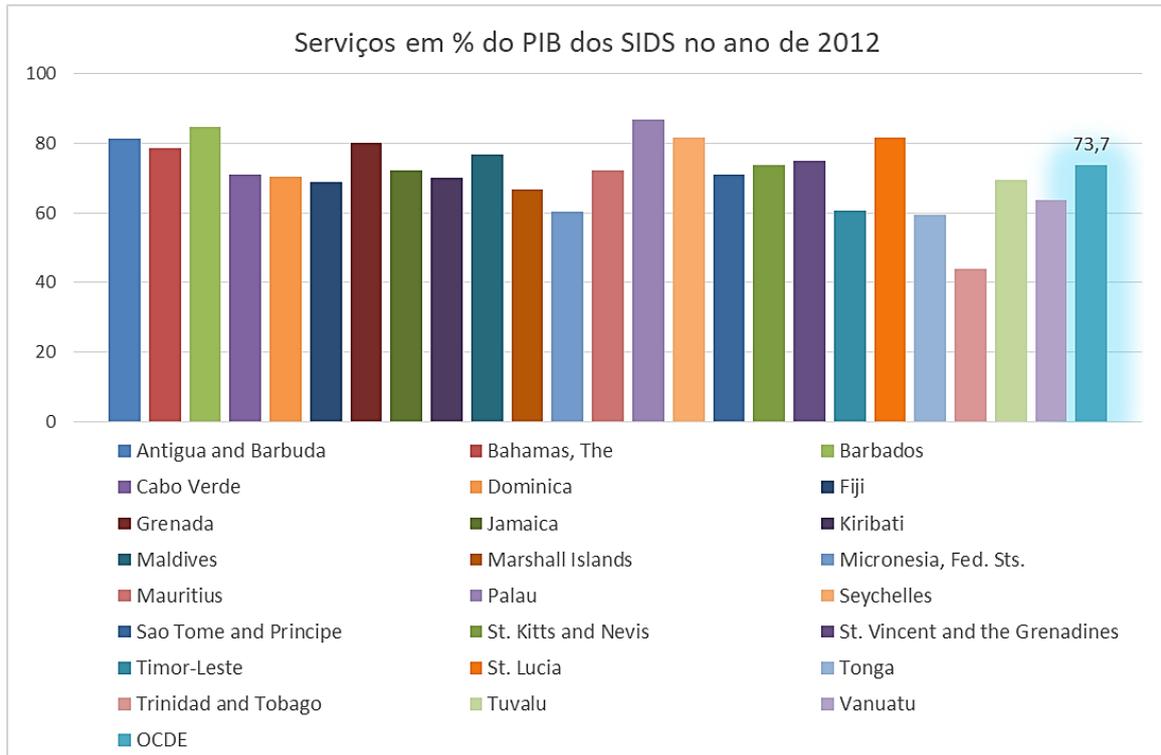
Porém, o discurso midiático sobre os SIDS, muitas vezes, considera apenas a vulnerabilidade desses países às mudanças climáticas, despolitizando os desafios ao desenvolvimento que as ilhas enfrentam, que vão muito além dos desastres naturais. De fato, a exposição *per se* a desastres não seria tão catastrófica não fosse a vulnerabilidade econômica desses países. (KELMAN, 2014 e BARNETT; WATERS, 2016).

Os SIDS têm poucas capacidades de produzir e consumir. Realmente, em geral, sua capacidade de criar monopólios e fazer operações de larga escala é baixa, seu mercado interno é pequeno e sua base de recursos naturais terrestres é limitada. Esses países costumam enfrentar dificuldades para atingir economias de escala, para arcar com os altos custos de transporte, o que os torna dependentes de alguns parceiros em setores comerciais chaves (GHINA, 2003).

As economias dos SIDS são, em geral, altamente dependentes de remessas da diáspora e de poucos setores, como serviços (principalmente turismo), agricultura, pesca e mineração, sendo, portanto, muito sensíveis a perturbações ambientais. Além do mais, essas economias, por serem pequenas, sofrem impactos maiores proporcionalmente, já que um único terremoto, por exemplo, pode causar danos em quase todo o país. (UNEP, UN DESA e FAO, 2012)

A figura 9, abaixo, permite visualizar o grau de dependência dos SIDS em relação ao setor de serviços, em nível semelhante aos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas sem que as ilhas tenham passado por um processo de intensa industrialização antes de se voltarem aos serviços (como foi o caso dos países da OCDE).

⁵⁴ O ajuste em sistemas humanos e naturais em resposta a estímulos climáticos de fato ou esperados, que modera danos ou explora oportunidades benéficas. (PARRY ET AL., 2007; FIELD ET AL. 2014 apud WATERS; BARNETT, 2016)

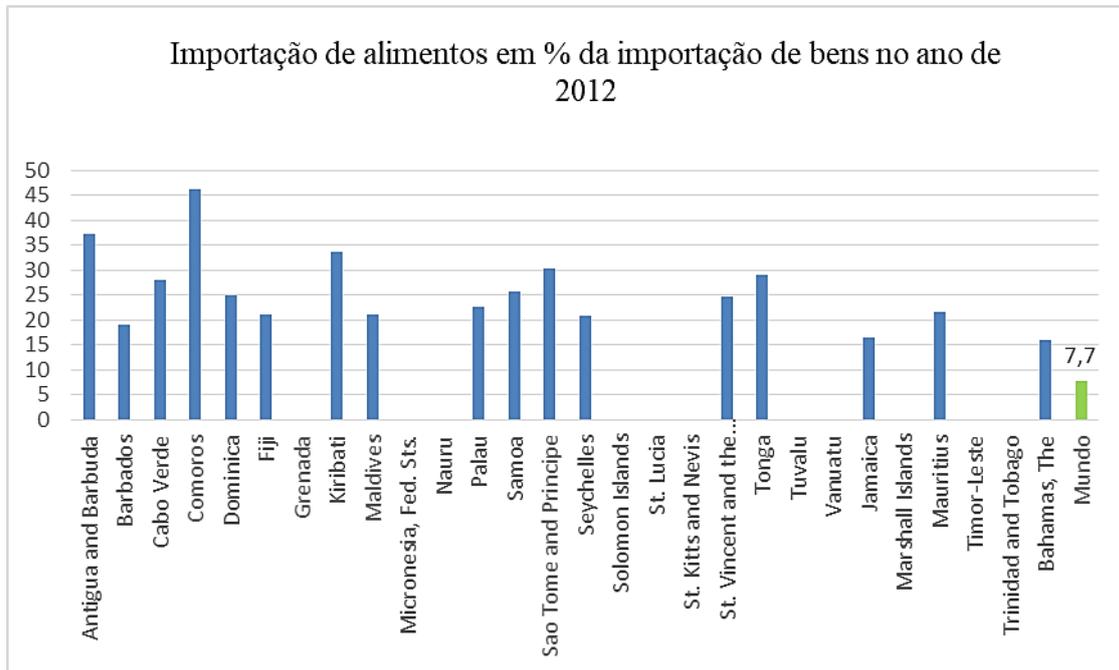
Figura 9- Economia dos SIDS - serviços

Fonte: Elaboração da autora com dados do Banco Mundial (2017b).

Notas: Os dados de Nauru, Comoros e Salomon Islands não foram disponibilizados, e Trinidad e Tobago pertence aos SIDS que dependem mais de recursos; ainda assim passou por um aumento significativo da participação dos serviços no PIB até 2016. O destaque é feito para a participação de serviços no PIB dos países da OCDE.

Ademais, pelo fato de suas economias serem muito abertas, os SIDS sentem o impacto de mudanças no mercado mundial de forma especialmente rápida e forte. Os países dependem em demasia de importações em setores estratégicos como alimentos e combustíveis fósseis, sendo que a maior parte gasta mais que 30% de suas divisas estrangeiras na importação de combustíveis, anualmente (UNCTAD, 2014). Na sequência a figura 10 ilustra a dependência dos SIDS em relação à importação de alimentos.

Figura 10 – Importação de alimento nos SIDS em % de bens importados em 2012



Fonte: Elaboração da autora com dados de Banco Mundial (2017b).

Além disso, o crescimento populacional acelerado em muitos SIDS cria pressões sobre o Estado no sentido da provisão de serviços básicos e oportunidades de empregos. Porém, como em alguns SIDS o território nacional é fragmentado em diferentes ilhas, a capacidade dos respectivos governos para responder a essas demandas é comprometida pelo aumento de custos relativos. Como consequência, esses países costumam ter muita emigração em busca de empregos e educação (GHINA, 2003.).

Os custos para os SIDS construir infraestrutura são especialmente elevados, seja no setor de comunicações, seja nos transportes ou de energias renováveis. Desse modo, a infraestrutura oferecida fora dos centros urbanos é mínima, e a inserção dos SIDS no comércio mundial fica prejudicada.

Ao mesmo tempo, o custo de transporte por unidade transportada dos SIDS, para que esses possam exportar, tende a ser mais alto do que em outros países. O problema é acentuado pela necessidade de cargas pequenas e fragmentados e pela exclusão desses Estados das principais rotas de transporte mundial. Ademais, ocorrem incertezas de oferta, já que os transportes estão sujeitos a atrasos. Pelo fato de o transporte, muitas vezes, não ser muito frequente, as empresas encontram dificuldades em lidar com mudanças repentinas de demanda, recorrendo a grandes estoques e incorrendo em maiores custos (BRIGUGLIO, 1995)

Para além da questão econômica e social, os SIDS também encontram dificuldades nos âmbitos político e cultural.

Como se sabe, a colonização influenciou economias, culturas e políticas em grande parte dos países em desenvolvimento do mundo (reprimindo e moldando características locais, introduzindo modelos exógenos, etc.) e o processo de independência jurídico/política teve impactos profundos nas sociedades colonizadas.⁵⁵ (GROSFOGUEL, 2008)

Os SIDS também passaram por esse processo, mas devido a aspectos particulares de sua história colonial⁵⁶, muitas ilhas se deparam com uma realidade pós independência sem ter uma tradição política pré-colonial como base para o projeto nacional. A partir disso, muitas dificuldades se apresentam, como a necessidade de se equilibrar demandas de uma modernidade orientada pelo Ocidente (pressões para se encaixarem em um mundo globalizado)⁵⁷ e o desejo de manter e revitalizar tradições locais não ocidentais. (GRYDEHØJ; NADARAJAH, 2016)

Além disso, a interferência institucional e ideológica do período colonial direta ou indiretamente continua a influenciar o pensamento político e as agendas econômicas, dessa modo, o que muitos veem como um projeto nacional autônomo visando o empoderamento das ilhas pode ser também uma reafirmação de expectativas e influências coloniais (GRYDEHØJ; NADARAJAH, *Ibid.*).

Ademais, Estados pequenos, em geral, sofrem constrangimentos na determinação de suas políticas devido à sua baixa influência no Sistema Internacional. Mesmo atuando de forma articulada através do AOSIS, o sucesso dos SIDS em terem suas demandas atendidas é pequeno. Ainda, políticas econômicas internacionais de Estados maiores e mais poderosos exercem

⁵⁵ Isso porque, a colonialidade não se resume a uma administração colonial ou à estruturas político-econômicas de poder. Para Grosfoguel (2008), a eliminação dessas não conduz à descolonização do mundo, já que as múltiplas e heterogêneas estruturas de poder globais implantadas durante séculos não somem com a descolonização jurídico/política da periferia dos últimos 50 anos.

⁵⁶ Em algumas ilhas o colonialismo alterou de forma fundamental a composição populacional das ilhas, ou introduziu um contingente populacional em ilhas inabitadas, ou ainda porque a descolonização buscou formar um Estado Nação com base em culturas e etnias muito diferentes e dispersas.

⁵⁷ Nesse sentido, o impacto da modernização nas técnicas de cultivo e de conservação de alimentos é notável: As sociedades rurais dos SIDS tinham desenvolvido, ao longo do tempo, culturas de alimentos resistentes a desastres (como o inhame que é resistente a ventos fortes), elas também cultivavam muitos tipos de alimentos e sementes para reduzir a possibilidade de danos durante desastres e estocavam e conservavam variedades para garantir alimentos para tempos de dificuldade. Além disso, a dispersão das populações das ilhas também assegurava que elas não sofressem igualmente com o desastres. Em Fiji por exemplo, o excesso de aipim era enterrado em buracos especialmente preparados para estações nas quais seu cultivo era impossibilitado, o inhame era estocado em casas especialmente construídas e peixe era defumado e salgado para garantir sua conservação. No fim do século XX, esses métodos de assegurar a disponibilidade de comida em tempos de crises e desastres foram colocados de lado com a modernização das comunidades (e surgimento da pesca comercial, por exemplo), levando à perda de técnicas tradicionais. No lugar deles, a ajuda internacional extraordinária em caso de desastres foi fornecida a comunidades. (MERCER et al., 2007).

pressão nos SIDS, ao moldarem regimes econômicos internacionais com determinadas agendas. (PELLING; UITTO, 2001)

2.2.2.1 Limitações de análises baseadas em dados

As próprias características dos SIDS acarretam em problemas de classificação e construção de um discurso coerente sobre as suas vulnerabilidades, já que o grupo é muito diverso e a coleta de dados é prejudicada (sendo vários os países com poucas estatísticas disponibilizadas). O PIB, por exemplo, pode ser subestimado devido a problemas de coleta de dados sobre remessas e sobre atividades do setor primário mais informal (BARNETT, WATERS, 2016.).

Há também variáveis menos quantificáveis que são relevantes para o estudo de capacidades adaptativas dos SIDS, como a força de instituições locais e o nível de solidariedade e reciprocidade das sociedades. Nos SIDS, as instituições locais são frequentemente muito fortes e as comunidades compartilham a propriedade e têm altos níveis de reciprocidade.⁵⁸ (BARNETT, WATERS, 2016)

Os povos dos SIDS tendem a ter laços de parentesco e herança cultural fortes; como resultado, quando os ilhéus migram para outras ilhas e para outros países mantém o engajamento com seus países de origem através de remessas financeiras, trocas culturais e de bens, o que aumenta a resiliência dessas ilhas a mudanças ambientais e econômicas, pois em caso de desastres a população da diáspora costuma se engajar efetivamente na recuperação do seu país de origem (KELMAN, 2010).

Além do mais, pelo fato de os ilhéus sofrerem os impactos de desastres naturais frequentemente, têm uma história de lidar com mudanças sociais e ambientais e desenvolvem mecanismos de adaptação em suas ilhas que se assemelham entre si.⁵⁹

Por exemplo, uma das tradições que contribuem para a adaptação pós desastre, nas ilhas do Pacífico Sul, é a produção de excedente de comida para o comércio e para o estabelecimento de relações de reciprocidade entre ilhas. Após eventos extremos, é ativado um mecanismo para a redistribuição de alimentos entre os países. Essas relações informais e práticas não são vistas

⁵⁸ Esses aspectos não tangíveis não são levados em consideração pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) ao calcular a capacidade adaptativa dos SIDS.

⁵⁹ Essas comunidades, por dependerem do meio ambiente para a sobrevivência desenvolveram muitas técnicas e conhecimentos para identificar sinais na natureza que indicam problemas/desastres (como uma erupção vulcânica), essa habilidade de reconhecer esses sinais – muitas vezes não captados por cientistas – foi crucial para a preparação para o desastre e sobrevivência dessas populações. (MERCER et al., 2007).

pela economia do desenvolvimento, mas sustentam os SIDS e oferecem um vislumbre de que, mesmo com as mudanças climáticas, os ilhéus não são desprovidos de qualquer capacidade e sentido prático para se adaptarem aos desastres. (BARNETT; WATERS, 2016.)

Em âmbito regional, os SIDS também se articulam em nível governamental para lidar com questões relativas ao aquecimento global, como é o caso do *Caribbean Planning for adaptation to climate change*⁶⁰, um projeto com co-coordenação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e financiado pela Global Environment Facility, que visa apoiar países na preparação para enfrentar os efeitos adversos das mudanças climáticas (com ênfase para o aumento do nível do mar) (PELLING; UITTO, 2001).

2.2.2.2 Potencialidades dos SIDS

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos SIDS, alguns caminhos foram propostos por organismos internacionais para melhorar a qualidade de vida dos ilhéus e guiar seu desenvolvimento em direção sustentável. Um desses caminhos refere-se ao que se chama de *blue-green economy*, conforme formulado no âmbito das Nações Unidas.

2.2.2.2.1 A *blue-green economy*

A *blue-green economy* é uma economia pensada para a melhoria do bem-estar humano e da equidade social, e para a redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica. Trata-se de abordagem através da qual as decisões e estratégias para as cidades e centros urbanos podem promover o uso eficiente de recursos, a gestão ambiental efetiva e um padrão de vida melhor para os residentes urbanos, gerando uma sociedade bem administrada, resistente economicamente e socialmente inclusiva. (UN-Habitat, 2015).

O conceito de *blue economy*, ou economia dos oceanos, foi apresentado durante a Rio +20 como modelo econômico alternativo para o desenvolvimento sustentável, tendo como *core* os oceanos. Ou seja, trata-se da extensão de uma “economia verde” para os oceanos e áreas costeiras. Os SIDS tiveram um grande papel na promoção dessa ideia, já que dependem muito dessas áreas e de suas zonas econômicas exclusivas.

⁶⁰ O países participantes foram *Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize* (não SIDS), *Dominica, Grenada, Jamaica, Saint Kitts and Nevis, Saint Lucia e Trinidad and Tobago*.

Por meio desse conceito busca-se otimizar os benefícios obtidos dos ambientes marítimos, sem deixar de promover igualdade de gênero, crescimento inclusivo e o refinamento da governança internacional desses espaços. Para tanto, a *blue economy* envolve o desenvolvimento sustentável de setores econômicos cruciais, como pesca, turismo costeiro, transporte marítimo, uso de recursos do fundo marinho e fontes potenciais de energia renovável.

Para a promoção do desenvolvimento sustentável, os oceanos teriam que ser mantidos, ou restaurados nesta direção, em um estado saudável e produtivo, já que o futuro dos SIDS está em grande medida ligado às condições dos oceanos e de suas áreas costeiras. Assegurar que esses ambientes continuem saudáveis requer processos de tomada de decisão e políticas públicas. (UNEP, UN DESA, FAO, 2012). Isso engloba atividades econômicas e comerciais que possam articular a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, visando também contribuir para os esforços contra os riscos decorrentes do aquecimento global, entre eles o aumento do nível dos mares e a acidificação da água.

A estratégia *blue-green*, assinala-se, apoia-se em uma vantagem comparativa dos SIDS, com vistas ao fomento do turismo sustentável e outras atividades em harmonia com os recursos e capacidades das ilhas. Nesse sentido, as intenções recobrem o aumento da eficiência energética (e o investimento em energia renovável), a manutenção dos serviços ecossistêmicos insulares, a integração das ilhas à economia mundial através de tecnologias de informação, a produção e exportação de produtos produzidos de forma sustentável e o desenvolvimento de carreiras profissionais dinâmicas para os ilheus. (UN- Habitat, 2015)

Portanto, com a *blue-green economy* tem-se a perspectiva de um crescimento ligado à proteção do meio ambiente e à inclusão social, com um nível mais baixo de endividamento, com sistemas financeiros transparentes e segurança alimentar, além de promoção da busca por novos setores por parte da população, representando oportunidades empresariais sobretudo para os jovens. Para atingir esse grande objetivo, as medidas devem focar nas áreas energética, de pesca de pequena escala, de água, de turismo sustentável que leve em consideração a qualidade de vida e a cultura dos ilhéus, e de gestão de resíduos (gerados pela agricultura e práticas industriais).

Para que esses projetos possam ser desenvolvidos, os SIDS devem contar com parcerias na própria sociedade (entre governo e sociedade civil), em nível regional (principalmente na área de infraestrutura) e internacional. Nesta escala é importante, sobretudo – segundo a formulação da estratégia em nível institucional –, o envolvimento de países desenvolvidos (na

área de energias renováveis, desenvolvimento de recursos humanos e criando mecanismos especiais de financiamento), conforme estabelecido pelo *Barbados Plan of Action*.⁶¹

2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

O presente capítulo constituiu uma análise sobre como o meio ambiente e, em última instância, o desenvolvimento sustentável foram alçados na agenda internacional e dos SIDS. Alguns aspectos teóricos sobre o desenvolvimento sustentável foram abordados e o histórico dos SIDS e suas principais características foram descritos.

Concluiu-se que a ascensão do meio ambiente na agenda internacional se deveu a uma articulação entre as mudanças ideacionais e das subjetividades na sociedade e os efeitos materiais visíveis da crise ambiental. O desenvolvimento sustentável surgiu para permitir uma conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental e entre demandas do Norte Global e do Sul Global. Apesar de ter adquirido status de norma internacional, na prática isso não foi suficiente para substituir o paradigma anterior de desenvolvimento, desse modo, *tracks* paralelos foram constituídos tanto nas agendas e instituições nacionais, quanto em âmbito multilateral.

No que concerne aos SIDS, foi visto que esses países enfrentam muitos desafios e vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Em virtude disso, os SIDS se utilizaram de diversos discursos para angariarem apoio internacional, sendo que o mais recente deles advoga pelo desenvolvimento sustentável dos mesmos.

O próximo capítulo será dedicado à análise e caracterização mais específica do país escolhido para o estudo de caso: Cabo Verde. Buscando-se áreas/debilidades do país que mereçam iniciativas de cooperação pautadas em desenvolvimento sustentável.

A partir da análise sobre Cabo Verde nas áreas indicadas pelas dimensões de sustentabilidade da Agenda 2030 e de Ignacy Sachs (2009) (Social, cultural, ambiental, ecológica, econômica e política), os projetos promovidos pela parceira Cabo Verde União Europeia serão analisados, no último capítulo, quanto aos impactos e aos fins, tendo como referência os fins propostos pelo autor e pela Agenda.

⁶¹ Como já assinalado, o Barbados Plan of Action, de 1994, reafirmou os princípios e compromissos do desenvolvimento sustentável da Agenda 21 e os traduziu em políticas e ações específicas a serem tomadas pelos Estados para a promoção dos SIDS.

3 CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO ARQUIPÉLAGO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O capítulo anterior estabeleceu as bases para o início de uma discussão sobre Cabo Verde, enquanto SIDS, considerando os desafios ao desenvolvimento sustentável do país.

O presente capítulo do trabalho abordará as características próprias de Cabo Verde no que tange à história, à sociedade, à economia, ao meio ambiente e aos seus recursos, buscando identificar na realidade do país áreas e dificuldades que mereçam iniciativas de desenvolvimento sustentável.

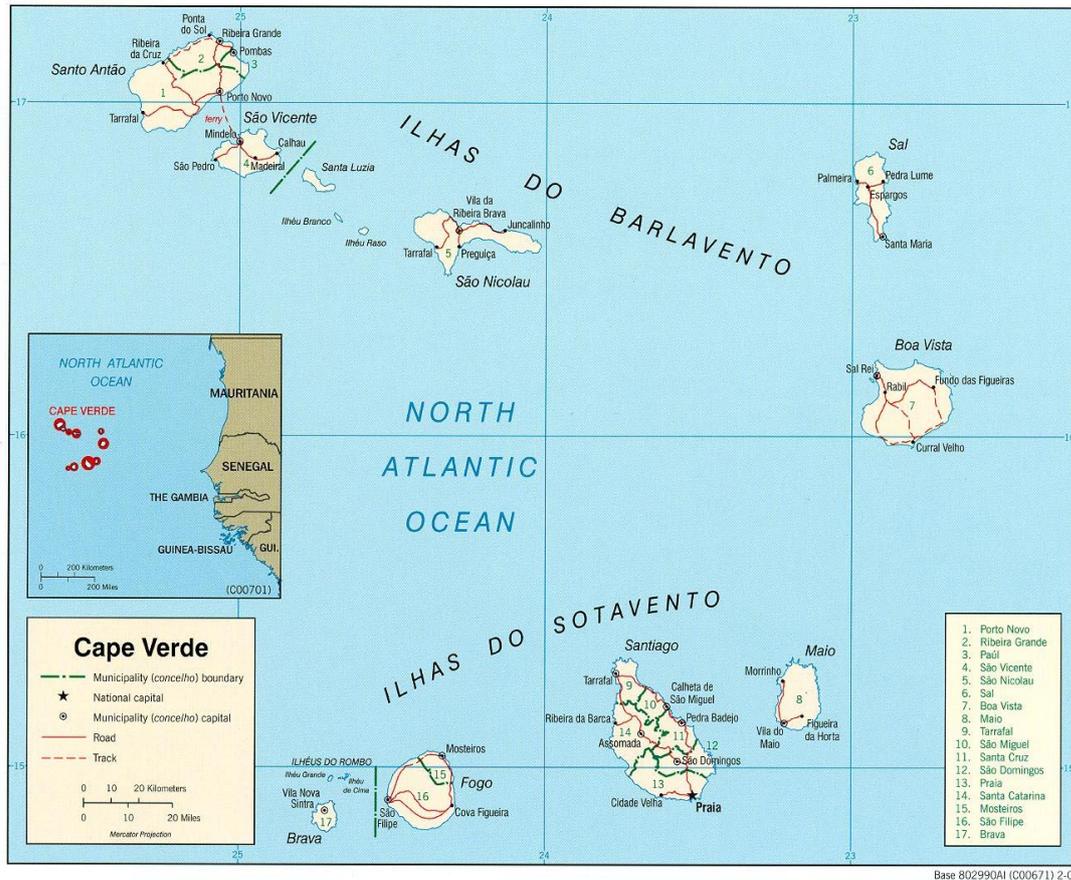
Num primeiro momento são expostas algumas questões relevantes da história do país, que não pretendem ser exaustivas, mas que são necessárias para o entendimento de alguns aspectos e dificuldades perenes que o Estado cabo-verdiano enfrenta. Na segunda parte são descritos algumas características e problemas chaves do país que merecem projetos de desenvolvimento sustentável.

3.1 UMA INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA E À HISTÓRIA DE CABO VERDE

Cabo Verde é um pequeno país insular de 4.033km² (menor que o Distrito Federal do Brasil) situado entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' N e longitudes de 22° 40' e 25° 22' O. É, mais precisamente, um arquipélago de origem vulcânica formado por 10 ilhas (das quais 9 são habitadas) e 5 ilhotas no Oceano Atlântico (a cerca de 500 km de distância da costa ocidental de África). Suas ilhas, ilustradas na figura 11 abaixo, são divididas em dois grupos: as do Sul são Sotavento, englobando as ilhas de Maio, Santiago (onde se localiza a capital, Praia), Fogo e Brava. Já as do Norte são Barlavento, ao qual pertencem as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitada)⁶², São Nicolau, Sal e Boavista (AMARAL, 1991).

⁶² A ilha de Santa Luzia conta com um clima árido, vegetação escassa, frequentes períodos de seca e falta de água constante, o que frustrou as tentativas de povoação do local. A ilha chegou a ser utilizada para a pesca, extração de urzela e pastoreio no século XVIII, mas desde 1990 é uma reserva natural integral refúgio de aves marinhas raras, local de desova de tartarugas, possuindo uma fauna marinha rica e diversificada. (CONEXÃO LUSÓFONA, 2015)

Figura 11 – As ilhas de Cabo Verde



Base 802990AI (C00671) 2-04

Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection – University of Texas at Austin (2004)

3.1.1 História – entre Américas, Europa e África

No início do século XVI as regiões do mundo (Extremo Oriente, Europa, África e Médio Oriente) eram relativamente autônomas. Porém, isso mudou de 1500 a 1800, com o estabelecimento de um novo sistema geoeconômico voltado para o Atlântico e estruturado em um esquema comercial triangular que ligava Américas, Europa e África. (SILVÉRIO, 2013)

A costa africana foi alvo da expansão marítima europeia desde cedo. Durante os séculos XV e XVI os portugueses estabeleceram várias feitorias na costa ocidental de África, envolvendo a população do litoral e chefes locais no comércio de pedras preciosas e outros artigos.

Além disso, os europeus logo perceberam que o continente africano também poderia ser explorado como fornecedor de mão de obra escrava⁶³, mesmo sabendo que isso resultaria num

⁶³ É importante notar que a escravidão, o sistema de dominação implementado pelos europeus, é diferente do sistema de *jonya/escravização* então vigente em parte do continente africano: O *jon*, o cativo, era tornado escravo como resultado de derrotas em batalhas, para punições. Não era cedível, não era voltado para o comércio, seus

aumento dos conflitos nas sociedades locais. E, no período que vai do século XV ao início do XVI, o principal destino desses indivíduos escravizados era a Europa (para trabalhos domésticos e de artesanato), principalmente Portugal e países dominados pela Espanha, assim como as ilhas do Atlântico: Cabo Verde, São Tomé, Madeira, Canárias (para as culturas de cana de açúcar e algodão). Esse interesse europeu por territórios com capacidade de fornecer mão de obra foi crescendo à medida que grandes plantações de açúcar eram criadas na América. (SILVÉRIO, 2013).

É preciso ter em mente que a ocupação de Cabo Verde pelos portugueses se relacionou intimamente a esse cenário mundial mais amplo, de busca por posições privilegiadas para a realização de comércio com os africanos, para obtenção de mão de obra escrava e para escalas de navios transportando itens entre o velho continente, a África e o “novo mundo”.

3.1.1.1. A ocupação e a constituição de um entreposto comercial

Desde o princípio, o arquipélago de Cabo Verde apresentou desafios à ocupação e foi visto de fora como tendo importância apenas relacional. Isso é evidenciado pelo fato de que, após o rei de Portugal, D. Afonso V, ter doado a Ilha de Santiago ao Infante D. Fernando, nos anos 1460 (por recompensa aos serviços prestados)⁶⁴, este ter solicitado a outorga de privilégios reais para viabilizar a ocupação⁶⁵ da ilha. O motivo é que poucas pessoas estavam dispostas a deixar Portugal para ir para terras tão distantes e de clima árido, com poucos recursos e sem perspectivas de enriquecimento rápido (DOMINGUES, 1991).

A carta régia de 12 junho 1466 forneceu as isenções fiscais e os estímulos comerciais para os colonos que se fixassem na ilha de Santiago. O privilégio chave – que possibilitou a ocupação da ilha – foi a autorização do monopólio de comércio com a costa ocidental africana e da canalização desses produtos para Portugal e Europa, ou seja, um reconhecimento jurídico de Cabo Verde como entreposto de comércio entre o continente europeu e o africano. E o principal atrativo para os colonos estava no tráfico de pedras preciosas, marfim e de africanos

filhos eram livres e o cativo ficava com a maior parte do que produzia. Já na escravidão ocorre uma privação de direitos hereditária baseada na raça e voltada para a obtenção de lucro. (SILVÉRIO, 2013).

⁶⁴ A posse de Cabo Verde foi transmitida entre gerações até D. Manuel, aclamado rei de Portugal, que reintegra o arquipélago ao patrimônio da coroa. (DOMINGUES, 1991).

⁶⁵ Antes dos portugueses não havia ocupação efetiva no arquipélago, e discute-se na literatura sobre a presença de jalofo e sobre a possibilidade de as ilhas terem sido visitadas por navegadores árabes ou africanos na antiguidade. (ALBUQUERQUE, 1991).

escravizados, enviados da costa da Guiné para a Europa e, mais tarde, para as colônias da América. (BALENO, 1991; DOMINGUES, 1991).⁶⁶

Ora, a Coroa concedeu tais privilégios⁶⁷ ao nobre por considerar a ocupação daquele território imperativa, uma vez que a sua localização geográfica era estratégica: Em frente à Costa da Guiné (com a qual os portugueses já mantinham contatos comerciais e onde não conseguiam se fixar por motivos políticos) e lugar ideal para escala e trampolim de invasões na costa africana e navegações no Atlântico Sul. Como afirma Fernandes (2002, p. 27):

O beneplácito da Coroa no estabelecimento de mecanismos de fixação de colonos parece disfarçar, sob a capa de preocupação com o povoamento das ilhas e do correlativo esforço de implantação de uma civilização lusa no além-mar, a ânsia do desbravamento de “mares nunca dantes navegados”, visando ao fortalecimento do reino com ouro e pedras preciosas. Para os seus principais mentores, colonos e Coroa, o povoamento de Cabo Verde surge como mero reduto de um projeto mais abrangente, pessoal ou institucional. O seu interesse vincula-se, prioritariamente, a algo que é extrínseco e, até, certa medida, alheio ao arquipélago. Este, como destino habitacional, não é valorizado senão como ponto estratégico à materialização do anelo expansionista/acumulacionista, de que, aliás, constitui não apenas instrumento, mas também uma das primeiras expressões.

Tal carta instituiu, portanto, um modelo de colonização chamado por Correia e Silva (1991) de “mercantil marítimo puro”. A ilha de Santiago era efetivamente a feitoria offshore⁶⁸ da Guiné. Segundo o Correia e Silva (1991, p. 198)

Toda a atividade dos moradores consistia na compra-transporte- venda [...]. O mundo da produção e fabrico é aqui subalterno. Colocados entre dois mundo (a Europa e a África Ocidental a sul do rio Senegal), os mercadores, tornados moradores de Santiago, faziam circular entre estes polos mercadorias altamente cotadas, retirando desta atividade a razão de fixação na ilha. [...] Santiago era, neste contexto, um puro entreposto de mercadorias africanas (escravos, cera, marfim), à espera de serem

⁶⁶ As concessões dão a impressão que os colonos teriam certas facilidades para o desempenho de suas atividades, mas a característica definidora da colonização portuguesa, isto é, o monopólio real do comércio (cedido a pessoas específicas por um tempo determinado e circunscrito a uma região), não foi abandonada. A partir da primeira carta régia o rei passa a fiscalizar e restringir o comércio do arquipélago com a costa africana através de leis, evitando que os interesses do reino fossem lesados por mercadores. A carta régia de 1472 só permitia o comércio com a região dos Rios da Guiné com os escassos produtos de Santiago e com armações feitas na ilha; o alvará de 1512 proibia que os escravos da Guiné fossem descarregados em outro porto que não o de Lisboa, e a de 1518 instituía a exclusividade real no comércio com os rios da Guiné. Apesar disso, as leis eram pouco respeitadas, já que, para os moradores de Cabo Verde, os escravos eram a principal moeda de troca para a compra de produtos essenciais. (BALENO, 1991; FERNANDES, 2002; NIANE, 2010).

⁶⁷ A partir disso são estabelecidas as estruturas para o sistema de dominação do arquipélago, a começar com o regime de posse da terra através de donatarias para pequenos grupos privilegiados de nobres e amigos da realeza (depois divididas em morgadios e arrendadas), com as regulações sobre o tráfico de escravos e com a implementação de um sistema fiscal, que assegura que a maior parte do excedente seja transferida para Portugal. (HERNANDEZ, 2002)

⁶⁸ Como afirma Ogot (2010), a economia de feitorias não contribuiu para a prosperidade local, seja em Cabo Verde, seja em outros lugares. Elas não operavam como centro de escoamento de produtos locais e também não criavam oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas nas ilhas. Por outro lado, elas foram cruciais para a prosperidade mundial, forneceram grande parte dos metais preciosos e a mão de obra utilizada. Para tanto, elas tomaram o lugar de negociantes locais, alterando as rotas de comércio através de relações baseadas na força e na violência.

reexportadas para os destinos europeus (reino, Castela, Madeira, Canárias, Flandres, etc.), ou inversamente, lugar de depósito temporário de mercadorias de origem europeia (panos, cavalos, quinquilharias, etc.), a serem posteriormente reenviados à costa da Guiné.

A dimensão produtiva da colonização, o que a transformou em agromercantil, foi introduzida efetivamente mais tarde, por meio da carta régia de 1472, que instituiu a obrigatoriedade de os produtos e as armações para o comércio com a Guiné serem produzidos em Santiago. Daí decorre a valorização da terra, uma maior demanda por escravos como mão de obra local e uma maior ocupação do interior e de outras ilhas do arquipélago.⁶⁹ (TORRÃO, 1995).

Com efeito, o povoamento começou pela ilha de Santiago, facilitado por ser a maior das ilhas, ter bons portos e boas nascentes de água doce. Ali se inicia uma agropecuária intensiva para exportação e também a constituição de um núcleo urbano centrado no comércio. Enquanto isso, as ilhas de Santo Antão e S. Nicolau, apesar de terem água, eram escarpadas e tinham portos pequenos. Já as demais ilhas eram mais áridas e careciam de boas nascentes. (DOMINGUES, 1991)

Depois da ocupação de Santiago, em virtude do intenso comércio com a região da Guiné, a produção do principal artigo utilizado na compra de indivíduos escravizados do continente - os panos de algodão - deveria ser aumentada. Para isso, a ilha do Fogo foi ocupada pelos próprios moradores de Santiago, tendo em vista que, mesmo com seus poucos recursos hídricos, a ilha era próxima da primeira e oferecia condições propícias para a plantação de algodão que seria destinado ao tráfico (de forma ilegal, já que a carta régia só facultava o comércio com a costa da Guiné para os moradores e produtos de Santiago). (DOMINGUES, 1991).

Quanto às demais ilhas, estas seguiram despovoadas até a segunda metade do século XVI, quando as de Santo Antão e São Nicolau começaram a ser exploradas devido às suas potencialidades agrícolas e pecuárias. As ilhas restantes só são ocupadas a partir do século XVII, mas já são usadas em alguns casos, desde o início, para a criação de gado em larga escala, para a exportação de peles e sebos para Portugal. (BALENO, 1991)

Portanto, os portugueses se utilizaram das ilhas de Cabo Verde para praticar cabotagem comercial de ouro, marfim, peles, especiarias e escravos nos rios Senegal e Gâmbia. Assim

⁶⁹ Nas ilhas de Fogo e Santiago instituiu-se um sistema de sesmarias voltado à agricultura de exportação e comércio que cria uma hierarquização entre proprietários e não proprietários e promove a povoação. Nas demais ilhas o sistema era de monopropriedade, os donatários da nobreza portuguesa investiam em atividades que requeriam pouca mão de obra e poucos dispêndios, notadamente a pecuária e atividades extrativistas como urzela, o que determinava a povoação praticamente inexistente das outras ilhas. Como se vê, a ocupação e a valorização produtiva das ilhas é determinada por aspectos exógenos. (CORREIA E SILVA, 1995)

procedendo, provocaram alteração da dinâmica regional de comércio de caravanas entre Gâmbia, alto Senegal e arco do Níger (de noz-de-cola, sal, tecidos de algodão, ferro e índigo) para o Atlântico. Para tal fim, induziram atividades econômicas em Cabo Verde que geravam produtos demandados na região, como o açúcar, o algodão, o aguardente e o índigo. As outras atividades eram secundárias, voltadas ao abastecimento de navios e basicamente para a subsistência. Em outras palavras, a demanda externa determinava a diversidade produtiva e agrícola (OGOT, 2010).

Nesse cenário, a primeira fase da colonização foi expansiva: até meados do século XVI o arquipélago viveu uma era áurea do comércio com o mercado africano e com a Europa. A ocupação europeia das Antilhas e da América aumentou também a demanda por mão de obra escrava por parte de mercadores europeus, que preferiam ir a Santiago comprar escravos a um preço mais elevado do que se arriscarem até a costa africana (CORREIA E SILVA, 1995).

Já no século XVII, começou a decadência de Cabo Verde, devido a vários fatores: ataques ingleses, holandeses e franceses em meio as guerras de corso e usura com vias de minar o monopólio comercial português na costa africana; diminuição do comércio, pois menos navios se arriscavam a atracar nas ilhas para se abastecerem (processo também intensificado pelos avanços na navegação que permitiram que viagens mais longas ocorressem com poucas escalas) e havia uma quase ausência de armadores cabo-verdianos com navios próprios para o comércio com a Guiné. Além do mais, com o tempo, os principais produtos de Cabo Verde voltados à exportação passaram a sofrer com a concorrência de países produtores, que se destacavam com melhor quantidade e qualidade, comparativamente ao que ofereciam as ilhas – como era o caso do aguardente e do algodão. (PEREIRA, 2011)

Ademais, a situação da coroa portuguesa se deteriorava em um momento em que as potências europeias operavam através de companhias de comércio para assegurar o fornecimento de mão de obra escrava para as colônias. Desse modo, a África se torna locus de uma disputa entre os europeus pelas melhores feitorias da costa. (SANTOS, 2002).

Para fazer frente a isso (substituindo os arrendamentos e licenças individuais para o comércio), Portugal criou a companhia de comércio⁷⁰ de Cacheu no século XVII e a de Grão Pará e Maranhão no século XVIII. Com isso, visava-se melhorar o fornecimento de mão de obra escrava para o Norte do Brasil e acabar com os vínculos que se criavam entre Cabo Verde e as outras potências europeias (que compravam produtos como urzela e panos das ilhas). Dessa maneira, ocorreu um aumento dos preços dos escravos, e a decadência do arquipélago cabo

⁷⁰ As companhias de comércio são sociedades de ações que contam com o apoio do Estado para exploração do monopólio comercial.

verdiano se intensificou, uma vez que essas companhias obtiveram grandes privilégios comerciais na área, sendo que o tráfico era antes chave para a economia local.

A companhia de Grão Pará e Maranhão inclusive obteve, em 1755, o comércio e exploração exclusivos de Cabo Verde por 20 anos, como contra partida da defesa das ilhas de piratas e intrusos – isso dificultou ainda mais a situação de agricultores e armadores, que tinham que vender seus produtos a preços baixos para a companhia, que os revendia aos estrangeiros. Enquanto os melhores escravos eram vendidos para o Maranhão, Cabo Verde ficava relegado ao segundo plano. Observou-se, assim, o aumento da miséria e o empobrecimento do arquipélago. (PEREIRA, 2006; SANTOS, 2002)

Além do mais, os acordos que se seguiram, de proibição do tráfico de escravos entre Portugal e Inglaterra, levaram ao aumento do contrabando. Mais tarde, a abolição da escravatura em diversos países minou a principal atividade em torno da qual a economia insular girava, e a privou de sua principal fonte de mão de obra.

A partir disso, o pequeno comércio de venda de produtos locais para as tripulações, que foi sempre paralelo em relação à venda de escravos, passou a ganhar importância, principalmente porque o arquipélago encontrava-se em um estado de esquecimento por parte da Coroa desde que o tráfico tinha sido proibido. Desse modo, os ilhéus tinham que recorrer a mercadores estrangeiros para a obtenção dos produtos essenciais. Aos poucos, Cabo Verde se transformou em uma colônia de exploração, voltada para a produção e exportação de matérias primas como algodão, urzela e sal (SANTOS, 2002).

3.1.1.2 As condições naturais, as fomes e secas recorrentes e a diáspora

As atividades econômicas desenvolvidas nas ilhas eram condicionadas não só pelas demandas externas e circunscritas ao interesse da metrópole, mas também pelas características naturais do local (solo, regime de chuvas etc.), que impediram o estabelecimento de latifúndios. Desde o início, as questões ambientais se impunham e determinavam certas trajetórias ao território e aos que ali viviam.

Com efeito, sucessivas fomes, secas e epidemias assolaram Cabo Verde desde os primórdios da colonização, tendo o primeiro surto de fome sido registrado em 1580⁷¹. Além das condições naturais do arquipélago serem hostis à ocupação, o cenário piorava com o modo de cultivo adotado nas terras (com gêneros importados pelo colonizador e sem observância de

⁷¹ A primeira fome de 1580-1583 é seguida por várias outras: 1610 a 1611, 1809 a 1811, 1894 a 1900, 1911 a 1918, 1921 a 1922, 1923 a 1924, 1941 a 1943 e 1947 a 1948. (HERNANDEZ, 2002)

técnicas de fertilização) e com o fato de que as pessoas que arrendavam as terras enfrentavam instabilidades. Estas guardavam relação, talvez principalmente, com o aumento arbitrário das rendas a serem pagas aos donos das terras, independente de épocas de seca ou de chuvas, obrigando-os a vender tudo o que tinham para quitarem suas dívidas. (PEREIRA, 2006).

Os principais motivos para as maiores crises de fome, recorrentes nos territórios e provocadoras da morte de centenas de milhares de pessoas, animais e também da vegetação, foram identificados como sendo as secas, os períodos de chuvas (que traziam pragas) e os ventos. Não menos importantes foram a falta de recursos financeiros para o cultivo da terra e as dificuldades de comunicação e transporte entre as ilhas e do arquipélago com o exterior⁷². (ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE, 2015).

Vários pedidos de ajuda eram feitos à Lisboa para o envio de mantimentos e embarcações para a distribuição de alimentos entre as ilhas, mas a Coroa se mostrava despreocupada com a realidade insular. Os mecanismos adotados para aliviar os impactos na população foram a proibição de exportação de alguns gêneros alimentícios, a obrigatoriedade de declaração de posse de milho e feijão, a suspensão de alguns impostos sobre animais destinados ao consumo próprio e, é claro, a migração e a emigração (PEREIRA, 2006).

Como aponta Fernandes (2002), as secas e fomes crônicas que assolaram o arquipélago fizeram desaparecer a escravidão, já que impediam que o senhor pudesse sustentar seu escravo e, em última instância, mantê-lo vivo, e também levaram ao desaparecimento da estrutura social vigente, baseada na propriedade agrícola – dividida entre proprietários e trabalhadores. Com a pobreza resultante, a emigração foi vista como solução tanto para sobrevivência quanto para a recuperação de status sociais perdidos.⁷³

A questão da emigração é de especial importância para Cabo Verde. A atual população em situação de diáspora⁷⁴ (de aproximadamente 1 milhão de pessoas) supera a população vivendo nas ilhas, que atinge aproximadamente o patamar de 540 mil habitantes, devendo-se assinalar que cerca de 10% do PIB do país tem origem nas remessas dos que emigraram⁷⁵

⁷² Por exemplo, durante a 2ª Guerra Mundial os navios enfrentavam inseguranças na navegação, e Cabo Verde passou por momentos de crise como resultado da falta de alimentos importados.

⁷³ O primeiro fluxo de emigrantes foi para os Estados Unidos entre 1685 e 1700 (FERNANDES, 2002). Na fome de 1773-1775 ilhéus venderam-se como escravos em troca de alimentos para comerciantes estrangeiros. (SEIBERT, 2002).

⁷⁴ A própria lei sobre a transmissão de nacionalidade de Cabo Verde contribuiu para o grande número, já que ela é baseada no *jus sanguinis* e no *jus soli*.

⁷⁵ Por isso há incertezas sobre o futuro, com as possibilidades de emigração diminuindo e à medida que as gerações vão se distanciando de Cabo Verde: Muitos já estão na terceira geração no exterior, o que pode diminuir o vínculo com o país e as remessas (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012).

(Banco Mundial, 2016b). Para além do impacto econômico, a população da diáspora exerce uma forte influência cultural e identitária no país. Um trecho da reportagem da jornalista Henriques (2015) retrata bem a situação: “Perguntar a um cabo-verdiano se tem alguém da família a viver fora torna-se caricato, dizem-nos: É claro que toda a gente o tem. Há inclusivamente um Ministério das Comunidades, dedicado aos emigrantes”.

Ademais, a própria luta pela independência de Cabo Verde começou na diáspora, através do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), envolvendo personalidades como Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

3.1.1.3 O colonialismo português no século XX e o processo de independência

Já no século XX, Portugal ainda mantinha sua política colonial e, em meio ao salazarismo, tentava extrair com mais vigor as riquezas de suas colônias – as quais chamava de “províncias portuguesas do além mar” – para fazer frente à crise econômica mundial dos anos 1930. Com poucos recursos, estatais e privados, para investimento nas colônias, a metrópole fundava sua exploração colonial em práticas duras e primitivas, relacionadas ao trabalho forçado e à forte taxaço da produção e das vendas. (MAZRUI, WONDJI, 2010)

As colônias portuguesas da região em questão eram muito atrasadas em comparação com as dos países vizinhos, não contando com nenhuma linha férrea ou estrada. Eram baseadas em uma economia primitiva, dominada por monopólios, e, apesar de serem consideradas províncias portuguesas desde 1930, o discurso assimilacionista tentava mascarar uma situação real de discriminação (FRY, 2003).

Sabe-se que a colonização portuguesa (também chamada de ultracolonalista⁷⁶), mesmo com a abolição da escravatura, preconizava um tratamento aos chamados “indígenas”⁷⁷ muito semelhante ao direcionado a escravos. Isso significava trabalhos obrigatórios, exploração de camponeses por parte dos mercadores brancos e poucos direitos civis. (MAZRUI e WONDJI, 2010)

No entanto, Cabo Verde não foi uma colônia regida pelo sistema de indigenato. A população local era vista como diferente da dos outros países africanos: Os cabo-verdianos até

⁷⁶ Diferentemente de outros tipos de colonialismo, para Anderson (1966 apud Fry, 2003) o sistema colonial português se caracterizava por ter uma economia arcaica e irracional, onde as colônias se voltavam só para a exportação de matéria prima para a metrópole e se baseava na exploração extrema e brutal da mão-de-obra africana, apoiada por uma ideologia de “Um Portugal” e uma política de “assimilação”.

⁷⁷ O estatuto do indigenato foi aplicado até os anos 1960 em Angola, Moçambique e Guiné Bissau. A maior parte da população nativa era considerada indígena e os assimilados obedeciam a critérios especiais, como comer com talheres e falar português.

eram recrutados para participar da administração de outras colônias portuguesas. Como afirma Henriques (2016), o relacionamento de Cabo Verde com a África Ocidental e com a Europa sempre foi de profunda ambiguidade⁷⁸, alimentada pelos portugueses, que concederam um estatuto espacial a Cabo Verde devido à “maior mestiçagem⁷⁹ e proximidade com Portugal.

Ainda assim, via-se que eles tampouco eram considerados portugueses. O cenário no arquipélago era de super população e as fomes continuavam periódicas, levando a milhares de mortes. Nos anos 1970, o PIB per capita era de apenas US\$ 190 e a taxa de analfabetismo era de mais de 60%. A seca de 1941 e 1942 resultou em 20 mil mortos, em uma população de apenas 180 mil habitantes, em período no qual o exército português estava estacionado nas ilhas (devido à segunda guerra mundial) com grandes reservas de alimento. (MAZRUI e WONDJI, 2010)

Em cenário no qual todas as colônias da África Ocidental pertencentes ao Reino Unido e a França tinham adquirido a independência política, Cabo Verde seguia na década de 1970 sob a dominação de Portugal, a qual só foi interrompida pelas longas guerras sangrentas de independência na Guiné. A natureza violenta⁸⁰ do processo de independência de Cabo Verde e Guiné Bissau se relacionou intimamente ao ímpeto português de manter por todos os meios o seu império, apoiado pelas principais potências ocidentais e pela OTAN, seja por meio militar, seja por vias financeiras (CABRAL, 1972).

Tendo em vista a situação do arquipélago, a independência era vista não apenas como uma possibilidade de resgate da autonomia política e de uma cidadania de fato. Significava também o rompimento com um passado difícil de fomes, com alto número de vítimas, de trabalho forçado e de emigração em busca da sobrevivência. (FURTADO, 2016).

Nesse sentido, os partidos políticos só começam a surgir no fim dos anos 1950 nessas colônias. O Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado por um cabo verdiano, Amílcar Cabral, e mais cinco colegas, em 1956, tinha em vista a união

⁷⁸ A partir da Conferência de Berlim, a discussão sobre o estatuto para Cabo Verde se intensificou. A elite local advogava por um estatuto específico para diferenciar Cabo Verde das outras colônias devido à sua “indole pacífica e benévola e pelo seu grau de civilização, semelhante aos das províncias portuguesas”. (FERNANDES, 2002)

⁷⁹ Desde o começo da colonização, os mecanismos de ascensão socioeconômica do arquipélago deram certo espaço para que a mobilidade social não se desse apenas pela raça. A “raça” em Cabo verde passou por um processo de esvaziamento com a criouliização e com o branqueamento social. Porém, os aportes culturais europeus foram sempre mais valorizados devido às intervenções da Igreja católica na educação, à divulgação da cultura ocidental e ao esforço dos negros em se livrarem do passado de escravidão. Dessa forma, mesmo quando os negros ascendiam socialmente não havia um resgate dos valores culturais africanos, mas sim um ocultamento destes. Nesse sentido, a “miscigenação” da sociedade cabo-verdiana não levou a uma visão paritária dos valores culturais de cada substrato. (FERNANDES, 2000).

⁸⁰ Os relatos apontam para vilas incendiadas, pessoas torturadas e queimadas vivas com uso de napalm, uso de herbicidas e desfolhantes na Guiné, casos esses relatados à ONU, que aprovava resoluções tentando pressionar politicamente Portugal. (CABRAL, 1972).

política de Guiné e Cabo Verde⁸¹ e focou, nos seus primeiros anos, em atividades pacíficas, como greves em cidades. Tendo em vista a brutal resposta portuguesa à greve de trabalhadores das docas em 1959 (a despeito dos repetidos pedidos por negociação com Portugal por parte do PAIGC, no âmbito da ONU), o partido passou a adotar a luta armada na mata da Guiné a partir da educação da população camponesa⁸² (CABRAL, 1972).

À medida que as áreas eram liberadas, a política de libertação era implementada, expulsando-se servidores e comerciantes coloniais e acabando com o trabalho forçado e as plantações obrigatórias. A partir disso, instaurou-se um novo sistema comercial e novas escolas e postos de saúde foram criados. E, de forma surpreendente, logrou-se implantar uma democracia nas zonas liberadas, com comitês representativos eleitos. O exército de libertação, composto por cabo verdianos e guineenses, cresceu em número e conseguiu a independência da Guiné em 1973, confirmada em 1974 pelo novo governo português após a Revolução dos Cravos⁸³. (CABRAL, 1972; MAZRUI, WONDJI, 2010)

Enquanto isso, em Cabo Verde, as condições geográficas não tornaram possível uma resistência semelhante à da Guiné. A própria presença do PAIGC era politicamente fraca e militarmente ausente no arquipélago. (FERNANDES, 2000)

Entretanto, com o fim do fascismo português, os combatentes cabo verdianos retornaram às ilhas e, após longas negociações e debates entre africanistas e europeístas⁸⁴, (que ainda permeiam a política externa do país), iniciou-se um governo de transição. Como corolário, a independência de Cabo Verde foi proclamada, em 5 de julho de 1975.

Como aponta Grassi (2003), no momento da independência a economia cabo verdiana estava ancorada em uma estrutura socioeconômica obsoleta, fruto (e herança) da colonização. De forma que, devido à falta de atividades produtivas do setor público, o setor privado se concentrava basicamente em atividades pouco competitivas na agricultura, na pesca e na construção civil. Como resultado, a lógica econômica dominante mirava principalmente a

⁸¹ A união dos países era controversa para os cabo-verdianos e foi inviabilizada com o golpe de Estado em 1981 na Guiné Bissau. Dessa forma o partido se dividiu em PAIGC e PAICV (Partido Africano de independência em Cabo Verde).

⁸² Com apoio de outros países africanos, de Cuba e da União Soviética.

⁸³ A revolução dos cravos ocorreu em abril de 1974, estimulada pela guerra colonial portuguesa e o pelo descontentamento que esta causou nas elites da metrópole, além do isolamento internacional do Estado novo em Portugal.

⁸⁴ Os combatentes que tinham regressado da Guiné defendiam a independência e a união à Guiné Bissau, mas a elite letrada local – os europeístas – pedia a autonomia mas com manutenção da dependência de Portugal. Apesar do PAIGC ter se consolidado como força política hegemônica, os laços de “solidariedade” com o continente africano não foram acompanhados por iniciativas políticas e econômicas para aproximar os países. A cooperação se volta basicamente para a Europa, que fornece os aportes necessários para a sobrevivência do Estado. (FERNANDES, 2002)

subsistência, o que bloqueava, ou ao menos dificultava fortemente, qualquer processo de acumulação.

Mesmo partindo dessa difícil realidade, a independência cabo-verdiana abriu espaço para muitas mudanças positivas na economia e na sociedade insular. De fato,

Para um país que na independência em 1975 tinha só duas escolas de ensino médio, nenhum dinheiro, pouca infraestrutura e uma história de episódios de fome, esta trajetória de performance é admirável se comparada às desgraças de muitos países africanos pós independência. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012, n.p., tradução nossa⁸⁵).

O Estado independente assumiu compromissos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Ao mesmo tempo, passou a fazer parte de várias organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras. (MADEIRA, 2015).

3.2 CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DE CABO VERDE NA ATUALIDADE

De acordo com o que foi exposto, Cabo Verde foi utilizado, historicamente, como uma espécie de ponte comercial entre os três continentes do Atlântico, operando com um sistema escravocrata e realizando atividades econômicas voltadas para as demandas externas, devido à sua localização estratégica.

Percebe-se igualmente que o país enfrenta dificuldades ecológicas desde os primórdios da ocupação. Contudo, a prolongada colonização portuguesa também produziu impactos severos na sociedade cabo-verdiana, de forma que a trajetória e a realidade atuais do país são resultado de uma inter-relação desses fatores, que contribuem para a vulnerabilidade econômica estrutural do arquipélago.

Nesta seção são descritos alguns dos principais aspectos e desafios atuais do país com respeito ao desenvolvimento sustentável, apontando-se para a direção que os projetos de cooperação, a serem analisados no último capítulo, devem seguir.

3.2.1. Sociedade e economia

Esta parte do trabalho baseia-se principalmente no relatório preparado pelo governo de Cabo Verde para a Conferência Rio+20, sobre o processo de desenvolvimento do país nos

⁸⁵ No original: “For a country that at independence in 1975 had only two high schools, no money, little infrastructure, and a history of bouts of famine, this performance trajectory is admirable when compared to the misfortunes of many post-independence African countries”. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012, n.p.).

últimos vinte anos. Trata-se de uma compilação de informações sobre os desafios do país ao desenvolvimento sustentável.

Nesse documento se reconhece que, mesmo com as preocupações ecológicas do país, não se verificou nesse período uma sincronização de ações entre os departamentos do governo, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o governo admite ter visado antes de tudo, nas últimas duas décadas, o crescimento econômico e a redução da pobreza. Mas as preocupações com as vulnerabilidades socioambientais foram assinaladas, o que levou o país a ratificar várias convenções da ONU na área ambiental e ecológica, internalizando-as por meio da legislação doméstica. Ademais, o país percebe que grandes desafios se apresentam na articulação entre os pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. (CABO VERDE, 2012).

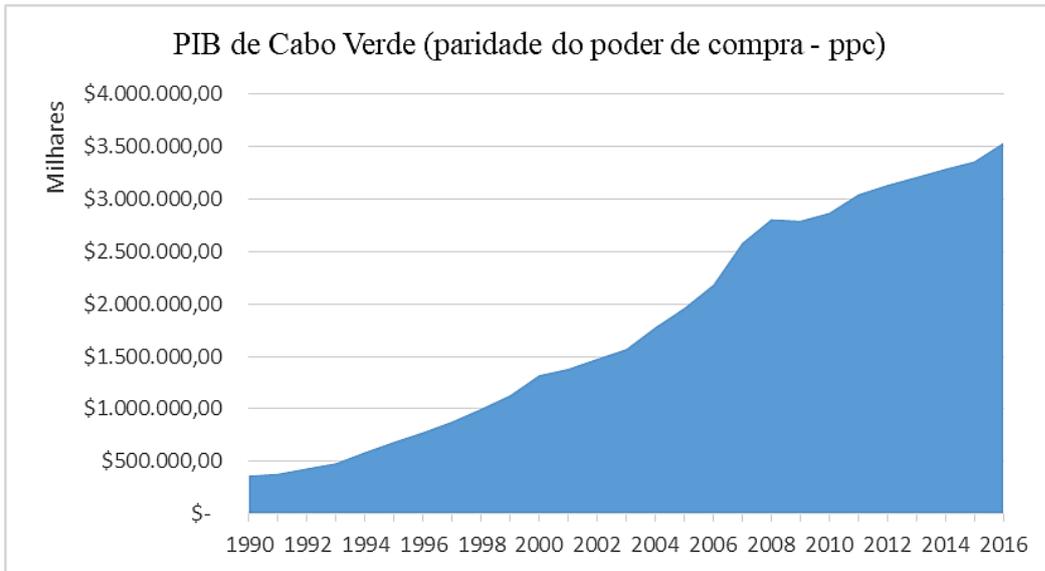
De uma forma geral, as estatísticas mais recentes de Cabo Verde indicam uma considerável melhora no cenário socioeconômico interno, após menos de meio século de independência política de Portugal. Entretanto, várias dificuldades persistem, indicando a necessidade de iniciativas com vistas ao equacionamento das mesmas.

No que tange à política e às liberdades civis no país, Cabo Verde é considerado um país livre (com 90 pontos de 100 pontos possíveis – onde 0 é menos livre e 100 o mais livre) tanto nas liberdades civis, quanto nas políticas, contando também com uma imprensa livre. Esses dados são muito positivos para a dimensão da sustentabilidade da política nacional de Ignacy Sachs (2009), que acredita que a democracia deve ser definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos (FREEDOM HOUSE, 2017).

Na educação, a situação do analfabetismo mudou drasticamente, pois 98% das crianças, na idade indicada, frequentam a escola primária. Na escola secundária, 65% dos meninos e 74% das meninas estão matriculados. O problema principal nessa área está na população de meia idade, que teve pouco acesso à educação e à qualificação. (UNFPA, 2016).

Já na economia, o PIB do país evoluiu positivamente ao longo do tempo, como ilustrado na figura 12, na sequência. E o PIB per capita, que, como mencionado, era de US\$ 190 às vésperas da independência, chegou a ultrapassar o patamar de US\$ 3.000 em 2010, como ilustrado na figura 13. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também melhorou consideravelmente entre 2000 e 2015, passando de 0,562 para 0,648 (na escala de 0 a 1), um desempenho significativamente melhor que o de seus pares na África Subsaariana, que tinham uma média de 0,523 em 2015. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

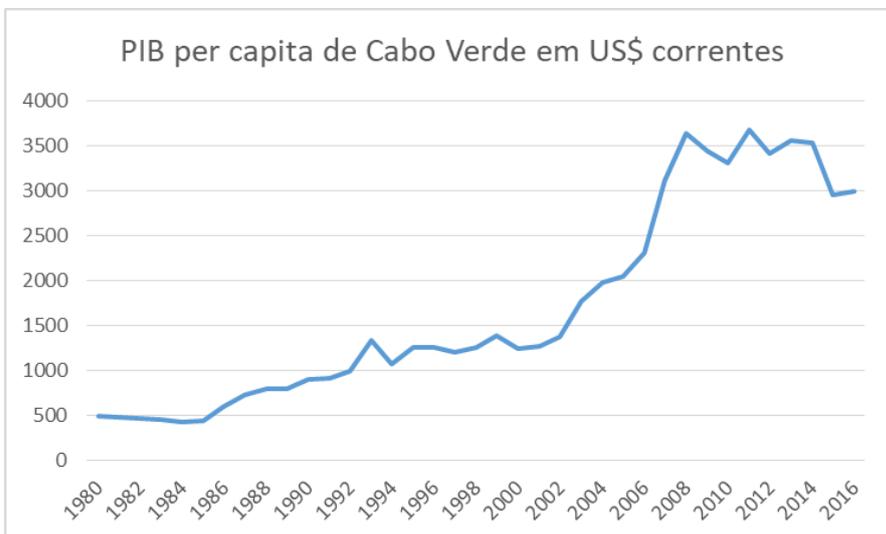
Figura 12 – Produto Interno Bruto de Cabo Verde Paridade do Poder de Compra (PPC) (1990 a 2016)



Fonte: Elaboração da autora com dados de World Development Indicators – Banco Mundial, 2017b

Nota: A economia foi impactada pela crise financeira mundial de 2008 e pela crise econômica no bloco europeu – cerca de 90% do investimento externo, importações e turistas vem de países da Zona do Euro. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2017).

Figura 13 – PIB per capita de Cabo Verde em US\$ correntes (1980 a 2016)



Fonte: Elaboração da autora com dados de World Development Indicators – Banco Mundial, 2017b.

Apesar disso, a desigualdade se mostra ainda presente no arquipélago, o que é representado pelo índice de GINI⁸⁶ de 0,47⁸⁷ em 2007 (último ano registrado para o país), que

⁸⁶ Mede a concentração de renda em um país, um índice de 0 representa a igualdade absoluta e 1 a desigualdade absoluta.

⁸⁷ O grau de desigualdade de Cabo Verde se destaca, de certa forma, na região e o aproxima dos valores da Guiné Bissau de 0,50 (2010) e do Togo de 0,46 em (2011). Enquanto isso, o Mali registrou 0,33 no índice de GINI (2009), a Mauritânia 0,35 (2008), a Liberia 0,36 (2007), o Senegal 0,40 (2011) e a Burkina Faso 0,35 (2014). (BANCO MUNDIAL, 2017b).

melhorou consideravelmente desde 2002, quando era de 0,59. Além disso, 10% dos habitantes eram subnutridos em 2015, e a taxa de pobreza era de 27,6% da população em 2007 (a pobreza e o atraso econômico se manifestam de modo mais intenso em certas ilhas, como a Brava, São Nicolau e Santo Antão⁸⁸) (BANCO MUNDIAL, 2017a).

Soma-se a isso a persistente taxa de desemprego, que desde os anos 1990 gira em torno de 15% da força de trabalho. Cabe ressaltar que a população cabo verdiana é muito jovem: segundo a UNFPA (2016), 30% da população, de pouco mais de meio milhão de habitantes, tinham entre 10 e 24 anos em 2016, e apenas 5% possuíam mais de 65 anos naquele ano.

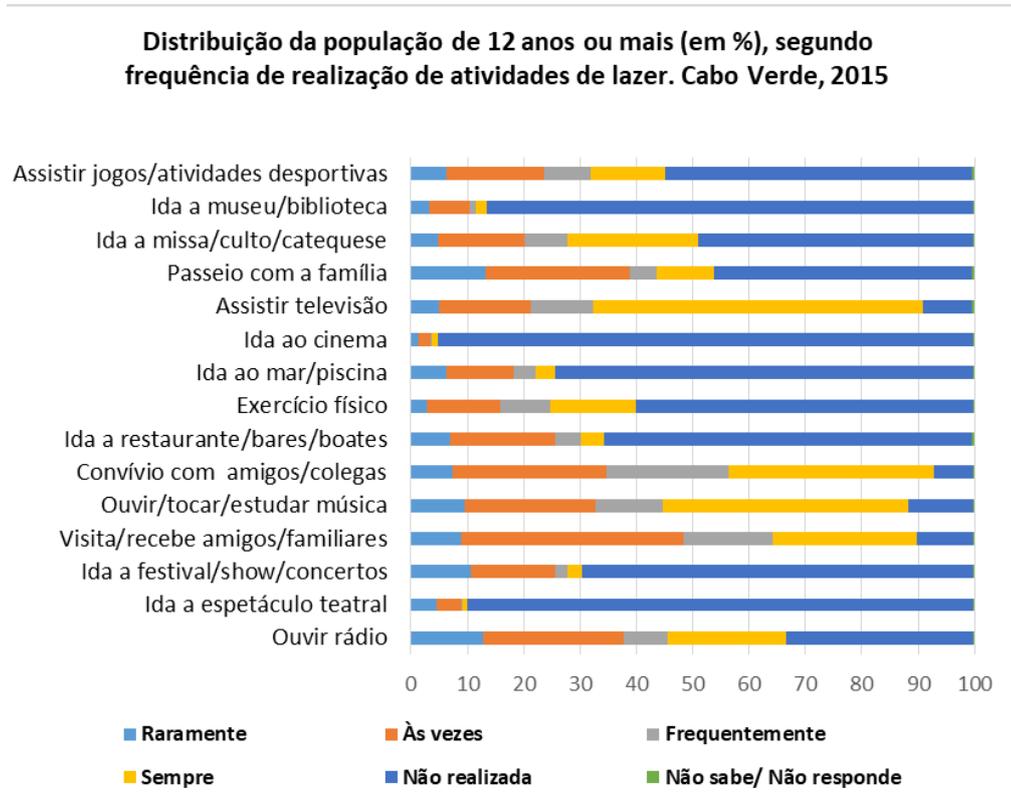
Os números são especialmente ruins nas áreas rurais, onde pouco mais de 30% da população vivia em 2016. Nesses espaços, em 2007, a taxa de pobreza era de 44% da população, enquanto que nas áreas urbanas 13,2% da população se encontrava nessa situação. (CABO VERDE, 2017).

Os dados apresentados indicam vulnerabilidade na dimensão social da sustentabilidade, âmbito em que se preconiza uma melhor distribuição de renda e alto nível de emprego. Os dados apontam a existência de vulnerabilidade também na dimensão territorial, esfera em que se considera ser importante um balanceamento das configurações urbanas e rurais e a diminuição das disparidades regionais (SACHS, I. 2009).

No que tange ao âmbito cultural, verifica-se uma relativa privação da população de acesso a atividades culturais, como mostrado na figura 14, abaixo. Destaca-se que 89% dos maiores de 12 anos não tinham ido a um único espetáculo teatral, 69,4% nunca tinham estado em um show/concerto/festival, 95% jamais haviam ido ao cinema e 86% nunca tinham visitado um museu ou uma biblioteca. (INE, 2015).

⁸⁸ Dados de uma análise realizada em 1993 e confirmada em 1997, mostraram que a pobreza atingia particularmente as mulheres, e de forma especial as mães solteiras chefes de família, os analfabetos e as famílias com um grande agregado familiar. Nesse sentido, nota-se uma desigualdade de gênero entrelaçada à desigualdade de renda. (CABO VERDE, 2012)

Figura 14 - Distribuição da população de 12 anos ou mais (em %), segundo frequência de realização de atividades de lazer em Cabo Verde



Fonte: Elaboração da autora com dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2015.

É digno de nota que boa parte dos artigos culturais consumidos internamente são importados da Europa e produzidos por cabo-verdianos da diáspora, devido à falta de apoio interno ao desenvolvimento dessas atividades, gerando vulnerabilidade cultural. (SACHS, I. 2009, AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012).

Quanto a aspectos mais específicos da produção de riquezas do país, verifica-se que, assim como mostrado no capítulo anterior a respeito das vulnerabilidades dos SIDS, Cabo Verde depende fortemente do setor de serviços. Esse setor representa quase 72% do PIB do país, destacando-se fortemente as atividades turísticas e o comércio. O setor secundário responde por apenas 19% do PIB, e o setor primário contribui com 9% (BANCO MUNDIAL, 2016b).

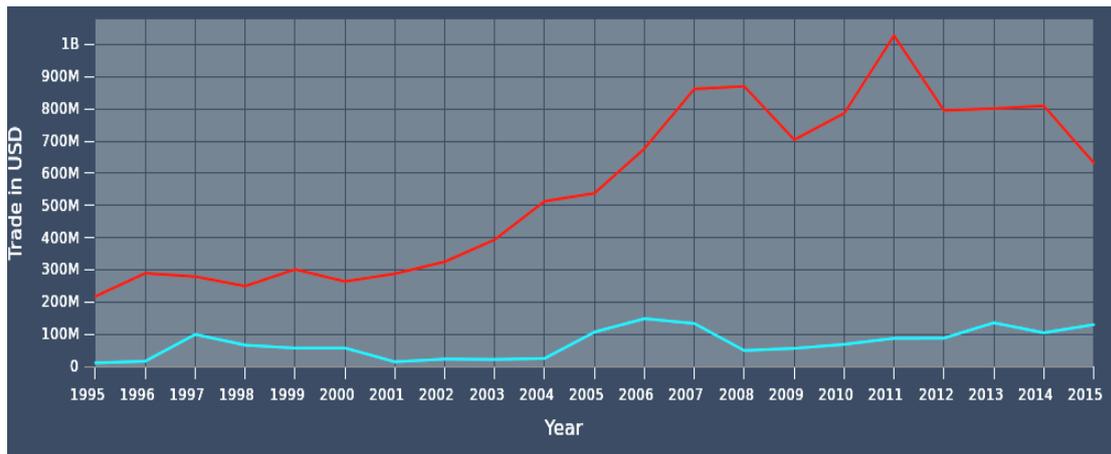
É importante mencionar que, apesar do atual peso do setor de serviços na economia cabo verdiana, as principais empresas atuantes ou são estrangeiras, notadamente europeias, ou tem

significativa participação estrangeira.⁸⁹ Isso ocorre de forma acentuada no setor de turismo⁹⁰ (com hotéis e resorts – que muitas vezes preferem importar bens de consumo estrangeiros e pouco se articulam com a população e a economia local) (DIAS, 2016; AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012).

Assinale-se que, de forma estrutural, tanto a fragmentação do país em ilhas como a distância entre as mesmas têm importantes implicações. Impõem elevados custos de transporte e dificuldade de obtenção de ganhos de escala na produção. (BANCO MUNDIAL, *Ibid.*).

Outro ponto delicado é o desequilíbrio permanente no balanço de pagamentos. Nota-se que a economia depende muito de remessas da diáspora e da ajuda ao desenvolvimento, para saldar a diferença entre o volume exportado e importado, que vem de longo prazo, como evidenciado na figura 15 abaixo (CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY, 2017; BANCO MUNDIAL, 2017b):

Figura 15 – Balança comercial de Cabo Verde de 1995 a 2015 em US\$



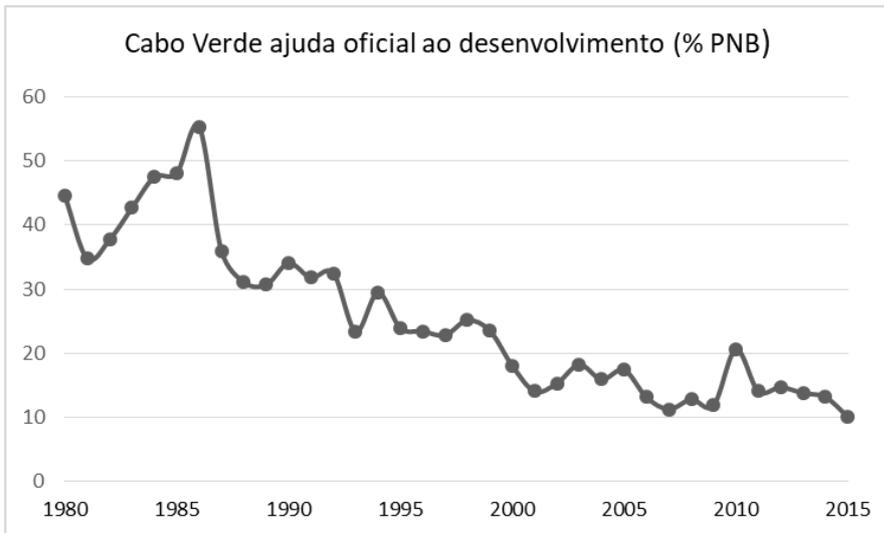
Extraído de: The Observatory of Economic Complexity, 2017

Nota: A cor vermelha representa o valor importado e a cor azul representa o valor exportado no período em US\$.

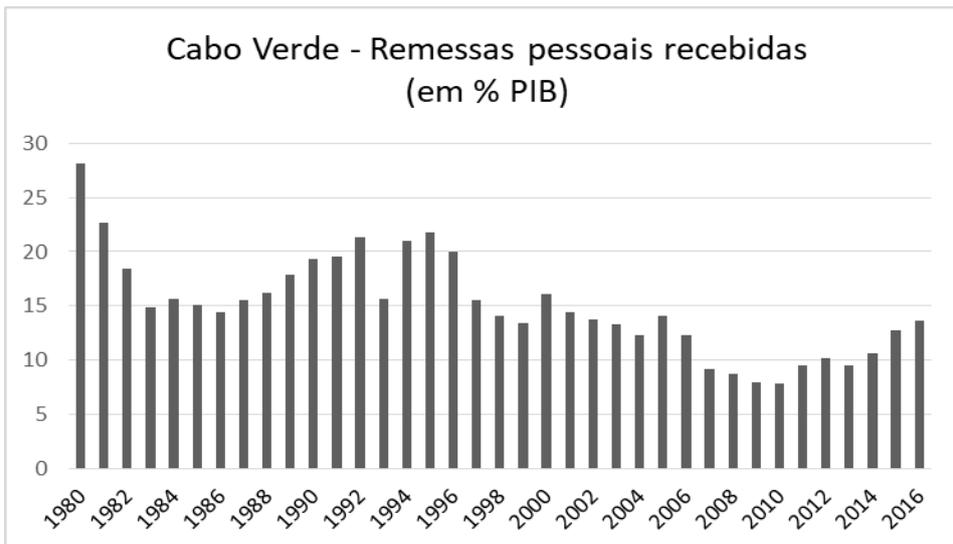
Como se pode observar na figura 16 abaixo, a ajuda oficial ao desenvolvimento, que alcançou o patamar de 55% do PNB nos anos 1980, ainda em 2015 representou 10% do mesmo, apesar de apresentar uma tendência declinante. E as remessas, representadas na figura 17, desde os primeiros registros representaram ao menos 7% do PIB, chegando a corresponder a mais de 28% deste.

⁸⁹ A partir de 1991, a economia, que era basicamente baseada na atividade estatal e de empresas mistas, foi sendo privatizada, inclusive nos setores financeiro, de transportes e telecomunicações.

⁹⁰ Moassab (2013) chama a atenção para o fato da atratividade do setor turístico ter resultado na vinda de empreendimentos imobiliários de grupos transnacionais, que impactaram o país cultural, espacial e ambientalmente, chamando a ocupação extensiva do território por uma só atividade produtiva de grande porte de “monocultura do turismo”, que resulta essencialmente em concentração de riqueza.

Figura 16 – Ajuda oficial ao desenvolvimento de Cabo Verde em % do PNB

Fonte: Elaboração da autora com dados do Banco Mundial, 2017b

Figura 17 – Remessas pessoais recebidas em Cabo Verde – em % do PIB

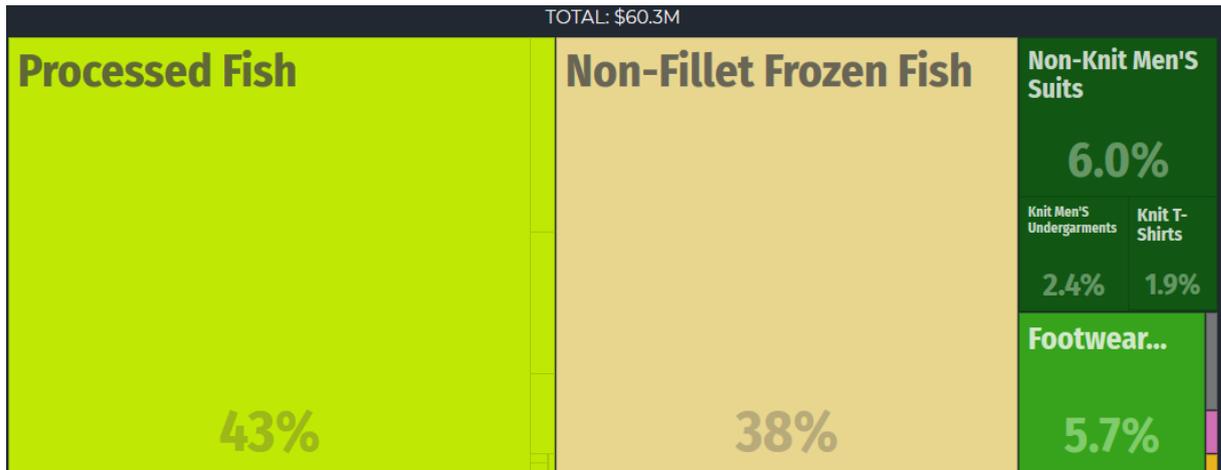
Fonte: Elaboração da autora com dados do Banco Mundial, 2017b

A estreita base produtiva e o pequeno volume exportado são ilustrados pela alta dependência da exportação de dois bens: produtos de pesca (em declínio devido a barreiras fitossanitárias) e confecções e calçados (facilitada por condições preferenciais⁹¹ de comércio).

As exportações do país são retratadas na figura 18 abaixo:

⁹¹ Da AGOA - *African Growth and Opportunity Act* e do acordo de Cotonou.

Figura 18 – Exportações de Cabo Verde em 2016 - produtos destacados do valor total exportado



Fonte: Center for International Development at Harvard University, 2017

Nota: As diferentes cores representam diferentes categorias de atividades. As cores cinza, rosa pink e amarelo à direita representam respectivamente: Equipamentos de pesca, medicamentos e café.

Como se vê, as exportações de Cabo Verde se concentram em áreas de baixo valor agregado e são pouco diversificadas. Vale destacar que a exportação de peixes se concentra em atum e crustáceos e a pesca local é realizada por pescadores pouco qualificados, têm grande participação as empresas e embarcações estrangeiras, que quase não realizam atividades que movimentem a economia local, ao mesmo tempo em que prejudicam pescadores artesanais (por se dar através do *Fisheries Agreement* com a União Europeia desde 2007⁹²). (MUNDT, 2012).

A mão de obra cabo verdiana é mais cara que a maioria dos países da região (já que o país assinou a maioria dos acordos internacionais de proteção do trabalho⁹³) e a confecção de artigos de vestuário possui certa tradição na produção local⁹⁴, seu design especial se volta para mercados de nicho nos Estados Unidos, com incentivo de um acordo com o país para exportação *duty free*⁹⁵. **O chamado “panu di terra” se destaca no ramo por ser um tecido típico feito de forma artesanal em teares manuais em Cabo Verde** (WEST AFRICA TRADE AND INVESTMENT HUB, 2016).

A situação é inversa com suas importações, de alto valor agregado e diversificadas, com ênfase em maquinário, numa grande variedade de alimentos e em combustíveis. A figura 19 abaixo ilustra essa realidade:

⁹² A parceria será analisada detalhadamente no capítulo seguinte.

⁹³ Ainda assim persistem dificuldades relacionadas à pressão demográfica, falta de recursos e pobreza, dificuldade na implementação de acordos, falta de emprego decente para jovens e mulheres e extensão da cobertura social a grupos excluídos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; CABO VERDE, 2011).

⁹⁴ Há algumas empresas portuguesas que também atuam no ramo de confecções no país.

⁹⁵ A exportação ocorre com estímulo do AGOA, mas muitos desafios persistem na área de logística, diversificação da produção, informação sobre requisitos do mercado, etc. (WEST AFRICA TRADE AND INVESTMENT HUB, 2016).

Tabela 2- Principais países de origem das importações de Cabo Verde em 2016

Importação		
Parceiro	Valor em US\$	% do total
Mundo	\$672.160.140,00	100%
Portugal	\$312.602.099,00	47%
Espanha	\$75.761.139,00	11%
Holanda	\$42.850.904,00	6%

Fonte: Elaboração da autora com dados de UNCOMTRADE, 2017

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações de Cabo Verde em 2016

Exportação		
Parceiro	Valor em US\$	% do total
Mundo	\$60.361.080,00	100%
Espanha	\$ 43.724.338,00	72%
Portugal	\$11.575.643,00	19%
Turquia	\$ 2.509.531,00	4%

Fonte: Elaboração da autora com dados de UNCOMTRADE, 2017

Cabe adicionar que, segundo o relatório “Cape Verde - The Road Ahead” do *African Development Bank* (2012), o grande responsável pelos avanços sociais, descritos acima, no país é o setor público, que lida com certas dificuldades devido à pequena margem de manobra para lidar com choques, porque o país tem uma âncora monetária no Euro, só podendo se utilizar de política fiscal - em um cenário em que a dívida pública estava em 125,9% do PIB em 2015. Tendo em vista o alto grau de endividamento, o governo busca desde os anos 1990 mudar o paradigma de crescimento do país para que o setor privado ganhe mais proeminência. Para tanto, a melhoria do “ambiente de negócios” focará em eliminar certos constrangimentos, como o acesso limitado ao mercado, os altos custos de energia e a falta de transporte entre as ilhas (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2017).

Com esse cenário, configura-se uma situação difícil para a sustentabilidade em diferentes dimensões. Uma tem a ver com a economia (devido ao desenvolvimento econômico intersetorial desequilibrado e também pela inserção dependente na divisão internacional do trabalho), a outra, com a política nacional (pelas dificuldades fiscais do aparelho estatal em

implementar um projeto de desenvolvimento nacional), e uma terceira, com a ecologia (envolvendo o uso de combustíveis fósseis) (SACHS, I. 2009).

Em resposta, no setor energético, o governo tem como meta o uso mais eficiente de energias e o maior uso de energias alternativas, visando uma diminuição das importações de combustíveis fósseis⁹⁶. Nesse sentido, a meta é, até 2020, satisfazer 50% da demanda energética do país com fontes de energia renováveis, especialmente eólica e fotovoltaica (CABO VERDE, 2012).

No que concerne ao setor de serviços, mais especificamente ao turismo, pretende-se criar um setor de valor agregado com baixa pressão sobre os recursos e que permita a melhoria de vida dos ilhéus. Para concretizar tal ambição necessita-se de mais infraestrutura (hoteleira, acesso à água e ao saneamento básico) e também lograr resultados na interiorização da cadeia turística (CABO VERDE, *ibid*).

3.2.1.1. A resposta do governo: uma nova estratégia de desenvolvimento

O governo reconhece que o modelo de desenvolvimento atual, apesar de ter atingido importantes realizações, dificilmente conseguirá alçar Cabo Verde ao grupo de países de renda média-alta. Por isso, as autoridades lançaram em 2003 a iniciativa intitulada “A Estratégia de Transformação Econômica de Cabo Verde”, um plano ambicioso de longo prazo para a política de desenvolvimento a ser adotada no país visando a transformação socioeconômica. (ANDRADE, 2015).

Num primeiro momento, a estratégia foca no curto/médio prazo, quando o governo pretende construir uma vantagem competitiva no setor turístico, ao mesmo tempo em que promove a agricultura e algumas indústrias leves. Para tanto, pretende-se disponibilizar um ambiente macroeconômico atrativo para investidores e facilitar o acesso dos agricultores ao microcrédito e à irrigação.

No longo prazo pretende-se criar clusters econômicos, para que o arquipélago venha a se tornar uma plataforma internacional de serviços de alto valor agregado.

Nesse sentido, o cluster principal implicará as possibilidades ligadas ao mar. Deverão fazer parte serviços um centro regional de pesca (com frete, processamento, conservação,

⁹⁶ 70% da energia elétrica provém de centrais térmicas que operam com diesel e fuelóleo. E o combustível mais consumido internamente é o gasóleo. A mudança para fontes renováveis de energia visa também incluir a população rural que têm pouco acesso à eletricidade, criar empregos e áreas de negócio. (CABO VERDE, 2012)

marketing e serviços financeiros de apoio), um centro de transportes (com porto de águas profundas, serviços de frete e abastecimento, um centro de negócios), o setor de turismo (com atividades culturais, cruzeiros, atividades de aventura, esportes e eventos), um centro de conhecimento e tecnologia marítimas (com aquicultura, pesquisa na área de energia e farmácia, um parque tecnológico) e segurança marítima (por estar em local estratégico que liga os continentes no Atlântico). Dessa forma, pretende-se tornar Cabo Verde uma economia marítima que possa oferecer serviços de alta qualidade na região do Atlântico Médio. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012)

No cluster aéreo, objetiva-se tornar Cabo Verde um hub de transportes aéreos na região, seja para passageiros, seja para cargas. Além disso, almeja-se a constituição de uma cyber ilha com serviços variados, como *business process outsourcing*, desenvolvimento de softwares, *call centers*, governança integrada e serviços financeiros (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012).

3.2.2 Meio ambiente e recursos

Como mostrado, desde a ocupação de Cabo Verde, as condições ambientais e ecológicas do país se mostram difíceis para o desenvolvimento de atividades econômicas e para a própria sobrevivência dos ilhéus.

Vale mencionar que aproximadamente 80% da população do arquipélago vive em zonas costeiras, o que implica em uma maior vulnerabilidade dos habitantes em relação a eventuais fenômenos extremos, como tempestades, inundações e ondas gigantes. (CABO VERDE, 2012).

Além disso, por ser uma prolongação da região do Sahel⁹⁷, o país possui apenas 10% de suas terras na condição de arável. Outro aspecto é que se trata de um Estado especialmente sujeito às mudanças climáticas e aos respectivos impactos, como a desertificação, a elevação do nível das águas do mar e as condições climáticas extremas. (BANCO MUNDIAL, 2016b).

Outros fatores naturais importantes são a virtual ausência de riquezas naturais e a dependência da agricultura em relação às chuvas, que são fracas e mal distribuídas. A população

⁹⁷ O Sahel compreende a zona entre o deserto do Saara e as savanas, da Eritreia ao Senegal. É caracterizado por uma curta estação irregular de chuvas e uma prolongada estação de seca. Essas características, aliadas à desertificação e erosão do solo, contribuíram para inúmeros episódios de fomes, que se agravaram nas últimas décadas, entre 1970 e 1993 foram registradas 20 secas severas. A FAO estima que 80% do solo da região está degradado. E esses eventos extremos podem se tornar ainda mais frequentes com a continuidade do aumento da emissão de gases de efeito estufa até 2050, de forma que a temperatura pode aumentar entre 3-5°C (GROVE, 1978; ESSOUNGOU, 2013).

do arquipélago, especialmente nas ilhas agrícolas, pressiona os poucos recursos naturais existentes, gerando um ciclo perverso no qual a pobreza é agravada pelas condições ambientais, e os pobres, com restritas opções, sobre utilizam os recursos disponíveis. Isso significa a criação de uma espiral descendente que reduz a renda e deixa o solo mais pobre. (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987)

Consequentemente, a produção agrícola não consegue garantir a segurança alimentar⁹⁸ da população. Tal problema se traduz em quadro no qual 20% das famílias em áreas rurais⁹⁹ vivem em situação de insegurança alimentar, e 11% estão ameaçadas por tal situação, caso alguma crise ocorra. Com efeito, Cabo Verde produz menos que 20% dos cereais demandados internamente. (CABO VERDE, 2012)

Portanto, um dos grandes desafios e objetivos do governo é promover a segurança alimentar, através de ações que abrangem a produção de diferentes itens alimentares, com a captação de água da chuva, a comercialização e o controle de qualidade. É pretensão, de fato, retirar do imaginário coletivo o passado de seca e fome que provocou muitas mortes no país. (CABO VERDE, *ibid*)

Com respeito a tal questão, observa-se estarem ameaçadas as dimensões ecológica, econômica (segurança alimentar), ambiental (respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas) e social (igualdade no acesso a recursos sociais) da sustentabilidade (SACHS I., 2009). Consoante a isso, o *Environment Performance Index*, desenvolvido pela Universidade de Yale, mede a performance do país em vários setores voltados à saúde humana e à proteção ecossistemas. Isso inclui agricultura (medindo-se a eficiência e o impacto ambiental da agricultura, a eficiência do uso de nitrogênio e o balanço no uso de nitrogênio), água e saneamento (medindo-se impactos da qualidade da água e saneamento na saúde humana), qualidade do ar (medindo-se emissões de combustíveis fósseis), biodiversidade e habitat (medindo-se o desempenho do país na proteção desses itens), pesca (com estatísticas sobre pesca e recursos pesqueiros dos países), clima e energia (intensidade de carbono). (HSU *et al*, 2016).

Nesse ranking, Cabo Verde está na posição 143, em um total de 180 países, próximo a vários SIDS como Barbados, Timor-Leste, Comoros e Maldivas. E seus piores índices estão em saneamento, agricultura, proteção do habitat e da biodiversidade e recursos pesqueiros. (HSU *et al*, *ibid*).

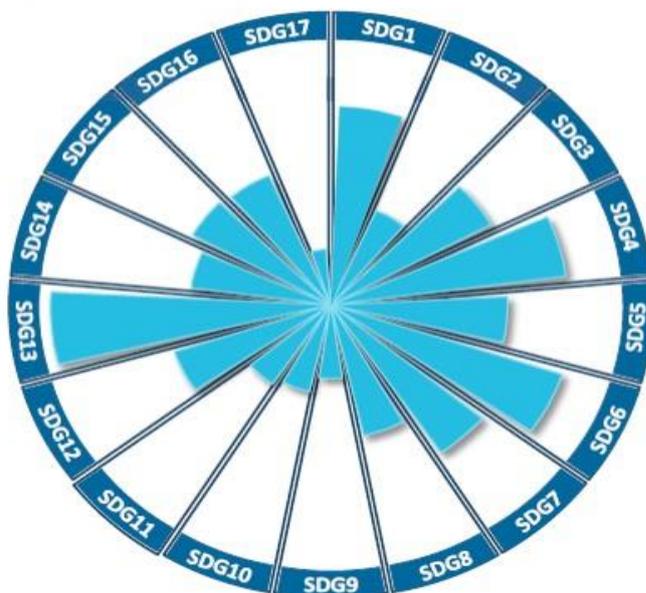
⁹⁸ Para a FAO (1996), a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, tem acesso físico e econômico à comida suficiente, segura e nutritiva para suas necessidades diárias e preferências alimentares para uma vida saudável e ativa.

⁹⁹ De forma mais intensa nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo.

A partir desses dados, a situação geral do país no que concerne ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também pode ser visualizada no índice de desenvolvimento sustentável de 2016, conforme a figura 20.

Figura 20 – Desempenho de Cabo Verde nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2016

AVERAGE PERFORMANCE BY SDG



SDG DASHBOARD



Fonte: Extraído de SACHS, J. et al, 2016. ¹⁰⁰

Nota: A cor verde indica que o patamar do Objetivo sustentável na área foi alcançado, a cor amarela indica que significativos desafios persistem e a cor vermelha indica grandes desafios a serem superados.

Os indicadores e metas utilizados para a aferição do desempenho do país em cada um dos objetivos e informações mais detalhadas estão no Anexo A.

¹⁰⁰ O Objetivo 1 corresponde à metas relacionadas à erradicação da pobreza, o 2 à fome zero, o 3 à boa saúde e bem-estar, o 4 à educação de qualidade, o 5 à igualdade de gênero, o 6 à água limpa e saneamento, o 7 à energia acessível e limpa, o 8 a emprego digno e crescimento econômico, o 9 à indústria, inovação e infraestrutura, o 10 à redução de desigualdades, o 11 a cidades e comunidades sustentáveis, o 12 a consumo e produção responsáveis, o 13 a combate às alterações climáticas, o 14 à vida debaixo da água, o 15 À vida sobre a terra, o 16 à paz, justiça e instituições fortes e o 17 a parcerias em prol das metas.

Como indicado acima, alguns dos mais importantes desafios do país estão no combate à pobreza (ODS 1), principalmente nas áreas rurais, que concentram a maior parte da população pobre, em grande parte devido às condições naturais, falta de irrigação e técnicas de cultivo rudimentares e não oferecem oportunidades para o aumento da renda dos habitantes locais. Além disso, o combate à fome/insegurança alimentar (ODS 2) também é crucial para a melhoria da qualidade de vida dos ilhéus, principalmente os que dependem da agricultura e de chuvas irregulares.

A promoção de saúde e bem-estar (ODS 3), pouco mencionada aqui, merece esforços devido à falta de profissionais qualificados, à incidência de tuberculose e ao elevado número de mortes no trânsito.

Já os objetivos relacionados ao acesso à estrutura básica (ODS 6, 7 e 9 - água e saneamento, acesso à energia limpa, inovação industrial) estão longe de ser alcançados, verifica-se déficit de acesso ao saneamento básico, à eletricidade e à internet e também a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

No âmbito econômico e social, como mencionado, o desemprego é um dado marcante no arquipélago (impactando diretamente no desempenho no ODS 8). Ademais, a redução das desigualdades ainda é um grande desafio, como mostrado com o índice de GINI (ODS 10). E a promoção de instituições fortes (ODS 16) é prejudicada pelo alto número de homicídios e de pessoas encarceradas.

A promoção de cidades sustentáveis também se encontra no vermelho (ODS 11), devido ao elevado grau de emissões de PM 2.5¹⁰¹ em áreas urbanas e pouco acesso a fontes de água potável melhoradas. Na questão ecológica (ODS 14 e 15), destaca-se a falta de áreas marinhas e terrestres completamente protegidas e a super exploração de estoques de peixes.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

No presente capítulo abordaram-se aspectos importantes da trajetória histórica do arquipélago correspondente a Cabo Verde, e destacou-se que, desde o início, a exiguidade de recursos do território e sua localização estratégica levaram à constituição de um entreposto comercial entre África, Europa e Américas, subordinada aos objetivos da metrópole e dos colonizadores. Caracterizou-se a longa colonização portuguesa como estagnante e permeada por catástrofes ambientais e humanas ligadas à fome e à seca.

¹⁰¹ PM 2.5, um material particulado, com origem na queima de combustíveis fósseis, essas partículas penetram no aparelho respiratório, causando doenças respiratórias e cardiovasculares.

Com base no que foi descrito, apesar dos avanços verificados desde a independência política, depreende-se que Cabo Verde ainda lida com vulnerabilidades estruturais como consequência de seu pequeno território fragmentado, da falta de recursos naturais e eventos climáticos extremos e da persistência de uma relação de dependência econômica de poucos setores econômicos (com forte domínio estrangeiro) e poucos parceiros comerciais, entre eles sua ex-metrópole.

Desafios à sustentabilidade se destacam no combate à pobreza – especialmente nas áreas rurais, no desemprego, na insegurança alimentar, na dependência de combustíveis fósseis importados, na falta de infraestrutura e de acesso à cultura, na proteção do habitat e da biodiversidade e em um sistema produtivo fraco que se apresenta essencialmente orientado para fora. Esses problemas revelam-se agravados por questões conjunturais, como secas recorrentes e prolongadas e crises econômicas mundiais, que impactam fortemente o arquipélago.

Portanto, os projetos de cooperação para o desenvolvimento sustentável, que serão analisados no próximo capítulo, deverão idealmente se voltar ao equacionamento dessas dificuldades e ao alcance dos objetivos definidos pelo plano nacional de desenvolvimento. Como se destacou, um objetivo maior desse plano é a transformação de Cabo Verde em uma espécie de hub de serviços de alta qualidade.

4 PARCERIAS E PROJETOS ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA - RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

No presente capítulo, a partir dos aspectos expostos sobre a agenda do desenvolvimento sustentável e sobre a história e os desafios enfrentados pelos SIDS e, especificamente pelo arquipélago cabo-verdiano, adentra-se na descrição e avaliação de projetos entre a União Europeia (UE) e Cabo Verde. A intenção é realizar o objetivo geral de pesquisa que guiou o estudo de caso desenvolvido, qual seja, o de analisar, caracterizar e avaliar o papel de parcerias e de projetos desenvolvidos entre as partes no equacionamento das dificuldades do país insular e na promoção de um desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, certos pontos teóricos sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento serão rapidamente abordados, para que, na sequência, as parcerias e os projetos desenvolvidos em Cabo Verde sejam descritos e avaliados.

4.1 BREVES NOTAS SOBRE A COOPERAÇÃO NORTE-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO E A UNIÃO EUROPEIA (UE)

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) é definida por Milani (2012, p. 211) como:

[...]um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional.

Essa prática apresenta agenda e propósitos, desde a sua institucionalização (iniciada no pós segunda guerra mundial), intimamente ligados aos ideários de desenvolvimento econômico de seu tempo e cenário histórico¹⁰²(LANCASTER, 2007). Portanto, era de se esperar que ocorresse uma inflexão dos objetivos declarados em direção à promoção da Agenda do Desenvolvimento Sustentável nos últimos anos, mas também em direção a ideários e mecanismos de cunho neoliberal.

¹⁰²Desde a sua consolidação, como norma e como parte indispensável da política externa dos países, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os focos das políticas foram sendo alterados, indo de projetos de infraestrutura e estabilização financeira, passando pelo atendimento de necessidades básicas dos mais pobres e a realização de reformas estruturais, à promoção da boa governança e redução da pobreza nos anos 1990 e finalmente para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos anos 2000 (MILANI, 2012).

É importante notar ainda que a *foreign aid*¹⁰³, como uma das principais manifestações da CID e componente da política externa de países e organizações regionais, é influenciada por vários elementos e setores dos países membros doadores da UE, por ser uma política pública que envolve gastos de recursos públicos significativos, o que a torna sujeita a pressões (partindo desde a opinião pública organizada, até empresas e partes da burocracia estatal). Como resultado, as coalizões que apoiam a continuidade do fornecimento de recursos esperam que suas agendas políticas sejam refletidas nos programas desenvolvidos (LANCASTER, 2007).

Quanto aos motivos que levam ao fornecimento de *foreign aid*, Degenbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003) indicam que existem diferenças importantes entre os motivos declarados pelos doadores e os motivos reais para o fornecimento dos recursos, e que as motivações são dinâmicas e passaram por um complexificação e proliferação nas últimas décadas. Mesmo assim, o desenvolvimento socioeconômico dos países mais pobres sempre esteve entre as razões para o fornecimento de ajuda, embora sua ênfase tenha variado ao longo da história. Mais especificamente, a União Europeia, declara que:

A política de cooperação ao desenvolvimento da União Europeia visa reduzir e eventualmente erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento, promovendo a democracia, a paz, a segurança e o **desenvolvimento sustentável** (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p.5, tradução nossa¹⁰⁴, grifo nosso).

Ainda não há consenso sobre a relação entre ajuda ao desenvolvimento e o efetivo desenvolvimento dos países alvo. Compreende-se que a ajuda é insuficiente para promover por si só o desenvolvimento e que ela não resulta sempre em desenvolvimento, já que isso depende do contexto mais amplo e de outros fatores e condicionantes. Além disso, muitas vezes os impactos dos programas executados não podem ser mensurados na macroeconomia do país receptor¹⁰⁵ (DENGBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG-PEDERSEN, 2003).

¹⁰³Segundo Glennie (2011) se observou uma gradual substituição dos termos “assistência ao desenvolvimento” e “ajuda ao desenvolvimento” por “CID” nas declarações de Paris (2005), na Agenda de Accra (2008) e na Parceria de Busan (2012) para mostrar a relação das partes como menos assimétrica, mas para Lancaster (2007, p. 9), a *foreign aid* é bem específica “Uma transferência voluntária de recursos públicos, de um governo para outro governo independente, para uma ONG ou para uma Organização internacional com pelo menos 25% de concessão, da qual um dos objetivos é melhorar a condição humana no país recebendo a ajuda”.

¹⁰⁴No original: “The development cooperation policy of the European Union aims to reduce and eventually eradicate poverty in developing countries by promoting democracy, peace, security and sustainable development” (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p.5).

¹⁰⁵Relaciona-se a isso o fato de boa parte dos projetos se voltarem a aspectos imateriais e sociopolíticos como o estímulo à boa governança, à democracia e à liberalização econômica, em detrimento de fatores produtivos e materiais como construção de infraestrutura e desenvolvimento da agricultura, que são pouco mencionados em conferências internacionais e tiveram seu montante de recursos reduzidos - apesar de comprovadamente terem um papel relevante na diminuição da pobreza (ÉTIENNE, 2007).

Ademais, como apontam Easterly e Pfutze(2008), há muitos obstáculos a uma CID vista como “ideal” no que tange às boas práticas de: Transparência da ajuda ao desenvolvimento fornecida, especialização (não fragmentação da ajuda entre vários países, setores e doadores), seletividade (destinação da ajuda aos países mais pobres, não a governos corruptos e autocráticos), o quanto da ajuda é voltada para canais vistos como não efetivos¹⁰⁶ e os custos administrativos da ajuda (em relação ao total fornecido). Nesses indicadores, a Comissão Europeia figura entre as piores posições das 37 agências doadoras bilaterais e multilaterais analisadas pelos dois autores (amargando a posição 29), mesmo estando entre as maiores fornecedoras de ajuda ao desenvolvimento do mundo.

Além do mais, dentre os principais desafios enfrentados pela CID estão a falta de *accountability* das agências em relação aos beneficiários (no que tange aos resultados) e a falta de clareza dos objetivos a serem definidos para as políticas, pois a pobreza e o subdesenvolvimento envolvem uma miríade de problemas que precisam ser desagregados e selecionados para as políticas (EASTERLY; PFUTZE, 2008).

Vale notar que a CID, especialmente a Norte-Sul, como é o caso da que ocorre entre Cabo Verde e União Europeia, recebeu e ainda recebe muitas críticas de diversas vertentes teóricas que discorrem sobre a não efetividade das políticas, sobre a concepção de “desenvolvimento” em si¹⁰⁷ e sobre a situação de assimetria de poder entre as partes, que resulta em capacidades diferenciadas de negociação e dificulta a obtenção de resultados favoráveis por parte dos países mais pobres (ZARTMAN, 1985; MILANI, 2012).

E, como exposto no capítulo 2, os Estados não efetuaram uma substituição de seus objetivos políticos pelo desenvolvimento sustentável. Dessa forma, pode-se esperar que a ambiguidade das políticas se reflita também nos projetos realizados com suporte da ajuda ao desenvolvimento.

Apesar das dificuldades e controvérsias apontadas no que concerne a um impacto positivo da CID no país receptor de recursos, ou em virtude dessas, as seções seguintes se

¹⁰⁶ São considerados não efetivos os recursos voltados para a ajuda alimentar, assistência técnica e o *tied aid* (EASTERLY; PFUTZE,2008)

¹⁰⁷ Nesse sentido, destacam-se quatro abordagens sobre a crise do desenvolvimento: Uma que ressalta que o modo de produção capitalista deveria ser superado, outra, que se configura como uma crítica antropológica sobre o papel do etnocentrismo e do eurocentrismo na definição do desenvolvimento, impondo regras a partir da experiência europeia de desenvolvimento a sociedades muito diversas, notadamente promovendo a democracia liberal, equilíbrio fiscal, etc. Ainda, na crítica pós-moderna pode-se mencionar a abordagem que afirma que o desenvolvimento é uma utopia iluminista e que deveria se pensar em um pós-desenvolvimento, que não preze só pelo bem estar material e que seja sensível às diferentes realidades dos países. E por fim, a crítica contra hegemônica, que afirma que o desenvolvimento deve ser polissêmico e multidimensional, não centrado apenas na economia. (HARVEY, 2005; SAID, 2007 ESCOBAR, 1994; SOUSA SANTOS; MENESES, 2010; SANTOS, 2001; LATOUCHE, 2004; RIST, 1996 apud MILANI, 2012).

voltam para um estudo exploratório de parcerias e projetos entre UE e Cabo Verde. Pretende-se realizar uma descrição das iniciativas e a avaliação dessas, em relação ao equacionamento das dificuldades de Cabo Verde e à promoção do desenvolvimento sustentável.

4.2 CABO VERDE E AS PARCERIAS COM A UNIÃO EUROPEIA

Como visto nos capítulos anteriores, os SIDS, por contarem com um pequeno território e poucos recursos, necessitam muito das relações exteriores e de parcerias de cooperação para atingirem seus objetivos políticos/socioeconômicos. Isso também se aplica a Cabo Verde.

Nas relações exteriores do país, como resultado da longa colonização e dos vínculos formados (enquanto entreposto) com outros países da região e do mundo, permanece o debate sobre uma maior aproximação política com África e com Europa (assim como permanecem disputas identitárias¹⁰⁸). Porém, se observou que mesmo nos primeiros anos após a independência, e sob a liderança do partido revolucionário, PAICV, a cooperação se dava majoritariamente com os países europeus. E esse processo de aproximação política e simbólica¹⁰⁹ com o continente europeu se intensificou a partir dos anos 1990, marcados pela liberalização econômica e por uma mudança política no país – saída do PAICV do poder e entrada do Movimento Para a Democracia (MPD) (FERNANDES, 2002).

É digno de observação o fato de a herança colonial e escravocrata cabo-verdiana influenciar fortemente a imagem do continente africano no arquipélago. As ideias racistas retratam o continente como bruto, atrasado, violento e incapaz, de modo que muitos cabo-verdianos não se vêem como africanos. A própria imagem de Cabo Verde em África é vista com desconfiança, o que também afeta a já fraca relação econômica e política entre essas partes e impele Cabo Verde a se aproximar ainda mais da Europa (HENRIQUES, 2015).

Com efeito, além dos principais parceiros comerciais do país serem europeus (como mostrado no capítulo anterior), atualmente a cooperação entre União Europeia e Cabo Verde é estruturada em uma série de acordos e parcerias que versam sobre os mais variados temas.

Nesse contexto, destaca-se o Acordo de Cotonou (em vigor de 2000 até 2020, com revisões periódicas), que envolve a União Europeia e 79 países de África, Caribe e Pacífico (ACP) – 26 deles SIDS, entre os quais figura Cabo Verde. Cotonou culmina de acordos

¹⁰⁸ Furtado (2016) afirma que há uma discussão sobre uma especificidade cultural-identitária cabo-verdiana que nega a africanidade dos ilhéus, ao mesmo tempo em que reafirma seus valores euro-ocidentais, até mesmo se utilizando da localização do arquipélago junto às ilhas da Macaronésia.

¹⁰⁹ Nesse contexto, se observou inclusive a mudança da bandeira do país, do hino e de nomes de lugares visando afastar simbolicamente o arquipélago do continente africano. (FERNANDES, 2002)

anteriores, mas é também uma reformulação dos mesmos¹¹⁰ e é o quadro que estrutura e norteia as relações entre os ACP e a UE, ou seja, entre UE e a maioria dos SIDS (COMISSÃO EUROPEIA, 2005).

Declaradamente, a reformulação foi necessária – mesmo com resistência dos ACP – devido à necessidade, tida como inevitável para a UE, de adaptação das diretivas aos princípios da OMC, quanto à reciprocidade em acordos comerciais e para adaptação às circunstâncias e desafios atuais do desenvolvimento.¹¹¹ O tratado aponta como objetivos centrais revitalizar a relação especial entre as partes e reduzir a pobreza, facilitar a integração progressiva dos países na economia mundial e apoiar o desenvolvimento econômico, cultural e social sustentáveis (COTONOU AGREEMENT, 2000).

Apesar das declarações, de acordo com Vogel (2009), esse verdadeiro regime internacional trazido pelo acordo reflete uma tendência neoliberal, por focar na liberalização de mercados das partes (através dos Acordos de Parceria Econômica), no Investimento Externo Direto (IED), na proteção de propriedade intelectual, na liberalização do setor de serviços, na eliminação de subsídios e no protagonismo do setor privado (também através de privatizações), como grandes motores para o desenvolvimento, como mostra o trecho a seguir, retirado do capítulo 2 do acordo, mais especificamente dos artigos 21 e 22 :

A cooperação deve apoiar as reformas econômicas e institucionais necessárias e políticas em nível nacional e/ou regional, visando criar um ambiente favorável para o investimento [...]. A cooperação deve apoiar os esforços dos ACP para implementar: (a) crescimento macroeconômico e estabilização através de políticas monetária e fiscal disciplinadas que resultem na redução da inflação e melhorem o equilíbrio externo e fiscal, através do fortalecimento da disciplina fiscal, melhora da transparência orçamental e eficiência [...]. (ii) fortalecer reformas no mercado de trabalho e de produtos [...]. (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p. 39, 41, tradução nossa¹¹², grifo nosso).

¹¹⁰ O acordo substitui os acordos de Lomé: Lomé I de 1975, Lomé II de 1979, Lomé III de 1984 e Lomé IV de 1990 que tinham um caráter muito diferente do Acordo de Cotonou: Principalmente os primeiros enfatizavam a estabilização de preços de commodities, a construção de infraestrutura e o acesso preferencial de produtos ao mercado europeu e foram progressivamente mudando em direção mais política e liberal, quando ao acesso preferencial, o mecanismo utilizado atualmente é o General System of Preferences (GSP) e o GSP+ (aplicado a países vulneráveis que ratificaram 27 convenções internacionais nas matérias de direitos humanos, boa governança e meio ambiente) (COMISSÃO EUROPEIA, 2005).

¹¹¹ A UE não advogou na OMC pela manutenção do modelo anterior de acordo, dessa forma conseguiu se livrar de “obrigações históricas” com várias de suas ex-colônias, que em última instância permitiam certo tratamento preferencial a esses países (RAFFER, 2002).

¹¹² No original: “Cooperation shall support the necessary economic and institutional reforms and policies at national and/or regional level, aiming at creating a favourable environment for investment [...]. Cooperation shall support ACP efforts to implement: (a) macroeconomic growth and stabilisation through disciplined fiscal and monetary policies that result in the reduction of inflation, and improve external and fiscal balances, by strengthening fiscal discipline, enhancing budgetary transparency and efficiency [...](ii) strengthen labour and product-market reforms [...]”. (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p. 39, 41).

Esses aspectos são aliados a condicionalidades políticas (noções de democracia e boa governança – sem referências claras sobre seu conteúdo ou marcas que indicariam o rompimento dessas).

Para Hurt (2003), esses termos refletem a hegemonia do neoliberalismo entre as elites políticas e também da União Europeia (num sentido neo-gramsciano – combinando consentimento e coerção), ao propagarem um modelo que reflete ideias dominantes em organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC, e também as diretivas do Tratado de Maastricht de 1992 (que redefiniu as prioridades de desenvolvimento da União Europeia).

Nesse sentido, segundo Hurt (2003), percebe-se nesse documento uma linguagem de consentimento em termos retóricos: Expressa em termos como “*partnership*” (repetido mais de 50 vezes), “*cooperation*” (mencionado mais de 200 vezes) e “*ownership*”, que visam retratar os parceiros como “igualitários” e protagonistas do processo. Porém, ao mesmo tempo, e de forma mais intensa, destacam-se as ideias coercitivas: Os Acordos de Parceria Econômica (acordos de livre comércio)¹¹³ são apresentados como único caminho viável ao desenvolvimento e as revisões políticas¹¹⁴ periódicas condicionam o volume de *foreign aid* destacado, o que não necessariamente leva a uma mudança positiva de políticas, mas que pode servir de instrumento para interferência indireta nos países (ZIMELIS, 2011).

Nota-se uma troca arriscada e desigual aceita pelos países ACP, que tinham uma capacidade negociadora muito menor do que a UE e concordaram com diversos pontos, os quais certamente impactarão na capacidade estatal de definir e realizar políticas (NICOLAÏDIS; SÈBE; MAAS, 2014).

De forma especial, é preocupante¹¹⁵, no caso dos SIDS em geral, e no de Cabo Verde em particular, a abolição de tarifas aduaneiras e a liberalização e privatização de serviços e outros setores (que já possuem mercados monopolizados controlados por empresas

¹¹³ Segundo Keijzer e Negre (2014) muitos representantes dos ACP consideram a posição europeia no sentido de impulso à acordos de livre comércio hipócrita já que preza pela liberalização de outros países enquanto se protege o setor de agricultura europeu.

¹¹⁴ No caso de Gana, em um ambiente político relativamente favorável, Mold (2007) afirma que as políticas da UE no sentido de “promoção da democracia” foram pouco enfatizadas e se direcionaram de forma mais importante à uma limitação do poder estatal do que para um maior controle democrático das tomadas de decisão.

¹¹⁵ Com efeito, Keijzer e Negre (2014), que realizaram entrevistas com representantes dos ACP, indicam que os entrevistados têm receio com relação a certos pontos, tendo em vista a assimetria entre as partes envolvidas - o que pode prejudicar o crescimento de indústrias nascentes (principalmente em países pouco industrializados e dependentes de poucas commodities - o caso dos SIDS), espera-se uma perda da arrecadação de impostos que não é compensada completamente pela geração de comércio. Teme-se que esses países não consigam inserir seus produtos no mercado europeu, aliás os ACP representam uma pequena parcela das importações da UE, enquanto que os europeus são os seus principais parceiros comerciais.

estrangeiras), com pouca ênfase na diversificação de empresas. E tudo isso é colocado em troca de volumes incertos¹¹⁶ de ajuda ao desenvolvimento e de exportação.

Ademais, a ênfase está em Acordos de Parceria Econômica (APE) regionais (nem sempre correspondentes aos arranjos de integração local), que envolvem países com níveis de desenvolvimento diferentes e permite uma seleção criteriosa da UE dos produtos que serão liberalizados, sendo que os produtos dos ACPs que apresentam real potencial de competição no mercado europeu podem ser mais alvo de protecionismo (RAFFER, 2002; HURT, 2003; VOGEL, 2009; COMISSÃO EUROPEIA, 2017a).

A assinatura do APE entre UE e África Ocidental pode ter efeitos devastadores no setor produtivo pouco competitivo de Cabo Verde, um país com baixa complementariedade comercial com a região, baixa capacidade de exportar e com forte desequilíbrio comercial com a Europa. Com a diminuição ou o fim das taxas alfandegárias, o Estado teria que arcar ainda com a queda de receitas (da ordem de 4% do PIB) e com a exposição da incipiente indústria nacional a empresas altamente competitivas (BUSSE; GROßMANN, 2004).

Outras questões que afetam diretamente os SIDS são a securitização da imigração¹¹⁷, demonstrada no art. 13 do Acordo, pelo qual os “imigrantes ilegais” nacionais dos países ACP serão obrigatoriamente readmitidos em seus respectivos países. Não há nesse sentido um alargamento das possibilidades da imigração legal ou de facilitação do envio de remessas para os países, recursos dos quais os SIDS dependem fortemente. (COMISSÃO EUROPEIA, 2017a). Já a situação dos países endividados é tratada com eventuais volumes de *foreign aid*, não sendo proposta uma real solução para a diminuição da dívida. Ao contrário, o nível de endividamento é um dos critérios para o fornecimento de recursos e, dessa forma, a capacidade dos SIDS de ampliarem seus serviços sociais não parece ser priorizada (RAFFER, 2002).

¹¹⁶ Olhando-se para trás, desde os acordos de Lomé, verificou-se que a realidade dos ACP não melhorou na prática, ainda que esses acordos fossem muito mais favoráveis a essas partes, já que a mera abertura do mercado europeu não garante o acesso a esse mercado (devido aos altos padrões esperados pela demanda) e as políticas da então Comunidade Europeia não lograram melhorar o desempenho competitivo dos ACP. A fatia do mercado europeu ocupada pelos ACP declinou de 6.7% em 1976 para 3% em 1998, sendo que 60% dessas exportações estavam concentradas em 10 produtos. O PIB per capita desses países cresceu em média 0.4% aa entre 1960 e 1992, enquanto os países em desenvolvimento como um todo registraram uma taxa de 2.3%. Ademais, viu-se uma proliferação de conflitos e crises humanitárias e os recursos do Fundo de Desenvolvimento Europeu (EDF), voltados para os projetos, foram encaminhados de forma burocrática e demorada (COMISSÃO EUROPEIA, 2005). Esse cenário pode vir a se agravar com Cotonou, acordo no qual a liberalização de mercados e o componente político são centrais (este último é polêmico por promover valores europeus e contar com fraca capacidade de verificação e implementação) e onde não há comprometimento com montantes a serem fornecidos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (COMISSÃO EUROPEIA, 2005; VOGEL, 2009).

¹¹⁷ O movimento migratório é visto pelas autoridades europeias como uma questão de segurança, como resultado, os governos nacionais e a UE criam mecanismos e medidas para controlar e vigiar os imigrantes a fim de limitar e dificultar a mobilidade dos mesmos (CUNHA, 2014).

Consoante ao apontado na seção anterior sobre CID, diversos autores criticam a pretensão noção de parceria, e consideram os motivos benevolentes declarados pelo acordo como mascaradores¹¹⁸ dos interesses materiais da UE e suas intenções (HURT, 2003; RAFFER, 2002; VOGEL, 2009;).

De modo subjacente, mas central, o acordo preza pelo avanço na adesão dos ACP a um regime internacional ainda em discussão nos foros internacionais, e procura assegurar interesses econômicos e geopolíticos europeus¹¹⁹. Percebe-se aqui o ímpeto da UE em manter seu papel proeminente nessas regiões, marcadamente de ex-colônias, frente ao avanço de potências emergentes como China e Brasil, que oferecem uma ajuda ao desenvolvimento menos burocrática e com menos condicionalidades políticas (CARBONE, 2013).

Além disso, o bloco europeu tenta garantir vantagens econômicas e estratégicas, fortalecer o controle à imigração, assegurar um ambiente propício para seus investidores e, ao fechar acordos de livre comércio com esse grande número de países com baixa competitividade econômica, garante mercado aos exportadores europeus. Tudo isso não significa, de uma forma central e prevalecente, preocupações com o desenvolvimento. (RAFFER, 2002)

Raffer (2002) ainda observa que a UE, considerando-se o que aparece acordado no referido instrumento, não tem praticamente obrigações legais, como estabilização de preços de commodities ou mesmo com um volume específico de recursos a serem fornecidos, os quais podem ser alocados flexivelmente, de acordo com o “mérito”. O autor arremata a sua abordagem com a frase: “A presente “parceria” é uma relação orwelliana na qual um parceiro não tem nenhum direito, ao mesmo tempo em que o outro possui uma perfeita arbitrariedade.” (RAFFER, 2002, p. 19, tradução nossa).¹²⁰

Nessa direção, apesar dos objetivos declarados no acordo relacionarem-se à promoção do desenvolvimento sustentável – principalmente a erradicação da pobreza e o estímulo à segurança alimentar, a prosperidade econômica dos ACP, a promoção da cultura, da pesca e do turismo sustentáveis e de energias renováveis – as questões vinculadas a isso aparecem de forma genérica no documento. De fato, constam tão somente como compromissos de ação com atores estatais e, principalmente, não estatais, sem objetivos vinculantes e verificáveis ou sem grandes

¹¹⁸ De acordo com o estudo realizado por Brekke (2010) sobre as alocações de *foreign aid* realizadas entre 1960 e 2008 pela Comissão Europeia, se observou que há um grande foco na retórica sobre os objetivos da ajuda, que não correspondem às ações tomadas na alocação dos recursos.

¹¹⁹ Os acordos anteriores davam certas vantagens aos ACP. Aproveitou-se das regras da OMC para uma reformulação do acordo que permitisse uma expansão do mercado e vantagem comercial para empresas europeias (VOGEL, 2009).

¹²⁰ No original: “The present “partnership” is an Orwellian relation where one partner has no rights at all, the other perfect arbitrariness.” (RAFFER, 2002, p. 19)

e concretos planos de ação que garantam a destinação de montantes específicos dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento para tais áreas (COTONOU AGREEMENT, 2000).

Ainda, no que tange aos possíveis impactos do Acordo e dos APE, a imagem que a UE tenta disseminar, de grande promotora do desenvolvimento sustentável, é questionável (COMISSÃO EUROPEIA, 2017b). O motivo é que o desenvolvimento sustentável implica acesso a serviços básicos, melhoria da qualidade de vida e proteção do habitat, entre outros aspectos, o que não é assegurado pela parte principal do tratado, que versa sobre a promoção do setor privado ou mesmo sobre acordos de livre comércio que podem, inclusive, prejudicar o alcance das metas da Agenda 2030, em cenário no qual o já fraco aparato estatal dos SIDS e a economia extremamente vulnerável a choques externos podem vir a se enfraquecer ainda mais.

Um contraponto a isso é o fato de a revisão de 2005 do acordo incluir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e seus indicadores e a de 2010 mencionar de forma mais frequente e detalhada pontos sobre o desenvolvimento sustentável e a agenda de *aid effectiveness*. Essas revisões parecem garantir um aspecto mais brando, pelo menos na retórica, ao ímpeto de inserir os ACP (especialmente os SIDS e os Países menos desenvolvidos) na economia mundial - talvez devido às diversas críticas recebidas anteriormente. Mesmo assim, os montantes de recursos disponibilizados para os projetos de desenvolvimento seguem indefinidos de antemão e não há obrigação com metas (EUROPEAN COMMUNITIES, 2006; REVISED COTONOU AGREEMENT, 2010).

Na verdade, percebe-se uma forte ênfase na economia, em comparação com as dimensões social e ambiental, mostrando-se o progresso dessas últimas condicionado a “bons resultados” econômicos, que nem sempre culminam em melhorias tangíveis em outros setores. E é de se questionar se o próprio domínio econômico melhorará com o acordo, já que, como indicado, os benefícios da liberalização, entre os países, de capacidades e relações comerciais tão assimétricas são controversos, e os investimentos nas outras dimensões são definidos de maneira tópica e individual. No melhor cenário, as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável serão abordadas em projetos pontuais, não centrais na estrutura do acordo (talvez visando legitimá-lo).

Tal viés de “desenvolvimento” já foi verificado por Chang (2010), no que tange a Agenda de Objetivos do Milênio, a qual o autor afirma propagar um “desenvolvimento sem desenvolvimento”, pois promove uma visão na qual o desenvolvimento pode ser alcançado através da especialização dos países nos setores nos quais esses possuem vantagens comparativas, com a ajuda ao desenvolvimento de países mais ricos e liberalização, não se

prevê um aumento de capacidades produtivas desses países mais pobres ou a mudança para setores econômicos mais complexos e avançados.

Corroborando com esse diagnóstico preocupante para os SIDS a tendência verificada pelo *Aidwatch* da *Confederation for Cooperation of Relief and Development NGOs* (CONCORD) na ajuda ao desenvolvimento em geral da UE, com o aumento de condicionalidades impostas a países de fora do bloco (CONCORD, 2017, n/p, tradução nossa¹²¹): essa tendência ocorre no sentido de

[...] uma mudança continuada na ajuda e desenvolvimento da UE que está presenciando uma instrumentalização da UE para longe do desenvolvimento sustentável, em favor de controle de migração, securitização e do setor privado em países doadores – todos com impacto mais duvidoso no desenvolvimento.

E é nesse quadro e a partir desse acordo que vários outros instrumentos foram desenvolvidos¹²², e também que Cabo Verde buscou um relacionamento mais próximo com a UE, em um diálogo político permanente, o que veio a se configurar como uma extensão e um aprofundamento do grande Acordo. Isso culminou em 2007, durante a Presidência portuguesa da UE, com a Parceria Especial, que visa aprofundar os laços entre as partes e estabelecer um diálogo assentado em 6 pilares¹²³: Boa governança, Segurança/estabilidade, Integração Regional, convergência técnica e normativa (aos padrões europeus), sociedade do conhecimento e luta contra a pobreza e desenvolvimento (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS, 2017a).

A Parceria Especial estabelece um forte nexo desenvolvimento-segurança. Os projetos realmente ligados ao desenvolvimento sustentável se configuram mais como contrapartidas da UE em troca da contribuição de Cabo Verde em setores securitários, na integração regional e na adesão a padrões normativos e diretivas neoliberais da UE¹²⁴, os quais, assinala-se, não se limitam ao arquipélago, mas visam também envolver os países vizinhos a ele (CABO VERDE, 2008).

Com efeito, no quadro da Parceria Especial, a integração regional de Cabo Verde é vista como crucial pela União Europeia. Trata-se de integração tanto com a região da Macaronésia

¹²¹ No original: “[...] a continued shift in EU aid and development which is seeing progressive instrumentalisation of EU aid away from genuine, sustainable development in favour of migration control, securitisation and the private sector in donor countries – all of which have slightly more dubious development impact.”

¹²² Como a Cooperação entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (PALOP-TL) e a União Europeia.

¹²³ Durante a execução deste trabalho, em meio às comemorações de 10 anos da Parceria especial, alguns pilares foram acrescentados à parceria: Investimento, crescimento e emprego; Gestão dos oceanos e Reformas institucionais (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017).

¹²⁴ A adesão a esses padrões é vista pelo governo cabo-verdiano como a forma viável de alavancar o desenvolvimento do país através de IED e investimentos europeus.

(ilhas da Região Ultraperiférica da UE¹²⁵ – RUP, que possuem alguns desafios de ordem geográfica e natural semelhantes a Cabo Verde), como com a África Ocidental (em especial na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO)¹²⁶.

4.2.1 A reafirmação do papel de ponte intercontinental – o interesse europeu e o pragmatismo cabo-verdiano

Apesar de o Estado cabo-verdiano se relacionar e identificar preferencialmente com o continente europeu, participa ainda de forma tímida, desde 1977, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)¹²⁷. O arquipélago é visto, por um lado, como importante exemplo de estabilidade política e boa governança em região permeada por conflitos. Por outro lado, sobressai devido à sua localização geoestratégica – para o combate às ameaças transnacionais e a promoção da segurança internacional, e para ligar a CEDEAO a países de fora do bloco, atuando como uma placa giratória de comércio internacional (MADEIRA, 2015).

Esse interesse pela capacidade do país de atuar como ponte entre os continentes é explicitado pela União Europeia, no tocante à execução da Parceria Especial com Cabo Verde, em diversas entrevistas concedidas¹²⁸. Consoante a isso, não há grandes interesses em Cabo Verde *per se*, pois se considera a importância do território como vinculada à sua capacidade de envolver e articular os parceiros africanos da região, aprofundando a integração regional e atuando como ponta de lança da União Europeia na CEDEAO, um grande mercado em crescimento e pouco explorado, de mais de 250 milhões de habitantes, que conta ainda com vastos recursos minerais de interesse para os países europeus (MONTEIRO, N. 2016; ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, 2014)

Além do mais, Cabo Verde situa-se na rota atlântica, tem uma vasta Zona Económica Exclusiva e funciona como porta de entrada na UE de drogas, armas e imigrantes (de África Ocidental), podendo ser útil no combate ao terrorismo, à pirataria, ao branqueamento de capitais e outros crimes transnacionais. Desse modo, o arquipélago tem utilidade política na segurança e defesa da UE. De sua parte, o Estado cabo-verdiano manifesta uma grande preocupação em

¹²⁵ Açores, Madeira e Ilhas Canárias.

¹²⁶ O arquipélago se envolveu ativamente na negociação do APE com a região, mas alguns parceiros africanos ainda não ratificaram o instrumento (EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE, 2017).

¹²⁷ A CEDEAO visa não só constituir uma união aduaneira e um mercado comum, como também criar uma frente contra a dominação de forças internacionais e erradicar a pobreza. Ainda que os objetivos sejam primariamente económicos, as preocupações com a paz, estabilidade e segurança da região também se mostram crescentemente presentes. (MADEIRA, 2015)

¹²⁸ Barros (2011), Reslow (2012).

construir capacidades para manter essas “ameaças” não só longe da Europa, como também fora de Cabo Verde (COSTA, 2012).

Como o interesse europeu pela CEDEAO e pela promoção da segurança de suas fronteiras é de conhecimento do governo cabo verdiano, Cabo Verde pretende, em troca, se utilizar dos fluxos de recursos vindos da Europa primeiramente para a promoção do desenvolvimento do arquipélago (OCDE, 2009)¹²⁹. Esse pragmatismo, voltado ao alcance de benefícios tangíveis (canalização de recursos externos, assistência militar), é, inclusive, uma característica da política externa de Cabo Verde e de outros SIDS, devido à consciência de suas vulnerabilidades (COSTA, 2012).

Portanto, deve-se considerar que a aproximação europeia não tem como propósito primário (ou único) a promoção do desenvolvimento sustentável desse SIDS. A Parceria Especial herda certas características do Acordo de Cotonou como resultado da grande assimetria de poder entre as partes envolvidas na negociação. Não se trata, pois, de uma parceria genuína para o desenvolvimento sustentável. Os propósitos europeus se relacionam fortemente ao desejo de incrementar o *soft power* e disseminar seus padrões normativos, contribuindo para o ator cada vez mais global que a UE representa, inserir-se no continente africano e proteger as fronteiras do bloco de fenômenos e ocorrências vistos como ameaças. Cabo Verde, por sua vez, se aproxima da UE buscando a oportunidade de obter mais acesso aos fundos de desenvolvimento e aos investimentos europeus, melhorar sua capacidade securitária e trocar experiências com as ilhas da Macaronésia.

Desse modo, a obtenção de benefícios dessas parcerias com a UE depende da capacidade do Estado cabo-verdiano tanto de entender o emaranhado de interesses envolvidos nesses acordos, com seus riscos e potenciais custos sociais, econômicos e ambientais, como de negociar um status privilegiado devido à sua condição de SIDS e ao seu papel estratégico na região do Atlântico Médio, dentro de um cenário maior de harmonização normativa e desregulamentação conduzida por ideias neoliberais (MONTEIRO, M. I. 2011).

4.2.2. Projetos financiados pela UE em Cabo Verde

¹²⁹ Fernandes (2002), inclusive indica que a pretensa vocação para ser ponte de Cabo Verde se constitui na verdade como uma necessidade de buscar pontes. O que parece se confirmar com a necessidade de o país se integrar mais na CEDEAO para manter o interesse europeu no arquipélago e também pela necessidade de buscar apoio na União Europeia para promover seu desenvolvimento.

Cabe dizer que há pouca transparência sobre os projetos desenvolvidos pela UE. As informações a respeito são fragmentadas em diversos sites, oficiais e não oficiais, em redes sociais e em noticiários locais, o que certamente limita a capacidade de análise dos mesmos. Apesar disso, será realizada uma análise exploratória, que não cobre todos os projetos relevantes realizados, mas se volta aos que possuem mais informações disponíveis. Desse modo, a avaliação é necessariamente parcial e não implica em uma generalização possível para todos os projetos.

4.2.2.1 Projetos “imateriais”: Boa governança, Parceria para a mobilidade, o pilar de segurança/estabilidade.

Muitos projetos imateriais se destacam na parceria, especialmente no pilar de Boa Governança. Com efeito, dos 51 milhões de euros alocados pelo 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento da UE para o período de 2008 a 2013 a Cabo Verde, 32,6 milhões se voltaram a reformas macroeconômicas e de finanças públicas, visando aproximar o Estado de padrões europeus e torná-lo mais transparente e previsível (MONTEIRO, M. I. 2011). Esse aspecto ressalta mais uma vez a ênfase em *rationales* neoliberais do Acordo de Cotonou, internalizadas no Estado Cabo-Verdiano por meio de seus documentos estratégicos, que visam assegurar um ambiente macroeconômico propício ao investimento (MONTEIRO, M. I. 2011).

O governo cabo-verdiano entende que esse é o caminho a ser seguido (ou talvez o único viável, tendo em vista o fraco poder do setor privado nacional) para a transformação do país no pretendido hub de serviços (condicionada à participação europeia em investimentos) e o eventual alcance de um patamar mais elevado de desenvolvimento.

Nesse sentido, as ações se centram na capacitação de quadros do governo, manutenção de indicadores macroeconômicos, reforma das instituições administrativas do Estado, aumento de transparência, privatizações de serviços (visto como fonte de eficiência), combate à corrupção e reforma do sistema judiciário (para garantir maior previsibilidade e harmonização com leis internacionais). Com tudo isso, objetiva-se atrair investimentos europeus, bem como recursos do FED e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (GOVERNO DE CABO VERDE, 2008).

Os influxos de IED em Cabo Verde provêm predominantemente de Portugal e Espanha, e se concentram nas ilhas de Sal e Santiago, em turismo/setor imobiliário e outros serviços. O IED feito na indústria não é expressivo, tendo atingido o pico de 6.7% do IED total recebido

em 2011, enquanto que a indústria e o setor imobiliário responderam por 76.7% do IED total no mesmo ano (US DEPARTMENT OF STATE, 2014).

Com efeito, o relatório do FMI informa que o turismo tem sido o principal setor do IED, que sofreu forte revés com a crise financeira mundial de 2008 e a crise do euro de 2011-2013, mas o aumento da infraestrutura de Cabo Verde e as reformas “*growth friendly*”, entre elas a flexibilização do mercado de trabalho¹³⁰, voltaram a impulsionar a entrada de capital (FMI, 2016).

E o ano de 2017 é denominado de o ano das privatizações no país, o governo sofre forte pressão de doadores internacionais como o FMI e o Grupo de Apoio Orçamental¹³¹ para aliviar a dívida pública e melhorar os serviços, principalmente através da privatização de empresas nos setores de energia, água, telecomunicações e transportes, estaleiros navais, aeroportos e segurança aérea, portos e produção e comercialização de medicamentos (SANTOS, 2017).¹³²

Desse modo, tais políticas¹³³ parecem apoiar o plano de transformação em hub de serviços de Cabo Verde, e também dão maior controle à sociedade civil. Porém, na forma que se configura, abre-se espaço para pressão dos investidores internacionais. E, seguindo uma tendência de privatizações anteriores, essas atividades serão conduzidas e controladas pelo setor privado estrangeiro¹³⁴ e concentradas nas ilhas mais desenvolvidas, com todas as potenciais vulnerabilidades inerentes a isso.

Portanto, se por um lado ocorre o apoio ao projeto nacional de desenvolvimento (uma das dimensões de sustentabilidade de Ignacy Sachs (2009)), por outro, esse apoio pressupõe a adesão a padrões europeus e o controle desses setores por investidores de fora do arquipélago. Situações desse tipo criam dificuldades econômicas para os SIDS, com impactos na dimensão

¹³⁰ O novo regulamento permite contratos temporários em mais casos e a demissão é facilitada. (FMI, 2016)

¹³¹ Composto por: Comissão Europeia, Espanha, Luxemburgo, Portugal, Banco Africano de desenvolvimento e Banco Mundial.

¹³² O relatório da UNCTAD já apontava em 2006 que precisamente os setores definidos como motores do desenvolvimento de Cabo Verde são os prioritários para o IED (UNCTAD, 2006).

¹³³ O governo cabo verdiano declara que os determinantes para o desenvolvimento sócio-econômico do país são a integração na economia mundial, o desenvolvimento do setor privado e o incentivo ao IED. Por isso foram criados vários dispositivos legais para facilitação do investimento. (GOVERNO DE CABO VERDE, s.d)

¹³⁴ Por exemplo, o Departamento de Estado dos EUA publica relatórios sobre o clima para investimentos nos países e assinala que a modernização de portos, o aumento de serviços de água e energia apresentam boas oportunidades para investidores internacionais em um ambiente que muda seus regulamentos para se tornar mais atrativo aos investidores e onde o governo realiza reformas que levam à melhora do índice de liberdade econômica e de corrupção, onde há poucas barreiras ao investidor estrangeiro e onde o governo se empenha em melhorar a segurança e a infraestrutura (US DEPARTMENT OF STATE, 2014).

social que se revelam difíceis de auferir, pela ausência de dados mais recentes do que os apresentados no capítulo anterior (CABO VERDE; UNIÃO EUROPEIA, 2008, 2014).¹³⁵

Outro pilar especialmente importante para a UE, agora no que tange a interesses securitários, é a Parceria de Mobilidade em 2008, que dá corpo ao pilar de Segurança e Estabilidade. Tal assunto refere-se a um acordo, marcado por assimetrias na capacidade de negociação¹³⁶, pelo qual se tenta garantir a países que cooperam com a UE no combate à imigração “ilegal” um acesso facilitado ao território europeu. O acordo também relaciona desenvolvimento e controle migratório, ao estimular a volta voluntária da diáspora cabo-verdiana (RESLOW, 2012; EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS, 2017b).

Nesse sentido, plasma-se nesse programa o interesse europeu em conter o influxo de migrantes de regiões pobres em suas fronteiras. Procura-se assegurar a proteção da “fortaleza europeia”¹³⁷, através de operações conjuntas com a *European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union* (FRONTEX) e do fortalecimento de capacidades institucionais de Cabo Verde no controle de documentos, para lidar principalmente com os migrantes provenientes de África Ocidental, já que a emigração cabo-verdiana tem diminuído. Porém, a cláusula de readmissão de migrantes irregulares nacionais de outros países e apátridas, que apenas transitaram por Cabo Verde, não é bem vista pelo país (já que essas pessoas estão ilegais na UE por falhas securitárias na própria União e pressionariam os serviços públicos de Cabo Verde). (RESLOW, 2012)

Mesmo assim, Cabo Verde aceitou o acordo pela convergência com vários objetivos do Estado: Acesso a recursos para melhoria da gestão de fronteiras, a oportunidade de aproximação com a diáspora, fortalecimento da cooperação com a UE na área migratória e, de forma central, a oportunidade de facilitação de entrada de cabo-verdianos na UE, num cenário de políticas migratórias cada vez mais restritivas (RESLOW, 2012).

Resultados da parceria aparecem em estudo publicado sobre o perfil migratório de Cabo Verde e na construção de um Centro Comum de Vistos em Cabo Verde, operante desde 2010 para vistos de curta duração para Áustria, Bélgica, República Tcheca, Finlândia, Luxemburgo,

¹³⁵ Dos recursos previstos para o 11º FED de 2014-2020 (55 milhões de euros), 54.55% se destinam à Boa governança e contrato de desenvolvimento (diminuição da pobreza e crescimento econômico) e 36.36% ao desenvolvimento de atividades da Parceria especial.

¹³⁶ O Estado cabo verdiano controla a área de migrações de forma fragmentada entre ministérios, o que prejudica a coordenação e o tamanho da equipe disponível para negociar a matéria e a sua experiência eram mais limitados que os da Comissão Europeia (RESLOW, 2012).

¹³⁷ Risse(2010): A fortaleza europeia se constitui na tentativa de fechamento de fronteiras para cidadãos não europeus, ao mesmo tempo em que as barreiras entre os Estados da União Europeia foram reduzidas.

Portugal e Eslovênia.¹³⁸ Apesar disso, o visto ainda é necessário e os trâmites não têm sido mais rápidos. Também criou-se o Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO), em 2009, com financiamento de 1 milhão de euros (78% do total) por parte da Comissão Europeia, que fornece informações para pessoas que desejam migrar para a UE, mais especificamente para Portugal, bem como orientação para a integração de migrantes que retornam a Cabo Verde. Esse projeto foi transferido para a tutela do Ministério das Comunidades de Cabo Verde, em 2012, e até então tinha realizado 7.500 atendimentos. (INSTITUTO CAMÕES, 2017; RESLOW, 2013).

Não se sabe ao certo se a Parceria para a mobilidade de fato contribuiu para a mobilidade, já que os procedimentos burocráticos para a migração legal não foram alterados em sua essência. E quase não há estudos sobre a implementação da política de migrações da UE em geral, sendo que o número de vistos de curto prazo emitidos para Cabo Verde se manteve constante entre 2010 e 2013 (RESLOW, 2015).

E, como afirma Maria Isabel Monteiro (2011), essa política de controle migratório, se não tiver uma abordagem centrada nos direitos humanos e representar um esforço que se volte não só à contenção do influxo de migrantes, mas também ao combate ao crime organizado e à pobreza e a melhoria dos serviços sociais nesses países, pode levar a um esfriamento ainda maior das relações entre Cabo Verde e os países africanos. De forma ainda mais grave, pode pôr em risco a dignidade humana dessas pessoas que retornam, as quais ficam a cargo de Cabo Verde, que corre risco de se tornar um *subcontract country* como o Marrocos, com todas as práticas violentas que se ligam à contenção do fluxo de migrantes. Desse modo, essa parceria oferece também riscos potenciais às dimensões sociais e de integração regional do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Já na Parceria para a Segurança e a estabilidade de Cabo Verde, foi realizado um Plano de Ação para reforçar as instituições de segurança do país, notadamente a polícia nacional, a modernização do controle de fronteiras e o aumento de horas de patrulhamento do espaço marítimo. Também foram incluídos a capacitação para prevenção de casos de terrorismo, a aquisição de equipamentos para marinha e aeronáutica e o combate ao tráfico de drogas e ilícitos (BARROS, 2011)

Essas medidas são respostas às instabilidades percebidas na região de África Ocidental, que inevitavelmente representam ameaças ao continente europeu, como o fluxo de drogas, pirataria e o tráfico de seres humanos. Nesse cenário, Cabo Verde se configura como um

¹³⁸ No caso de vistos de outros países cabo-verdianos terão que buscar os respectivos consulados.

parceiro confiável na região, que tenta combater a crescente criminalidade urbana interna relacionada à desigualdade social e às drogas, e o país é visto como capaz de responder e frear tais fenômenos, contando com mais conhecimento e capacidade de influenciar os quadros de funcionários africanos, para o que a progressiva integração de Cabo Verde à CEDEAO se mostra necessária. Além do mais, a segurança marítima da zona do Atlântico Médio, onde Cabo Verde está situado, se mostra crucial para a UE por ser rota dos cada vez mais demandados hidrocarbonetos e matérias primas transportados de África Ocidental para a Europa, de drogas e pesca ilegal (BARROS, 2011; DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM CABO VERDE, 2017)

Na parceria de segurança e estabilidade se delineiam traços de políticas mais amplas de guerra às drogas, com o risco de criminalizar-se também a pobreza em uma sociedade desigual, com elevado índice de desemprego e pobre como a cabo-verdiana (ao invés de prezar-se por uma abordagem de saúde pública). Isso comprovadamente agrava problemas sociais e de saúde e pressiona o sistema penal, já vulnerável no caso de Cabo-Verde.

Nesse sentido, a militarização de políticas sobre o tráfico, além de acarretar em altos custos sociais, têm tido resultados pífios em outros países em desenvolvimento, quando não articulada com um aumento das opções de tratamento de dependentes, melhoria das condições socioeconômicas da população, aumento do diálogo e da aceitação de responsabilidade compartilhada entre países produtores e consumidores. Cabo Verde funciona mais como um Estado de trânsito dessas substâncias com origem na América Latina, e que se dirigem aos continentes europeu e africano, e o maior policiamento/ patrulhamento costuma apenas deslocar as rotas, não solucionando de fato o problema.

(COMISSÃO DE COMBATE ÀS DROGAS NA ÁFRICA OCIDENTAL, 2014, MONTEIRO, M. C., 2011).

Alguns dos resultados mais concretos apontados pelas ações realizadas entre 2014 e 2015 são expostos na figura 21 abaixo:

Figura 21 – Resultados de projetos apoiados pela UE em Cabo Verde

- Treinamento de 70 técnicos e gestores da Ilha de Maio em matérias de governança e planeamento de desenvolvimento sustentável
- 11 organizações baseadas em comunidades participaram da redefinição de planos de desenvolvimento locais
- 180 gestores e técnicos da política de fronteira foram treinados na gestão de questões de migração.
- 23 migrantes cabo verdianos regressaram voluntariamente ao país e receberam ajuda econômica e social na reintegração.
- O sistema de controle de fronteiras “PASSE” foi implementado em 4 aeroportos do país para controle mais rigoroso passaportes e armazenamento de dados biométricos.
- 630 agentes da polícia judiciária receberam treinamento especializado em investigações de atividades criminosas.
- 300 novos agentes policiais foram treinados e integrados às forças policiais.
- 340 encarcerados tiveram acesso a treinamento profissional

Fonte: Dados da Comissão Europeia, 2017c.

Portanto, apresentam-se aqui potenciais novos desafios a Cabo Verde, como resultados dessas políticas, que se relacionam às dimensões tanto sociais como econômicas do desenvolvimento sustentável, notavelmente devido à liberalização econômica, à readmissão de migrantes deportados pela UE e à guerra às drogas.

É necessário que se verifique também, em alguns projetos com aspectos mais tangíveis financiados pela EU, o que de fato é feito para promover o desenvolvimento sustentável, já que a liberalização do mercado, a mudança de instituições e marcos regulatórios e o apoio à segurança são fatores imateriais que não equacionarão por si só o problema dos SIDS, e que podem inclusive criar novas vulnerabilidades (MOLTKE, 2004).

4.2.2.2 Projetos “tangíveis”

É importante notar que o apoio financeiro e técnico da UE também abrange projetos que se direcionam à construção de infraestrutura ou que impactam mais diretamente o sistema produtivo e as populações. E alguns¹³⁹ desses serão apreciados nas seções seguintes.

4.2.2.2.1 Pesca sustentável

¹³⁹ Outros projetos relevantes são os realizados por ONGS com apoio financeiro europeu, que promovem o associativismo, a segurança alimentar e a cultura.

A parceria de pescas entre UE e Cabo Verde, que entrou em vigor em 2007 (após embargo, até 2003, aos produtos pesqueiros de Cabo Verde), foi tacitamente renovada até 2017 e é, sem dúvida, um dos projetos menos transparentes e mais polêmicos, apesar de ter como objetivo “promover a exploração sustentável de recursos pesqueiros”. (FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT, 2006)

Através desse acordo, 71 embarcações de Espanha, França e Portugal adquiriram permissão para pescar atum e outras espécies nas águas do arquipélago (pagando uma taxa de 55 euros por tonelada nos dois primeiros anos e de 65 euros por tonelada nos dois últimos anos), como parte da rede de acordos de pesca com África Ocidental e do Acordo de Cotonou. O pagamento para Cabo Verde é de 550 mil euros por ano nos 2 primeiros anos do Acordo e de 500 mil euros por ano nos últimos 2 anos, tendo como referência 5 mil toneladas por ano. Metade desse montante é destinado ao aumento do controle e de capacidades de patrulhamento e ao apoio às comunidades pesqueiras locais. (EUROPEAN COMMISSION, 2017).

A Comissão Europeia (2014) indica que o novo protocolo se adequa à reforma da *Common Fisheries Policy* (CFP), com cláusulas de transparência e respeito aos direitos humanos, bem como com aumento do montante pago pelas embarcações para a exploração dos recursos. Mudanças também foram feitas para a redução da capacidade de navios *long liners*, a implementação de um mecanismo para notificação sobre captura de tubarões e o banimento de pesca nas 18 milhas náuticas da costa para embarcações *surface-long-liners and purse seiners*.

Apesar disso, é grande a literatura sobre os efeitos perversos de acordos de pesca entre UE e países africanos (KACZYNSKI; FLUHARTY, 2002), especialmente com os países altamente endividados de África Ocidental.

Carbone (2008) aponta que, apesar do alegado objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável, já nos anos 1980 e 1990 a política de pesca da UE ameaçava o ambiente marinho (devido à super-exploração dos recursos pesqueiros) e o desenvolvimento e a coesão social de comunidades costeiras. A abordagem “inovadora” dos anos 2000 se configurou como um “monólogo” europeu, e os acordos podem ter contribuído para o atraso no desenvolvimento socioeconômico dos países parte, tendo em vista que o setor pesqueiro em países em desenvolvimento conta com vulnerabilidades estruturais. Estas, quando aliadas às dificuldades de acesso desses produtos ao mercado europeu (devido a regras de origem restritivas e barreiras técnicas), resultam em pouco poder de escolha de países em desenvolvimento quanto a aderir ou não às condições impostas.

Com efeito, no caso de Cabo Verde, o Primeiro Ministro, José Maria Neves, admitiu em 2014 que esse “[...] foi o acordo possível” (GOVERNO DE CABO VERDE, 2014, n/p) após

acirradas negociações com a UE, em que se visou manter o bom relacionamento com os europeus, tendo em vista a importância do bloco e seus recursos. E a ministra das Infraestruturas e Economia marítima de Cabo Verde, Sara Lopes, em entrevista em 2014, apontou para a necessidade de se negociar multilateralmente com o CEDEAO, ao declarar que:

Não é normal que um país como Cabo Verde esteja a discutir um acordo com a União Europeia sobre o acordo de pesca. É o que eu digo aos governantes da União Europeia: vocês sabem que isso não é negociação, porque um país pequeno como Cabo Verde tem sérias dificuldades de negociar com um bloco chamado União Europeia, portanto, dão com uma mão e tiram com a outra.
(LOPES, 2014 apud EXPRESSO DAS ILHAS, 2014, n/p).

Ademais, Kaczyński e Fulharty (2002) apontam sérias irregularidades, como no caso da Guiné Bissau, onde ocorreu manipulação do tamanho das embarcações utilizadas pela União, excesso de capturas e sub-pagamento de licenças de pesca. Para esses autores, esses acordos são vistos pela UE como acordos puramente comerciais, para maximizar o acesso a esses recursos com custos mínimos e assegurar o emprego de indústrias europeias na área de pesca e processamento, as quais têm supercapacidade de operação, ao mesmo tempo em que a pesca nas águas da União Europeia é super explorada. Por isso, a UE evita investir na infraestrutura de processamento de peixe dos Estados africanos e prefere enviar os peixes diretamente para a Europa.

Avaliando especificamente o Acordo de Cabo Verde e União Europeia nesse setor, Mundt (2012) descobriu que, apesar de se voltar para o combate à pesca ilegal e para a promoção da pesca sustentável, esse instrumento ameaça o setor industrial e artesanal pesqueiro cabo-verdiano, cujos recursos são muito mais limitados que os da União, especialmente no que tange aos tipos de embarcações e técnicas. E, apesar de a UE afirmar que a pesca se volta para os recursos excedentes, que outras partes não querem ou não conseguem pescar, os pescadores entrevistados por Mundt (2012) afirmam querer e conseguir pescar atum, mas que o volume de peixes declinou devido ao excesso de barcos, principalmente estrangeiros.

Já quanto à parcela de recursos que seria destinada à pesca das comunidades locais, 96,67% dos pescadores entrevistados afirmaram não receber dinheiro do governo ou outra instituição, o que para Monteiro (2010, apud Mundt, 2012) se relaciona ao fato de o pagamento fornecido pela UE ser destinado ao Ministério de Relações Exteriores de Cabo Verde, de forma que o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) não recebe recursos também.

Quanto ao combate da pesca ilegal, há pouco monitoramento da própria frota da UE, mas, devido à própria natureza das Parcerias de Pesca com os países de África Ocidental

(recortadas e inconstantes) e das espécies migratórias de peixes perseguidas pelas frotas, que têm altos custos de manutenção, considera-se que a própria UE se engaja em atividades ilegais, o que prejudica a estimativa de capturas e estoques de peixes e a legitimidade da parceria. A diferença de expertise e conhecimento de estoques de peixes entre UE e países africanos também é notável, e o preço das licenças pagas representa subsídio à atividade pesqueira da UE, por ser irrisório se comparado ao preço flutuante do atum no período (que, dependendo da espécie específica, pode chegar a 1500 euros por tonelada). (MUNDT, 2012)

Portanto, nessa configuração, esse projeto pode constituir um risco para o projeto do governo de tornar o país um hub de serviços com ênfase no mar e nos recursos pesqueiros.

Além disso, a parceria é preocupante não só para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), de proteção da vida debaixo da água (que, como destacado no capítulo anterior, é um dos que o país está mais longe de alcançar). É inquietante também para as dimensões sociais e econômica relacionadas a outros ODS de Cabo Verde (pobreza, segurança alimentar, emprego), principalmente com relação à população vulnerável que trabalha com pesca artesanal, atividade que também é fonte de alimento e empregos. Ou seja, nesse setor há um claro *gap* entre discurso e prática do desenvolvimento sustentável, o que mina as diretrizes de *blue-green economy* para os SIDS.

4.2.2.2.2. Infraestrutura: Água, saneamento, resíduos sólidos e energia

Como indicado no capítulo anterior, entre os principais problemas de Cabo Verde para atingir as metas dos ODS estão o acesso da população à água e saneamento, o tratamento de resíduos sólidos e o acesso à energia de fontes renováveis.

Estima-se que quase 80% da infraestrutura de água e saneamento da capital de Cabo Verde, Praia, tenha sido financiada pela UE, pelos sucessivos FEDs. Voltados à resolução de problemas nessa área, destacam-se os projetos desenvolvidos com o apoio da UE em água e saneamento e em resíduos sólidos.

Sobressai a construção do Aterro Sanitário de Santiago (ASS), em 2012, com capacidade para tratar 1,2 milhões de toneladas de resíduos de 9 municípios, um projeto financiado com 6,5 milhões de Euros pela UE e com vida útil estimada de 18 anos. Sua justificativa é a falta de meios de tratamento de lixo na cidade, que se amontoava a céu aberto para depois ser queimado em um terreno baldio (prejudicando também o turismo, a saúde de moradores e o meio ambiente). A partir desse projeto, pretende-se futuramente utilizar os resíduos para a produção de Biogás.

No caso, nota-se no relatório da Rio+20 de Cabo Verde (2012) a falta de outras unidades como essa, devido à quase inexistência de técnicas de valorização de resíduos e à grande produção de lixo nas ilhas.

Observaram-se ainda certas dificuldades na implementação desse projeto específico, já que a infraestrutura, depois de construída e entregue, demorou mais de dois anos para funcionar. O motivo foi a dificuldade encontrada pelo Poder Executivo e os municípios envolvidos para mobilizar recursos para a compra de equipamentos para a operação do aterro e para definir o sistema de cobranças (através da taxa de eletricidade) em regime de sub-concessão à empresa Praia Ambiente. (Netresíduos, 2015; AFRICA21, 2015).

Desse modo, apesar de a iniciativa ser importante para o ODS 12, de consumo e produção sustentável, com suas submetas de tratamento e coleta de resíduos, percebe-se um desconhecimento da realidade e dos obstáculos locais. Esse desconhecimento prejudica a utilização das infraestruturas e o próprio sucesso do projeto, que idealmente deve se articular com as comunidades e com o empresariado, buscando implementar a coleta seletiva, a reciclagem e uma economia circular¹⁴⁰, capaz de movimentar a economia local e reduzir a produção de “lixo”.

Já na área de água e saneamento, o projeto ISLHágua é realizado com apoio do Instituto Tecnológico das Canárias (ITC) e de empresas públicas e privadas das ilhas Canárias e de Cabo Verde. O projeto volta-se para essas ilhas para sensibilizar a população sobre o uso consciente da água potável, aumentar as capacidades de controle de qualidade da água e estimular o tratamento, a dessalinização e a reutilização dos recursos hídricos com o uso de energias renováveis.

O projeto foi executado entre 2010-2015, com cerca de 690 mil euros (77,6% desses financiados pelo FEDER¹⁴¹, 13,7% pelos sócios canários e o restante por Cabo Verde e FED). Nesse âmbito realizou-se a transferência de tecnologia de gestão de recursos hídricos e de controle de qualidade da água das Ilhas Canárias para Cabo Verde, haja vista a expertise adquirida pelas primeiras na dessalinização de água e a demanda crescente de Cabo Verde por água potável, dada a sua condição de país do Sahel com pouca abundância de fontes e chuvas (ISLHÁGUA, 2017).

140 A Economia Circular rompe com a ideia de produção linear – extração- produção- descarte e apresenta o processo como um ciclo, no qual desde o design o produto é pensado para a sua reutilização, há a criação de sistemas de reparo, reuso e remanufatura, além de uma reciclagem que permite que matérias-primas mantenham ou sejam acrescidas de valor.

¹⁴¹ Há outros projetos financiados pelo FEDER para os Estados da Macaronésia, como o APRENMAC que visa **auxiliar no aproveitamento de fontes endógenas de energia para desenvolver novos setores de atividade sustentável e de alto valor agregado nessas ilhas.**

Nesse âmbito foi implementado, por parte das empresas canárias, um sistema de depuração natural de baixo custo na ilha de Santo Antão, na comunidade de Penha de França, de 400 habitantes, em condições geográficas específicas para o tratamento de águas residuais. Em Calheta uma solução semelhante foi implementada, na Ilha de Maio, que não possuía rede de saneamento, e a empresa canário-cabo-verdiana “Forte Maio Pré Fabricados” venceu a licitação internacional com apoio do Instituto Tecnológico das Canárias (ITC) para conduzir o projeto de construção de depuração de águas com custo energético zero. (ISLHÁGUA, *ibid*)

Ademais, as plantas de dessalinização implantadas em Praia e Mindelo, atualmente geridas pela empresa pública de Cabo Verde – Electra, foram desenvolvidas para serem muito eficientes no gasto energético, já que o custo de energia é o que torna caro o processo de osmose inversa. Vários cursos e atividades de capacitação de técnicos também foram realizados, e os objetivos esperados foram superados, com 18 estudos realizados, 4617 participantes em atividades e cursos, 7 instalações piloto e estudos de tratamento de águas residuais analisadas, cooperação de 24 organizações privadas e 34 organismos públicos, entre outras. Dessa forma, as Ilhas Canárias conseguiram adquirir mais experiência na transferência de tecnologias e assessoramento e abriram caminho para parcerias comerciais com suas empresas em Cabo Verde. Já Cabo Verde conseguiu melhorar o acesso da população à água e ao saneamento e capacitar seus quadros técnicos na área. (ISLHÁGUA, 2017)

Essa iniciativa se volta para o ODS 14, de conservar e usar sustentavelmente os oceanos, mares e recursos marinhos com vistas ao desenvolvimento sustentável, e ao ODS 6, de água limpa e saneamento. Mas ela não atingiu o critério SMART (*Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-Bound*), assim como todas as outras iniciativas da União Europeia analisadas aqui (SIDS ACTION PLATFORM, 2017). Resta saber se Cabo Verde logrou internalizar esses conhecimentos e se conseguiria reproduzir com baixo custo esses projetos em outros locais do próprio arquipélago.

Na área energética, congruente com as metas de ampliação de uso de energias renováveis, algumas iniciativas também foram realizadas.

O projeto do *Serviço Energético Sustentável para povoações rurais Isoladas Mediante Micro-redes com Energias Renováveis, na ilha de Santo Antão* (SESAM-ER), foi desenvolvido para a melhoria das condições de vida e acesso a serviços das comunidades de Tarrafal e Monte Trigo, vilas isoladas dessa ilha. Essas comunidades contavam com energia elétrica por apenas 5-7h por dia, através de geradores a diesel.

O projeto está orçado em 1.482.006 Euros e é realizado com 75% do financiamento por meio da União Europeia (no programa *Energy Facility* para os ACP) e 25% pela Câmara

Municipal do Porto Novo, além do apoio de vários parceiros, entre universidades e empresas de países membros da UE e de Cabo Verde (SESAM-ER, 2017).

Por meio desse projeto, se implementou o primeiro sistema elétrico em uma comunidade isolada de Cabo Verde, marcada pela falta de serviços básicos e pela pobreza. Com geração 100% renovável desde fevereiro de 2012, a Central fotovoltaica de Monte trigo, na ilha de Santo Antão, opera através da radiação solar e carrega baterias para fornecimento de energia elétrica também no período noturno. (SESAM-ER, 2017)

Nesses 5 anos de funcionamento, mais de 160,3 Mwh de energia limpa foram gerados, poupando-se 49.465 litros de gásóleo, e evitou-se a emissão de 148 toneladas de CO₂. A rede de distribuição de 5km fornece energia aos 274 habitantes de 75 domicílios da pequena localidade, e com o excedente são produzidos 500kg de gelo por dia para a pesca, principal atividade econômica da comunidade (SESAM-ER, 2017)

Nesse projeto também foram realizadas obras de ligação elétrica do Tarrafal de Monte trigo e São Tomé à rede pública de distribuição, para que a comunidade de 925 pessoas também contasse com energia elétrica 24h por dia. Além do mais, a iluminação pública beneficiou também os pescadores nas suas atividades pesqueiras noturnas, e foi feita a reforma de uma biblioteca comunitária na localidade, agora dotada de materiais audiovisuais (SESAM-ER, 2017).

Essa iniciativa sem dúvida contribui para o alcance da meta do país de obter 50% da energia de fontes renováveis até 2020, diretamente relacionado ao ODS 7, de energia acessível e limpa, e contribui também para o aumento da cobertura de serviços no arquipélago, sendo inclusive reprodutível em outras localidades. Todavia, desafios nesse sentido são abundantes devido à falta de recursos e ao alto custo das placas fotovoltaicas importadas (ASEMANA, 2012).

Como relata Rui Amante da Rosa¹⁴², atuante na área de energia em Cabo Verde, em entrevista ao Nosgenti (2012), há uma grande disparidade entre as empresas cabo-verdianas e estrangeiras no setor energético, especialmente nas energias renováveis. As empresas estrangeiras contam, muitas vezes, com incentivos especiais, principalmente com financiamento de seus Estados (notadamente da União Europeia), para fazerem o estudo e a implementação de projetos na área, enquanto que as empresas cabo-verdianas descapitalizadas estão à beira da falência, ao mesmo tempo em que não podem aumentar tarifas porque a

¹⁴² Foi membro da comissão instaladora do Instituto Nacional de Energia, responsável da rede na Electra (empresa estatal de energia em Cabo Verde), entre 1980 e 1984 e atualmente é empresário no sector das energias amigas do ambiente.

população não conseguiria pagar. O entrevistado ainda é cético quanto ao alcance da meta de 50% renováveis, devido aos altos custos dessa energia em comparação com os combustíveis tradicionais, em um cenário pós crise financeira mundial no qual não há recursos para investir no setor (NOSGENTI, 2012).

Nesse sentido, identificam-se resultados ambíguos em projetos como este. Tais projetos sem dúvida contribuem para a diminuição de certas debilidades do país, mas, ao mesmo tempo, expõem as empresas locais a uma concorrência que estas não conseguem enfrentar. Privilegia-se tal caminho em vez de optar por iniciativas mais baratas e com tecnologias mais simples e ou locais, sintonizadas com o espírito defendido por Ignacy Sachs (2009). Essas iniciativas também poderiam aliviar o desequilíbrio na balança comercial do país.¹⁴³

Observe-se igualmente que nesses setores de serviços envolvidos nos projetos, como relatado em seções anteriores, se manifestam as expectativas pela reestruturação e privatização de empresas, para torná-las mais “eficientes”.

A partir das parcerias e dos projetos expostos aqui, percebe-se uma ênfase retórica da cooperação internacional da UE com Cabo Verde, na promoção do desenvolvimento sustentável, em prejuízo da implementação efetiva das diretrizes consolidadas na Agenda 2030. Esses acordos assimétricos e pouco transparentes parecem ser utilizados como instrumento para promoção de ideários neoliberais e de empresas europeias, com resultados ambíguos para o alcance dos ODS por parte de Cabo Verde. Ao mesmo tempo em que certas vulnerabilidades pontuais são equacionadas, outras fragilidades reais e potenciais são criadas ou aprofundadas.

4. 3 CONCLUSÕES PARCIAIS

O presente capítulo consistiu na análise e avaliação de alguns projetos e parcerias realizados entre UE e Cabo Verde. Uma breve revisão bibliográfica sobre a CID Norte-Sul foi feita e foi percebido que há certas contradições e pouca clareza de propósitos e resultados nessa prática.

Observou-se que as relações externas de Cabo Verde tendem a priorizar a Europa em relação aos países africanos por uma questão histórica ligada à colonização, ao racismo e também à necessidade de recursos do arquipélago.

¹⁴³ Projetos de maior envergadura no setor energético, como o *West African Power Tool*, também são realizados para integrar a região da CEDEAO e fazer frente à crescente demanda do setor, tanto por parte da população como por parte de empresas.

Algumas parcerias e projetos materiais e imateriais foram apreciados. Foi exposto que o quadro estruturante da relação UE- Cabo Verde e também da relação entre UE e a maioria dos SIDS é o Acordo de Cotonou, que alegadamente visa promover o desenvolvimento desses países, mas que em sua essência preza pelo alargamento do espaço de influência, investimento e comércio europeus, ao qual os ACP se submetem devido à assimetria das partes envolvidas e necessidade de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Nesse sentido, a Parceria Especial com Cabo Verde é uma expansão e um aprofundamento das diretrizes de Cotonou, permeadas pelo ideário neoliberal e que visa satisfazer as necessidades europeias de promoção de segurança das fronteiras do bloco, promoção de *soft power* e aproximação da CEDEAO. O Estado cabo-verdiano busca nessa parceria essencialmente o estabelecimento de um diálogo político permanente com a UE, o acesso a recursos europeus para o desenvolvimento e a manutenção de ameaças à segurança longe de seu território.

Os projetos analisados são marcados por falta de transparência e ambiguidades quanto aos seus objetivos e resultados. Se por um lado eles dizem visar o desenvolvimento do país, e alguns deles de fato apoiam Cabo Verde no equacionamento de suas dificuldades, notadamente na área de infraestrutura e no alcance de certos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, por outro, os projetos abrem caminho para a entrada de empresas europeias financiadas pelos recursos públicos da UE, ao invés de apoiarem o setor público ou privado cabo-verdiano e podem impactar negativamente em outros ODS, notadamente os ligados à esfera social (e ambiental no caso do Acordo de Pescas).

Ou seja, a cooperação internacional, na forma aqui apresentada, apesar de ter capacidade de resolver problemas dos SIDS, não tem como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável desses países, ou realizar uma mudança no paradigma de desenvolvimento nesse sentido, há sim a tentativa de aprofundar a incorporação dos SIDS à economia mundial, de harmonizá-los às regras internacionais vigentes, o que é também uma implicação do fato da ajuda ao desenvolvimento ser uma parte da política externa da UE e responder aos interesses dos apoiadores da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia se propôs a analisar o papel de projetos e parcerias entre Cabo Verde e UE no equacionamento dos problemas do arquipélago e na promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, o objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos.

No capítulo 2 focou-se nos dois primeiros objetivos específicos: Analisou-se como o desenvolvimento sustentável adentrou a agenda internacional e dos SIDS e descreveram-se os seus principais conceitos e indicadores, bem como caracterizaram-se os principais problemas e desafios dos SIDS.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que o desenvolvimento sustentável adquiriu proeminência internacional em decorrência da articulação entre as mudanças ideacionais e os efeitos concretos da crise ambiental, porém a emergência desse paradigma não resultou na substituição do paradigma de desenvolvimento tradicional. Ademais, constatou-se que os SIDS tentam atrair a atenção internacional e canalizar recursos por meio da inserção nessa nova janela de diálogo Norte – Sul, que surge em torno do desenvolvimento sustentável. Descreveu-se que, apesar de heterogêneos, os SIDS enfrentam desafios consideráveis ao desenvolvimento nas áreas econômica, social, ambiental, política e cultural, os quais tais países não conseguem equacionar sozinhos.

No capítulo 3, caracterizou-se Cabo Verde socioeconomicamente e foram levantados os principais desafios ao desenvolvimento sustentável do arquipélago, em resposta ao terceiro objetivo específico.

Verificou-se que Cabo Verde, desde os primórdios, é visto como uma ponte entre continentes, com importância puramente relacional, tendo em vista a sua falta de recursos. O país enfrenta obstáculos para a condução do projeto nacional de desenvolvimento e lida com vulnerabilidades estruturais, como o número reduzido de parceiros comerciais e o fraco setor produtivo, a insegurança alimentar, o déficit de serviços públicos, as secas, o desemprego, a pobreza, a dependência de combustíveis fósseis e a falta de proteção do habitat, entre outros.

Por fim, no capítulo 4, foram descritos e analisados alguns projetos e parcerias entre UE e Cabo Verde. Do mesmo modo, o papel desses acordos no equacionamento dos problemas do país e na promoção do desenvolvimento sustentável foi avaliado, visando-se abordar o quarto e último objetivo específico, bem como o objetivo geral da pesquisa.

Nesse sentido, constatou-se que nesses instrumentos há um grande esforço retórico, por parte da União Europeia, em se comprometer com o desenvolvimento sustentável dos países

menos desenvolvidos. Apesar disso, nas iniciativas descritas, notou-se que há grandes condicionalidades para o fornecimento de recursos para os SIDS envolvidos, e, mais especificamente, para Cabo Verde. Tais condicionalidades requerem, como contrapartida dos países em desenvolvimento, uma harmonização normativa, a integração regional e a adesão a áreas de livre comércio e a regimes econômicos internacionais.

Desse modo, avaliou-se que há um grande interesse europeu em assegurar certas vantagens comerciais, econômicas e securitárias para si e para as suas empresas, em detrimento do apoio às empresas dos SIDS e às técnicas locais.

Nesse sentido, a Agenda 2030 parece ter sido capturada pela agenda neoliberal, o que pode vir a causar futuros constrangimentos aos SIDS e aos países menos desenvolvidos. Porém, a adesão à narrativa neoliberal parece a única alternativa atualmente disponível para os SIDS terem acesso a recursos.

Além do mais, destacou-se que tais parcerias e acordos têm impactos ambíguos na promoção do desenvolvimento sustentável. Isso se deve à imaterialidade de muitos projetos executados, à miríade de propósitos envolvidos e também à falta de dados sobre os resultados e de estatísticas mais recentes em Cabo Verde.

Portanto, o papel da CID no equacionamento dos problemas dos SIDS e na promoção do desenvolvimento sustentável é pouco transparente, ambíguo, pontual e contraditório, impondo várias condicionantes que limitam e que, de certa forma, podem prejudicar o alcance das metas da Agenda 2030 por parte do país. Essas características se relacionam diretamente à assimetria entre as partes envolvidas nos acordos, às ideias neoliberais hegemônicas, à não substituição dos paradigmas de desenvolvimento e ao fato de que a *foreign aid*, consistindo em uma política pública da UE, responde aos interesses do bloco.

Com esta monografia, logrou-se adquirir mais conhecimento sobre Estados pouco estudados em Relações Internacionais, que são impactados de forma intensa pelas várias dinâmicas do Sistema Internacional, abordadas ao longo do curso. Questões importantes para outros estudos seriam pesquisas sobre projetos em outros SIDS que são mais isolados ou não tão geoestratégicos (para estudos comparados), pesquisas de campo sobre os vários projetos em Cabo Verde que permitam o acesso a informações não disponibilizadas *online*, ou ainda sobre mecanismos desenvolvidos pelas próprias comunidades locais para lidar com desafios sem a participação do Estado e de doadores internacionais.

REFERÊNCIAS

ADLER, E. (1997), “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics”. *European Journal of International Relations*, vol. 3, nº 3, pp. 319-363.

AFRICA21. **Cabo Verde inaugura aterro sanitário financiado pela UE com 6,5 milhões de euros**. 2015. Disponível em: <https://africa21digital.com/2015/05/06/cabo-verde-inaugura-aterro-sanitario-financiado-pela-ue-com-65-milhoes-de-euros/>. Acesso em: 31 out 2017.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. Cape Verde: The Road Ahead. Novembro de 2012. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Cape%20Verde%20-%20The%20Road%20Ahead.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

ALBUQUERQUE, Luís de. O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. . In: ALBUQUERQUE, Luís de et al (Ed.). **História Geral de Cabo Verde volume I**. Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. Cap. 2. p. 23-40. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=41>>. Acesso em: 06 set. 2017.

AMARAL, Ilídio do. Cabo Verde: Introdução geográfica. In: ALBUQUERQUE, Luís de et al (Ed.). **História Geral de Cabo Verde volume I**. Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. Cap. 1. p. 1-22. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=41>>. Acesso em: 06 set. 2017.

AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e a teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (org). Brasília: Edições IBAMA, 2002.

AMIN, Samir. After the New International Economic Order: The Future of International Economic Relations. **Journal Of Contemporary Asia**, [s.l.], v. 12, n. 4, p.432-450, jan. 1982. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00472338285390361>.

ANDRADE, Álvaro Ludgero. Cabo Verde: A Agenda de Transformação. Voa Português. 03 jul. 2015. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-a-agenda-de-transformacao/2846592.html> Acesso em: 01 out. 2017.

ARNOLD, Guy. **The end of the Third World**. Nova Iorque: Palgrave, 1993. 232 p.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE. As fomes em cabo verde: Causas e efeitos (1580-1949). 2015. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.cv/index.php/84-exposicoes/111-as-fomes-em-cabo-verde-causas-e-efeitos-1580-1949>>. Acesso em: 20/09/2017

ASEMANA. SESAM-ER inaugura Central Fotovoltaica de Monte Trigo. 2012. Disponível em: http://www.asemana.publ.cv/?SESAM-ER-inaugura-Central-Fotovoltaica-de-Monte-Trigo#ancre_comm, Acesso em 31 out 2017.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA. **Cabo Verde: Integração Regional na CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP.** 2014. Disponível em: <<https://www.cgd.pt/Empresas/Plataforma-Internacional/Estudos/Documents/2-CABO-VERDE-NIGERIA-CEDEAO-CPLP.pdf>>. Acesso em: 28 out 2017.

BALENO, Ilídio Cabral. Povoamento e formação da sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de et al (Ed.). **História Geral de Cabo Verde volume I.** Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. Cap. 4. P. 125-177. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=41>>. Acesso em: 06 set. 2017.

BANCO MUNDIAL. Cabo Verde aspectos gerais. 2016b. Disponível em:<<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em: 01/10/2017.

BANCO MUNDIAL. Health Nutrition and Population statistics. 2017a. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=health-nutrition-and-population-statistics&preview=on#>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BANCO MUNDIAL. Turning the Tide: Small Island States Lead, Innovate for Climate Solutions. 29 Abril 2016a. Disponível em:<<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/04/29/turning-the-tide-small-island-states-lead-innovate-for-climate-solutions>>. Acesso em 02 jul. 2017.

BANCO MUNDIAL. World development indicators. 2017b. Base de dados. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>. Acesso em: 10 out. 2017.

BARROS, Nilton Jorge Pina. **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA: A UNIÃO EUROPEIA NA SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE CABO VERDE.** 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Militares - Especialidade Cavalaria, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7848/1/TIA_ASP_TIR_BARROS_A_UE_NA_SEGURANCA_E_ESTABILIDADE_DE_CABO_VERDE.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

BEYERLIN, Ulrich. Bridging the North-South Divide in International Environmental Law. **Zeitschrift Für Ausländisches öffentliches Recht Und Völkerrecht**, Heidelberg, p.259-296, 2006. Anual. Disponível em: <http://www.zaoerv.de/66_2006/vol66.cfm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BODANSKY, Daniel. **The Art and Craft of International Environmental Law.** Cambridge: Harvard University Press, 2010.

BREKKE, Kirsti. **Ideals or interests?:** An analysis of the motives for the European Commission's aid allocations from 1960 to 2008. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comparative Politics, University Of Bergen, Bergen, 2010. Disponível em: <<http://bora.uib.no/handle/1956/4178>>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. **Decreto 99.280.** 6 de junho de 1990. Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99280.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BUSSE, Matthias; GROßMANN, Harald. **Assessing the Impact of ACP/EU Economic Partner- ship Agreement on West African Countries**. 2004. HWWA Discussion Paper 294. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/26198/1/dp040294.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017

CABO VERDE. Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável: Relatório à Conferência RIO +20. Junho de 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

CABO VERDE; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Programme pays De Promotion du travail décent Au Cap Vert 2012-2015. 2011. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-addis_ababa/---sro-dakar/documents/genericdocument/wcms_445501.pdf. Acesso em: 09 out. 2017.

CABO VERDE; UNIÃO EUROPEIA. Document de stratégie pays et Programme indicatif national pour la période 2008-2013. 2018. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/csp/csp_10th_edf_en.htm. Acesso em 30 out. 2017

CABRAL, Amílcar. Second Address Before the United Nations, Fourth Committee, 1972. In: Return to the Source: selected speeches of Amílcar Cabral. NY: Africa Information Service, p. 15-33

CAMPLING, Liam. A Critical Political Economy of the Small Island Developing States Concept. **Journal Of Developing Societies**, [s.l.], v. 22, n. 3, p.235-285, set. 2006. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0169796x06068031>.

CARBONE, Maurizio (Ed.). **The European Union in Africa: Incoherent Policies, Asymmetrical Partnership, Declining Relevance?**. Manchester: Manchester University Press, 2013.

CARBONE, Maurizio. Mission Impossible: the European Union and Policy Coherence for Development. **Journal Of European Integration**, [s.l.], v. 30, n. 3, p.323-342, jul. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/07036330802144992>. Center for International Development at Harvard University. Atlas of economic complexity. 2017. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/explore/tree_map/import/cpv/all/show/2014/>. Acesso em: 01 out 2017.

CHANG, Ha-joon. Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today's 'development' discourse. In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (Ed.). **Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master**. Abingdon: Routledge, 2010. p. 1-11. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.153.5256&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DROGAS NA ÁFRICA OCIDENTAL. Não simplesmente em trânsito: **As drogas, o Estado e a sociedade na África Ocidental**. 2014. Disponível em:

<[http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2017/02/WACD Pt Ex Sum FINAL WEB 051114.pdf](http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2017/02/WACD_Pt_Ex_Sum_FINAL_WEB_051114.pdf)>. Acesso em 31 out 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **ACP - The Cotonou Agreement**. 2017a. Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/regions/african-caribbean-and-pacific-acp-region/cotonou-agreement_en. Acesso em: 25 out. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. Cape Verde – Results. 2017c. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/countries/cape-verde_en?qt-node_tabs_country =1#qt-node_tabs_country_>. Acesso em: 31 out 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicado de imprensa. **Política de desenvolvimento da União Europeia:** A Comissão pretende aumentar o impacto da ajuda, centrando-a num menor número de sectores e nos países mais necessitados. 2011. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1184_pt.htm>. Acesso em: 02/12/2016.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU and Cape Verde agree on new 4 year Protocol to Fisheries Partnership Agreement**. 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/fisheries/eu-and-cape-verde-agree-new-4-year-protocol-fisheries-partnership-agreement_en. Acesso em: 25 out. 2017

COMISSÃO EUROPEIA. **European development policy**. 2017b. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/policies/european-development-policy_en>. Acesso em: 26 out. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **The Cotonou Agreement: From Lomé I to IV bis**. 2005. Disponível em: <http://ec.europa.eu/development/body/cotonou/lome_history_en.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. Rethinking the institutional framework for the implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States and the Marutius Strategy for the further implementation of BPOA. In: COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Small States:** Economic Review and Basic Statistics. Londres: Commonwealth Secretariat, 2012. Cap. 5, Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=57pHagqSD_QC&pg=PA80&lpg=PA80&dq=sids+agenda+21+and+BOA&source=bl&ots=iOwz8rjfZk&sig=a6JuMtKz3K07wzA2wqqanIzn3K4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi988uk-pvWAhXI0iYKHaaeBKgQ6AEIOTAE#v=onepage&q=sids agenda 21 and BOA&f=false>. Acesso em: 10 set. 2017.

COMUNIDADE EUROPEIA; CABO VERDE. FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT. 2006. Disponível em: <<http://www2.ecolex.org/server2neu.php/libcat/docs/TRE/Full/Other/TRE-151122.pdf>>. Acesso em: 23 out 2017

CONCORD. **Genuine aid: EU pushes commitment up to 2052 – AidWatch Report 2017.** 2017. Disponível em: <<https://concordeurope.org/2017/10/17/aidwatch-report-2017/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONEXÃO LUSÓFONA. **Um paraíso perdido no arquipélago de Cabo Verde: a Ilha de Santa Luzia.** 2015. Disponível em: <<http://www.conexaolusofona.org/quem-somos/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CORREIA E SILVA, Antônio. Espaço, Ecologia e Economia interna. In: ALBUQUERQUE, Luís de et al (Ed.). **História Geral de Cabo Verde volume I.** Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. Cap. 5. P. 179- 236. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=41>>. Acesso em: 06 set. 2017.

CORREIA E SILVA, Antônio. Cabo Verde e a geopolítica do atlântico. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira. (Org.). **História Geral de Cabo Verde volume II.** Lisboa, Praia: ICT-INAC, 1995. P. 1-16. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V2&p=1>>. Acesso em: 20/09/2017.

COSTA, Suzano, “A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas”, in SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo (Org.), Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS, Praia: ISCJS, 2012, pp. 331-372

COSTANZA, Robert; DALY, Herman. "Natural Capital and Sustainable Development." *Conservation Biology* 6, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2385849>>. Acesso em: 01/07/2017.

CUNHA, Higor Hebert França da. QUEM É BEM-VINDO? A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO E O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA E DA ITÁLIA. **Revista Ambivalências**, [s.l.], v. 2, n. 4, p.189-213, 9 maio 2015. Revista Ambivalências. <http://dx.doi.org/10.21665/2318-3888.v2n4p189-213>.

DALY, Herman E.. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambient. soc.**, Campinas, v.7, n.2, p.197-202, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Maio 2017

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, P. **AID Understanding International Development Cooperation.** New York: Zed Books, 2003.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM CABO VERDE. **Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde).** 2017. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde_pt/33679/%20Comunicado%20conjunto%20\(Parceria%20Especial%20UE/Cabo%20Verde\)>](https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde_pt/33679/%20Comunicado%20conjunto%20(Parceria%20Especial%20UE/Cabo%20Verde)>)>. Acesso em: 31 out 2017.

DIAS, José Almada. **Identidade crioula: Turismo de qualidade ou de quantidade? A hora da escolha.** Expresso das Ilhas. nº 778. 26 out. 2016. Disponível em:

<<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/opiniao/item/50785-identidade-crioula-turismo-de-qualidade-ou-de-quantidade?-a-hora-da-escolha>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric. Weak and strong sustainability in the SEEA: Concepts and measurement. **Ecological Economics**, [s.l.], v. 61, n. 4, p.617-626, mar. 2007. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.09.007>.

DOMINGUES, Ângela. Administração e instituições: Transplante, adaptação, funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de et al (Ed.). **História Geral de Cabo Verde volume I**. Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. Cap. 3. p. 41-123. Disponível em:<<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=41>>. Acesso em: 06 set. 2017.

DUARTE, Moacyr. O problema do risco tecnológico ambiental. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 245-257. Prefácio de Marina Silva.

EARLEY, Katharine. More than half of all businesses ignore UN's sustainable development goals. **The Guardian**. Londres, p. 0-0. 30 set. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/sep/30/businesses-ignore-un-sustainable-development-goals-survey>>. Acesso em: 30 ago. 2017

EASTERLY, William; PFUTZE, Tobias. Where does the money go? Best and Worst Practices in Foreign Aid. *Journal of Economic Perspectives*, [S.l.], v.22, n.2, p.29-52, 2008.

ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Meetings coverage. **Small Island Developing States face 'unique' sustainability challenges requiring 'special' attention to meet post 2015 Agenda Goals**. ECOSOC/6706. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2015/ecosoc6706.doc.htm>>. Acesso em: 01/07/2015.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS. Parceria Especial Cabo Verde -União Europeia. 2017a. Disponível em: <http://embcv.be/pt/cabo-verde/cooperacao-com-a-uniao/a-parceria-para-a-mobilidade/40-parceria-especial-uniao-europeia>. Acesso em: 29 out 2017.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS. Parceria para a mobilidade. 2017b .Disponível em: <<http://embcv.be/pt/cabo-verde/cooperacao-com-a-uniao/a-parceria-para-a-mobilidade/21-cabo-verde/relacao-de-cooperacao> >. Acesso em: 25 out 2017.

ENGLE, Eric Allen. The Failure of the Nation State and the New International Economic Order: Multiple Converging Crises Present Opportunity to Elaborate a New Jus Gentium. **St. Thomas Law Review**, [s.i.], v. 6, n. [], p.187-207, winter 2003. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1020502>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ESSOUNGOU, André-michel. **The Sahel: One region, many crises**. 2013. UN Africa Renewal. Disponível em: <<http://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2013/sahel-one-region-many-crises>>. Acesso em: 07 out. 2017.

ÉTIENNE, Gilbert. Les dérives de la coopération Nord-Sud, vers la fin des chimères? *Politique Etrangère*, Paris, Institut Français des Relations Internationales, n.4, p.891904, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. **Cape Verde: Fisheries partnership agreement. 2006.** Disponível em: <https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape_verde_en>. Acesso em: 27 out 2017.

EUROPEAN COMMISSION. **The Cotonou Agreement.** Publications office of the European Union. 2014. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/03_01/pdf/mn3012634_en.pdf. Acesso em: 01 dez. 2017.

EUROPEAN COMMUNITIES. **Partnership Agreement ACP-EC.** 2006. Disponível em:<http://www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/03_01/pdf/cotonou_2006_en.pdf>. Acesso em 09 nov. 2017.

EXPRESSO DAS ILHAS. **Cabo Verde “não está satisfeito” com acordo de pesca com a União Europeia – Sara Lopes.** 2014. Disponível em:<<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/43309-cabo-verde-nao-esta-satisfeito-com-acordo-de-pesca-com-a-uniao-europeia-%E2%80%93-sara-lopes>>. Acesso em: 28 out 2017.

FAO. 1996. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action. World Food Summit 13-17 November 1996. Rome.

FERNANDES, Gabriel. **ENTRE A EUROPEIDADE E A AFRICANIDADE:** Os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Cfh, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0258.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África:** uma interpretação da saga identitária caboverdiana no panorama político (pós) colonial. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 253p.

FMI. **IMF Country Report No.16/366: Cape Verde.** 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2016/cr16366.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World. Cape Verde Profile. 2017. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/cape-verde>. Acesso em: 01 out. 2017.

FRY, Peter. CULTURAS DA DIFERENÇA: SEQÜELAS DAS POLÍTICAS COLONIAIS PORTUGUESAS E BRITÂNICAS NA ÁFRICA AUSTRAL. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29/30, p.271-316. 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj_lana7sjWAhXB4CYKHUEzBJ0QFggnMAA&url=https://portalseer.ufba.br/index.php/afr/oasia/article/download/21060/13657&usq=AFQjCNEPVGn3_mC8_aRakoZ8ppt-bVDRUQ>. Acesso em: 28 set. 2017.

FURTADO, Cláudio Alves . Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias. In SARMENTO, Cristina; COSTA, Suzano. **Entre a África e a Europa:** Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde. Coimbra: Almedina, 623-652. 2013.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-americanos**, [s.l.], v. 42, n. 3, p.855-887, 24 nov. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.2016.3.22888>.

GEO-2003 - GLOBAL ENVIRONMENT OUTLOOK. (2003), "Past, Present and Future Perspectives". Capítulos 2-9. Disponível em <<http://www.grida.no/geo/geo3>>.

GHINA, F. Sustainable Development in Small Island Developing States. *Environment, Development and Sustainability*, 5(1), 139-165. doi:10.1023/a:1025300804112.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Record, 2004, 494 p. ISBN: 85-01-06370-3.

GLENNIE, Jonathan. **Development co-operation: aid by any other name**. 2011. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/jul/27/aid-and-development-coordination>>. Acesso em: 21 out. 2017.

GOVERNO DE CABO VERDE. Acordo de Pesca com a União Europeia foi o acordo possível. 2014. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/destaques/5592-acordo-de-pesca-com-a-uniao-europeia-foi-o-acordo-possivel>. Acesso em 29 out 2017.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Investimento**: Investimento externo: Enquadramento e legislação. s.d. Disponível em: <http://www.governo.cv/documents/Investimento.pdf>. Acesso em 05 nov. 2017.

GOVERNO DE CABO VERDE. Parceria Especial Cabo Verde - UE : Quadro Orientador para a Implementação. 2008. Disponível em: <https://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017

GOVERNO DE CABO VERDE. Parceria Especial Cabo Verde União Europeia ganha mais três pilares. 2017. Disponível em: < <http://www.governo.cv/index.php/destaques/8030-parceria-especial-cabo-verde-uniao-europeia-ganha-mais-tres-pilares>>. Acesso em 29 out 2017.

GRASSI, Marizia. Rabidantes: comercio espontâneo transnacional em Cabo Verde. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Portugal, 2003.

GROSGOUEL, Ramón (2008). **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 80. p. 115-147.

GROVE, A. T.. Geographical Introduction to the Sahel. **The Geographical Journal**, [s.l.], v. 144, n. 3, p.407-415, nov. 1978. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/634817>.

HEIN, Philippe. Small island developing States: origin of the category and definition issues. In: UNCTAD (Org.). **UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Is a special treatment of small island developing States possible?** Nova Iorque e Genebra: Unctad, 2004. p. 1-22. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ldc20041_en.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **O país que tem mais gente fora do que dentro.** 2015. Periódico O Público. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/07/05/mundo/noticia/o-pais-que-tem-mais-gente-fora-do-que-dentro-1700904>>. Acesso em: 26 set. 2017

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol: A formação do Estado nação em Cabo Verde.** [s.i]: Selo Negro, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uL2QMrgM6nUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 set. 2017.

HOBBSAWN, E. Era dos extremos: O breve século XX (1914–1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HSU, A. et al. 2016 Environmental Performance Index. New Haven, CT: Yale University. 2016. Disponível em: <www.epi.yale.edu>.

HURT, Stephen R. Co-operation and coercion? The Cotonou Agreement between the European Union and a/cp states and the end of the Lomé Convention. **Third World Quarterly**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.161-176, fev. 2003. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/713701373>.

INSTITUTO CAMÕES. CAMPO – Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem. 2017. Disponível em: <<http://ww2.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/projetos-historico/14856-campo-centro-de-apoio-ao-migrante-no-pais-de-origem>>. Acesso em: 26 out 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. 2015. **Estatísticas da Cultura, Desporto e Lazer em Cabo Verde, 2015.** Disponível em: <<http://ine.cv/quadros/estatisticas-da-cultura-desporto-lazer-cabo-verde-2015/>>. Acesso em: 08 out 2017

ISLHÁGA. Informe de Resultados. 2017 Disponível em: <http://www.islhagua.org/flipbooks/informe_resultados/#p=1>. Acesso em 31 out 2017.

JACOBI, Pedro. *Meio ambiente e sustentabilidade.* In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.

KACZYNSKI, Vlad M.; FLUHARTY, David L.. European policies in West Africa: who benefits from fisheries agreements?. **Marine Policy**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.75-93, mar. 2002. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0308-597x\(01\)00039-2](http://dx.doi.org/10.1016/s0308-597x(01)00039-2).

KAMIENIECKI, Sheldon. **Environmental Politics in the International Arena: Movements, Parties, Organizations, and Policy.** Albany: State University Of New York Press, 1993. 291 p.

KANIE, Norichika. Governance with Multilateral Environmental Agreements: A Healthy or Ill-Equipped Fragmentation.. In: SWART, Lydia; PERRY, Estelle (Ed.). **Global Environmental Governance: Perspectives on the Current Debate.**, Nova Iorque: Center For Un Reform., 22007. p. 69-86.

KASAHARA, Shigehisa; GORE, Charles (Ed.). **Beyond Conventional Wisdom in Development Policy: An intellectual history of UNCTAD 1964-2004**. Nova Iorque e Genebra: Unctad, 2004. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/edm20044_en.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

KEIJZER, Niels; NEGRE, Mario. Outsourcing a partnership? Assessing ACP–EU cooperation under the Cotonou Partnership Agreement. **South African Journal Of International Affairs**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.279-296, 4 maio 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10220461.2014.946959>.

KELMAN, Ilan, *No change from climate change: vulnerability and small island developing states*, The Geographical Journal. 2014. 180, 2, 120

KELMAN, Ilan. Hearing local voices from Small Island Developing States for climate change, *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 15:7, 605-619, 2010. DOI: 10.1080/13549839.2010.498812

KRIEBEL, David et al. The Precautionary Principle in Environmental Science. **Environmental Health Perspectives**, Durham, v. 109, n. 9, p.871-876, set. 2001. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1240435/pdf/ehp0109-000871.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

LANCASTER, C. *Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MACHADO, Aletheia de Almeida. O local e o global na estrutura da política ambiental internacional: a construção social do acidente químico ampliado de Bhopal e da Convenção 174 da OIT. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 7-51, Junho 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Ago. 2017.

MADEIRA, João Paulo. CABO VERDE : GEOPOLÍTICA E PROJEÇÃO DE UM PEQUENO ESTADO INSULAR NA ÁFRICA OCIDENTAL. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p.59-79, jul/dez 2015. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/59312/36982&usg=AOvVaw1PrGvKc-53hjQ1pZ41U7xr>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (Ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. 1272 p. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015111.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MENON, Bhaskar P.. **Global Dialogue: The New International Economic Order**. Nova Iorque: Pergamon Press, 1977. Centre for Economic & Social Information, The United Nations.

MERCER, J et al. The potential for combining indigenous and western knowledge in reducing vulnerability to environmental hazards in small island developing states. **Environmental Hazards**, [s.l.], v. 7, n. 4, p.245-256, 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envhaz.2006.11.001>. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1747789106000317>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MEYER, John W. et al. The Structuring of a World Environmental Regime, 1870–1990. **International Organization**, Cambridge, v. 4, n. 51, p.623-651, outono 1997.

MILANI, Carlos R. S.. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200003>.

MILANI, Carlos R. S.. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 287-301, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Ago. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MITCHELL, Ronald B. *International Environmental Agreements Database Project. 2002-2017*. Disponível em: <http://iea.uoregon.edu> Acesso em: 15 ago. 2017.

MITCHELL, RONALD. International Environment. *Handbook of International Relations*. 2002. SAGE Publications. 28 Feb. 2011. Disponível em: <http://www.sage-reference.com/hdbk_intlrelations/Article_n26.html>. Acesso em 21 ago. 2017.

MOLD, Andrew (Ed.). **EU development policy in a changing World: Challenges for the 21st century**. [s.i]: Amsterdam University Press, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=acgZgrUXygUC&oi=fnd&pg=PP1&dq=mold+2007+ghana+democratic&ots=f5qJ60fzve&sig=0BTWhGAIR-Mu6EDqJp805TGcESY#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MOLTKE, Konrad Von. Implications of the Cotonou agreement for sustainable development in the acp countries and beyond. 2004. Disponível em: <http://www.iisd.org/pdf/2004/trade_imp_cotonou.pdf>. Acesso em: 26 out 2017.

MONTEIRO, Maria Isabel Gomes. **PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA - UE: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UE?**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3421/1/Dissertação IM Documento Final.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3421/1/Dissertação_IM_Documento_Final.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2017.

MONTEIRO, Maria do Carmo do Rosário. **CONSUMO DO ÁLCOOL E DAS DROGAS ILÍCITAS NOS GRUPOS GANGUES/THUGUES DAS CIDADES DO MINDELO E DA PRAIA**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Niversidade da Beira Interior, Mindelo, 2011. Disponível em: <[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3486/1/Delinquencia Juvenil.doc 3.2.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3486/1/Delinquencia_Juvenil.doc3.2.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MONTEIRO, Nataniel Andrade. **ÁFRICA, A NOVA FRONTEIRA ESTRATÉGICA NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL: A GEO-POLÍTICA DE CABO VERDE NO CONTEXTO DA CEDEAO**. rev.relac.int.estateg.segur, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 93-109, Julho 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1909-30632016000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Out. 2017. <http://dx.doi.org/10.18359/ries.1872>.

MOUTINHO DOS SANTOS, E. Energia, gás natural & sustentabilidade. Tese (Livre Docência em Energia). Programa de Pós-Graduação em Energia. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE). USP. São Paulo, 2004.

MUNDT, Matthias. The Effects of EU Fisheries Partnership Agreements on Fish Stocks and Fishermen: The Case of Cape Verde. Working Paper, No. 12/2012. Institute for International Political Economy Berlin. Disponível em: <http://www.ipe-berlin.org/fileadmin/downloads/working_paper/ipe_working_paper_12.pdf>. Acesso em: 10 out 2017.

NADARAJAH, Yaso; GRYDEHØJ, Adam. Island studies as a decolonial project (Guest Editorial Introduction). **Island Studies Journal**, [s.i.], v. 11, n. 2, p.437-446, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://www.islandstudies.ca/sites/default/files/ISJ-11-2-Yaso-Adam-Editorial.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

NETRESIDUOS. Cabo Verde inaugura aterro sanitário com capacidade para tratar 1,2 milhões de toneladas de lixo. 2015. Disponível em: <http://www.netresiduos.com/content.aspx?menuid=134&eid=3091&bl=1>. Acesso em: 31 out 2017.

NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). , **IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190252por.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

NICOLAÏDIS, Kalypso; SÈBE, Berny; MAAS, Gabrielle. **Echoes of Empire: Memory, Identity and the Legacy of Imperialism**. Londres: Ib. Tauris, 2014. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=VakcBgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 25 out. 2017.

NOSGENTI. **Renováveis custam mais do que o combustível.** 2012. Disponível em: <<http://nosgenti.com/renovaveis-custam-mais-do-que-o-combustivel/>>. Acesso em: 31 out 2017.

NYE, Joseph S. **Understanding International Conflicts.** 6. ed. [s.i]: Longman, 2007.

OCDE. **West African Studies West African Perspectives Resources for Development: Resources for Development.** 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1BDWAgAAQBAJ&dq=cape+verde+is+the+only+special+partner+european+union&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 31 out 2017.

OCDE; BANCO MUNDIAL. *Climate and Disaster Resilience Financing in Small Island Developing States.* OECD Publishing, Paris. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264266919-en>. Acesso em: 03.07.2017.

OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII.** Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ONU. Resolução nº 3201 (S-VI), de 1974. **United Nations General Assembly Resolution 3201 (s-vi): Declaration On The Establishment Of A New International Economic Order.** Nova Iorque, Disponível em: <<http://investmentpolicyhub.unctad.org/Download/TreatyFile/2775>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEARMAN, R.; MA, Y.; MCGILVRAY, J. *Natural resource and environmental economics.* London and New York: Longman, 1996.

PELLING, M.; UITO, J. I. **Small island developing states: natural disaster vulnerability and global change.** *Global Environmental Change Part B: Environmental Hazards*, v. 3, n. 2, p. 49-62, Junho 2001.

PEREIRA, Daniel A. *Das relações históricas Cabo Verde – Brasil / Daniel A. Pereira – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/901-Das_relacoes_historicas_cabo_verde_brasil.pdf>.* Acesso em: 21.09.2017.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. **Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência:** As revoltas dos engenhos (1822) e de achada falcão (1841). 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-115223/publico/TESE_EDUARDO_ADILSON_CAMILO_PEREIRA.pdf&usg=AFQjCNHMdMiLG6xFgbZmUvCzN_yWX_vLqg>. Acesso em: 24 set. 2017.

PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION – UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN. **Cape Verde political.** 2004. Produzido por U.S. Central Intelligence Agency. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/cape_verde.html>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAFFER, Kunibert. Cotonou: Slowly Undoing Lomé's Concept of Partnership. **Journal Für Entwicklungspolitik**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.171-184, 2002. Mattersburger Kreis. <http://dx.doi.org/10.20446/jep-2414-3197-18-2-171>.

RESLOW, Natasja. The Role of Third Countries in EU Migration Policy: The Mobility Partnerships. *European Journal of Migration and Law*, Vol. 14, Issue 4, p. 393 – 415. 2012. Disponível em: <<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/15718166-12342015;jsessionid=00n2xRPXYVI2yydBvaVkumA2.x-brill-live-02>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

RESLOW, Natasja. EU “Mobility” Partnerships: An Initial Assessment of Implementation Dynamics. **Politics And Governance**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.117-128, 28 set. 2015. Cogitatio. <http://dx.doi.org/10.17645/pag.v3i2.398>.

RESLOW, Natasja. EU Migration cooperation with Cape Verde. **Migration Policy Brief**, Maastricht, v. 7, n. 1, p.1-8, 2013. Disponível em: <<mgsog.merit.unu.edu/ISacademie/docs/PB7.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

REVISED COTONOU AGREEMENT. Official Journal of the European Union. 2010. Disponível em:<https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/revised-cotonou-agreement-2010_en.pdf>. Acesso em: 02 nov 2017.

RISSE, Thomas. **A Community of Europeans?: Transnational Identities and Public Spheres**. Nova Iorque: Cornell University Press, 2015. 304 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SJ-dDgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 out. 2017.

ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, [s.l.], v. 48, n. 4, p.369-384, abr. 2004. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2003.10.017>.

ROME, Adam. “Give Earth a Chance”: The Environmental Movement and the Sixties. **Journal Of American History**, [s.l.], v. 90, n. 2, p.525-554, 1 set. 2003. Trimestral. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/3659443>. Disponível em: <http://archive.oah.org/issues/issues/902/902_rome.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Economia ou economia política da sustentabilidade”, in: MAY, Peter H., Maria Cecília Lustosa & Valéria da Vinha (orgs.) *Economia do meio ambiente; teoria e prática*. Rio de Janeiro: EcoEco & Editora Camps, 2003. Pp. 1-29

ROSER, Max; ORTIZ-OSPINA, Esteban. **World Population Growth**. In: *OurWorldInData.org*. 2017. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/world-population-growth/>> Acesso em: 18 ago. 2017.

RUGGIE, John G. Reconstituting the Global Public Domain - Issues, Actors, and Practices. **European Journal of International Relations**, vol. 10, nº 4, 2004, pp. 499-531.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, J. D; SCHMIDT-TRAUB, G.; DELACRE, D. D. Sustainable Development Solutions Network. Preliminary Sustainable Development Goal (SDG) Index and Dashboard. 15 fev 2016. Disponível em: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2016/02/160215-Preliminary-SDG-Index-and-SDG-Dashboard-working-paper-for-consultation.pdf>. Acesso em: 21/05/2017.

SANTOS, Nélio dos. 2017: O ano das privatizações em Cabo Verde? **Deutsche Welle**. Praia, p. 1-1. 2 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/2017-o-ano-das-privatizações-em-cabo-verde/a-36971629>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: Novos temas e novas percepções. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, Jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Ago. 2017.

SDG Index and Dashboards - Global Report. Nova Iorque: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN). 2016. Disponível em: <http://www.sdgindex.org/reports/>. Acesso em: 29/09/2017.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, p. 41-70, June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912014000100002>.

SESAM-ER. O projeto. 2017. Disponível em: < <http://sesam-er.no.comunidades.net/o-projecto>>. Acesso em: 31 out 2017.

SIDS ACTION PLATFORM. **European Regional Development Fund (ERDF) / MAC (Macaronesia)**. 2017. Disponível em: <http://www.sids2014.org/partnerships/?p=7735>. Acesso em: 31 out 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção história geral da África: Século XVI ao século XX**. Brasília: Unesco, Mec, Ufscar, 2013. 784 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227008POR.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SOLOW, Robert. M. Sustainability: An Economist's Perspective. in R. Dorfman and N.S. Dorfman, eds., *Economics of the Environment*. New York: Norton, 1993.

SPETH, James Gustave. The Global Environmental Agenda: Origins and Prospects. In: ESTY, Daniel C; IVANOVA, Maria H. (Ed.). **Global Environmental Governance: Options and Opportunities**. New Haven: Yale University Press, 2002. p. 1-20. Disponível em: <<https://environment.yale.edu/publication-series/documents/downloads/o-u/speth.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

STOUTENBURG, Jenny Grote. **Disappearing island states in international law**. Leiden: Brill Nijhoff, 2015. 477 p.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. **SDG Index and Dashboards Report 2017**. 2017. Disponível em: <<http://sdsnyouth.org/sdg-index-2017/>>. Acesso em: 09 set. 2017.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz In: SANTOS, Maria Emilia Madeira. (Org.). **História Geral de Cabo Verde volume II**. Lisboa, Praia: IICT-INAC, 1995. P. 17-124 Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V2&p=1>>. Acesso em: 20/09/2017.

TULLOCH, L. K., NEILSON, D. The neoliberalisation of sustainability. *Citizenship, Social and Economics Education*, 13(1), p.26-38. 2014. Disponível em:<<http://www.worlds.co.uk/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

UN SDSN. Chapter 1: Getting to know the Sustainable Development Goals: An introduction to the SDGS. 14 dez. 2015. Disponível em: <<https://sdg.guide/chapter-1-getting-to-know-the-sustainable-development-goals-e05b9d17801>>. Acesso em 21/05/2017.

UNCOMTRADE. UN Comtrade Database. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

UNCTAD. **CAPE VERDE**. 2006. Disponível em: http://unctad.org/Sections/dite_fdistat/docs/wid_cp_cv_en.pdf. Acesso em: 05 nov. 2017.

UNCTAD. **Map of SIDS**. 2017 Disponível em: <[http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Small Island Developing States/SIDS-map.aspx](http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Small_Island_Developing_States/SIDS-map.aspx)>. Acesso em: 07 set. 2017.

UNCTAD. **Small Island Developing States: Challenges in transport and trade logistics**: Note by the UNCTAD secretariat. Geneva: Trade And Development Commission, 2014. Multi-Year Expert Meeting on Transport, Trade Logistics and Trade Facilitation. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/cimem7d8_en.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

UNCTAD. **UNCTAD activities in support of small island developing States**: Note by the UNCTAD secretariat. 2017. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/tdb64d9_en.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

UNDESA. Sustainable Development for the 21st Century Back to our Common Future. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/UN-DESA_Back_Common_Future_En.pdf>. Acesso em 08. Set 2017

UNEP, UN DESA e FAO. SIDS-FOCUSED Green Economy: An Analysis of Challenges and Opportunities. 2012. Disponível em <www.unep.org/greeneconomy and www.unep.org/regionalseas>. Acesso em: 31 ago. 2017.

UN-HABITAT. Urbanization and Climate Change in Small Island Developing States. 2015. p. 15. Disponível em: <<http://goo.gl/LeKAql>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. EU development aid. 2015. Disponível em: <<https://europa.eu/eyd2015/en/content/eu-development-aid>>. Acesso em: 10/10/2016.

UNIÃO EUROPEIA. **Relations between the European Union and the Republic of Cabo Verde.** 2016. Elaborada por Gpsconsulting. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/delegations/cape_verde/documents/20160331_2_pt.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Is a special treatment of small island developing States possible?** New York e Geneva. 2004. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ldc20041_en.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Report 2016: Cabo Verde. 2016. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/CPV.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

UN-OHRLLS. **Small Island, Big(ger) Stakes) – Advocacy Booklet.** 2012. Disponível em: <<http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2013/11/SIDS-Advocacy-Booklet.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017

UN-OHRLLS. **Small Islands Developing States in numbers.** 2015. Disponível em: <http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2015/12/SIDS-IN-NUMBERS-CLIMATE-CHANGE-EDITION_2015.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017

US DEPARTMENT OF STATE. 2014 Investment Climate Statement –Cape Verde. 2014. Bureau of Economic and Business Affairs. Disponível em: <<https://www.state.gov/e/eb/rls/othr/ics/2014/226928.htm>>. Acesso em 31 out 2017.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, M. A. M. DE C. Brazilian Foreign Policy in the Context of Global Climate Norms. **Foreign Policy Analysis**, v. 9, n. 4, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Da guerra fria à crise (1945-1989): As relações internacionais do século 20. 4. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VOGEL, Christoph. **The Africa Policy of "Normative" Power EU Considering Cotonou Agreement and Promotion of EPAs.** 2009. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Afrikawissenschaftlichen Nachwuchstagung, Universität Zu Köln, Colônia, 2009. Disponível em: <<http://www.uni-koeln.de/phil-fak/afrikanistik/kant/data/Vogel-KANT2.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

WESTAFRICA TRADE AND INVESTMENT HUB. **Cabo Verde AGOA workshop tackles lack of export strategy.** 22 de novembro de 2016. Disponível em:<<https://www.watradehub.com/en/cabo-verde-agoa-workshop-tackles-lack-export-strategy/>>. Acesso em: 09 out 2017.

WILLIAMS, Marc Andrew. **The group of 77 in UNCTAD:** Anatomy of a Third World coalition. 1987. 504 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Ciência Política, London School Of Economics And Political Science, Londres, 1987. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/125/1/Williams_The_group_of_77_in_UNCTAD.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

ZARTMAN, W. *Negotiating from asymmetry: the North-South Stalemate*. *Negotiation Journal*, v. 1, n. 2, 121-138, 1985.

ZIMELIS, Andris. Conditionality and the EU–ACP Partnership: A Misguided Approach to Development? **Australian Journal Of Political Science**, [s.l.], v. 46, n. 3, p.389-406, set. 2011. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10361146.2011.595698>.

ANEXO A

Cabo Verde - Performance by indicator

Indicator	Value	Rating	Indicator	Value	Rating
SDG1			Child labor (%)	6.4	●
Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (%)	17.6	●	SDG9		
SDG2			R&D expenditures (% GDP)	0.1	●
Prevalence of undernourishment (%)	9.4	●	Logistics Performance Index (1-5)	n/a	●
Cereal yield (t/ha)	0	●	Quality of overall infrastructure (1-7)	3.6	●
Prevalence of stunting, under-5s (%)	n/a	●	Mobile broadband subscriptions (per 100)	42.6	●
Prevalence of wasting, under-5s (%)	n/a	●	Internet use (%)	40.3	●
Sust. Nitrogen Management Index (0-1)	n/a	●	SDG10		
SDG3			Gini index (0-100)	50.5	●
Under 5 mortality (per 1000 live births)	24.5	●	SDG11		
Maternal mortality (per 100,000 live births)	42	●	PM2.5 in urban areas (µg/m ³)	43.1	●
Neonatal mortality (per 1000 live births)	12.2	●	Improved water source, piped (%)	62.9	●
Physician density (per 1000)	0.3	●	SDG12		
Incidence of tuberculosis (per 100,000)	138	●	Wastewater treated (%)	19.4	●
Traffic deaths (per 100,000)	26.1	●	Municipal solid waste (kg/person/year)	0.5	●
Adolescent fertility (births per 1000)	n/a	●	SDG13		
Subjective wellbeing (0-10)	n/a	●	CO ₂ emissions from energy (tCO ₂ /capita)	0.9	●
Healthy life expectancy at birth (years)	64	●	Climate change vulnerability (0-1)	n/a	●
Infants who receive 8 WHO vaccines (%)	93	●	SDG14		
SDG4			Ocean Health Index - Clean waters (0-100)	70	●
Expected years of schooling (years)	13.5	●	Ocean Health Index - Biodiversity (0-100)	90.1	●
Literacy rate of 15-24 year olds (%)	98.1	●	Ocean Health Index - Fisheries (0-100)	72	●
Net primary school enrolment rate (%)	98.1	●	Marine sites, completely protected (%)	0	●
SDG5			Fish stocks overexploited or collapsed (%)	42.9	●
Women in national parliaments (%)	20.8	●	SDG15		
Female years of schooling (% male)	n/a	●	Red List Index of species survival (0-1)	0.9	●
Female labor force participation (% male)	75.8	●	Annual change in forest area (%)	1.4	●
Unmet demand for contraceptives (%)	24.1	●	Terrestrial sites, completely protected (%)	0	●
SDG6			SDG16		
Access to improved water (%)	91.7	●	Homicides (per 100,000)	10.3	●
Access to improved sanitation (%)	72.2	●	Prison population (per 100,000)	267	●
Freshwater withdrawal (%)	6.8	●	Feel safe walking at night (%)	n/a	●
SDG7			Corruption Perception Index (0-100)	55	●
Access to electricity (%)	70.6	●	Registered births (%)	91	●
Access to non-solid fuels (%)	68.3	●	Government efficiency (1-7)	3.6	●
CO ₂ from fuels & electricity (MtCO ₂ /TWh)	n/a	●	Property rights (1-7)	4	●
SDG8			SDG17		
Automated teller machines (per 100,000)	47.7	●	Official development assistance (% GNI)	n/a	●
Adjusted growth rate (%)	-4	●	Tax revenue (% GDP)	24.2	●
Unemployment rate (%)	10.8	●	Health, Education & R&D spending (% GDP)	9.5	●

Detailed metadata and quantitative thresholds used for each indicator are available online at www.sdgindex.org. Data refer to the most recent year available during the period specified in the metadata.

Fonte: Extraído de SACHS, J. et al, 2016, p. 100.